

CATECISMO MAIOR

O FIM SUPREMO DO HOMEM

Pergunta 01: *“Qual é o fim supremo e principal do homem?”*

Resposta: *“O fim supremo e principal do homem é glorificar a Deus (Rm 11.36; I Co 10. 31) e gozá-lo para sempre”(Sl 73. 24- 26; Jo 17. 22- 24).*

a- **Glorificar a Deus:** Sintética e esquematicamente, é o reconhecimento humano, mental e expressivo, da indiscutível e absoluta soberania do Criador, único merecedor da veneração e louvor da criatura. A glória devida ao supremo Senhor pode ser ativa e passiva:

Ativa, aquela procedente da ação consciente, segundo a expressão da vontade do homem, e adquire significado lógico ou simbólico. O voltar-se deliberada e irrestritamente, em adoração, para o Senhor da vida, significa ato volitivo de: Glorificar(doxazo) a Deus, conferir-lhe a glória devida, honrá-lo, adorá-lo, exaltá-lo, cultuar-lhe o nome, submeter-se à sua autoridade, ser-lhe propriedade exclusiva, servi-lo incondicionalmente. Glorificação conscientemente ativa, quando a inteligência humana submete-se, serviçalmente, ao seu augusto Rei.

Passiva, a estampada na natureza inanimada e animada. Toda criação Deus a formou para sua própria glória, conforme o curso natural do universo e a peculiaridade de cada coisa, de cada ser. Ao homem, porém, Deus o criou não somente para ser-lhe glória estética passiva, mas, e principalmente, expressar-lhe honra e adoração racionais. Tal liturgia existencial emana de sua condição de “*imago Dei*” e de sua capacitação para receber, reter e externar conhecimentos revelados. Para glorificá-lo intelectiva e espiritualmente, o Criador o fez à sua semelhança. A posição privilegiada do homem, criatura extremamente exaltada por Deus, ressalta-se com nitidez no conjunto geral dos seres criados. As Escrituras pintam o quadro do mundo recém-criado assim: Paisagem de fundo e moldura: a natureza física e biológica. No meio, em cores mais vivas e exuberantes: o Jardim do Éden com plantas ornamentais e frutíferas, animais domésticos e selvagens. No centro do jardim, ressaltado, evidenciado e honrado, o homem, figura eminente, proeminente, racional, emocional e espiritual; em si mesmo, clímax da criação, e por si, glória maior do Criador. Tudo Deus fez, especialmente o homem, para sua própria glória. Podemos, pois, sustentar que “o fim principal de toda criação é glorificar a Deus e louvá-lo para sempre”: *“Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos”(Al 19. 1)*. Para o homem, o louvor a Deus, além de ser um requisito natural, é um dom da graça e um privilegiado dever.

b- **“Gozá-lo para sempre”:** Eterna comunhão da criatura com o Criador, a condição permanente do filho na companhia de seu Pai, no estado em que foi criado e sob constante zelo, proteção e direção paternos. A queda desfez o gozo da filiação divina, acabou com a felicidade do lar original, onde a unidade prevalente era: Deus-Marido- esposa- filhos. A salvação em Cristo, reconciliando o pecador com o Salvador,

restaura o homem à condição de filho de Deus, conferindo-lhe paternidade divina, dando-lhe uma santa e gozosa fraternidade na casa do Pai: relativamente aqui e absolutamente na eternidade.

Esquecer não se deve que o homem é um ser muito complexo: composto do material e do espiritual; do irracional e do racional; do cognitivo e do instintivo; do transitório e do eterno; do destinado ao pó e do ordenado aos céus. Com a queda, um elemento perturbador, o pecado, entrou na natureza humana, complicando ainda mais o que já era muito complicado. Agora podemos dizer, referindo-nos ao salvo em Cristo, que o homem é, simultaneamente, santo e pecador: santo por justificação e pecador por natureza. Espiritual e psicologicamente o homem oscila hoje, a partir de si mesmo, entre Deus e o ego; entre o ego e o tu(pessoa íntima, interativa); entre o ego e o outro(pessoa menos íntima). A centralização em Deus fica-lhe extremamente difícil; somente a graça restaura-lhe a comunhão com Deus.

DE IMAGEM DE DEUS À IMAGEM DE SI MESMO

O homem, segundo as Escrituras, veio à existência trazido pelas mãos de Deus para ser instrumento da vontade do Criador, servi-lo e cultuá-lo com todas as suas forças e potencialidades: inteligência, razão, memória, dons, criatividade, produtividade, liderança e espiritualidade. A auto-suficiência, o egocentrismo e a egolatria são desvios decorrentes da queda. O tentador induziu o ser humano a deslocar o centro controlador de sua vida do Criador para a criatura. Sem a bússola divina a humanidade perdeu-se. Aquele que antes se voltava para o Senhor, voltou-se para si mesmo, ensimesmou-se, sensualizou-se, materializou-se, endeusou-se. Impotente, insuficiente, inábil e incapaz de gerir-se, torna-se vítima da malignidade pessoal e alheia, tem seu mecanismo de orientação danificado, desorienta-se, fica à deriva, angustia-se. Os sentidos, bases falsas de seus rumos vitais e comportamentais, dão-lhe imensas alegrias sensuais e lhe causam sofrimentos insuportáveis.

GLORIFICAR A DEUS

De Deus procede toda a benignidade, plena na semente original e rudimentar na humanidade reprovada. O Criador honrou e glorificou o homem(Sl 8), criando-o à sua imagem e semelhança(Gn 1. 27), conferindo-lhe majestade e grandeza, dotando-lhe incríveis poderes, todos, porém, limitados aos propósitos divinos. O pecado afasta a criatura de seu Criador e o conflita com o semelhante. Em Cristo, porém, os eleitos são regenerados e reconciliados com Deus. Agora, na pessoa do Filho, o Pai diz a cada redimido: *“Tu és meu filho amado, tua vida me dá prazer”*. Cada regenerado em Cristo torna-se uma glória para o Salvador e uma honra ao seu nome. Glorificar a Deus significa dedicar-lhe submissão, obediência, respeito, adoração e serviço, virtudes dos agraciados com a redenção. O servo de Cristo é perene glorificador de Deus. A harmonia consistente e permanente entre o Redentor e os redimidos é a forma mais viva e existencial de adoração e louvor. Quem pode dizer pelo Espírito: *“Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim”*(Gl 2.20), este voltou a ser imagem e semelhança de Deus, entrou no gozo eterno de seu Senhor.

GOZÁ-LO PARA SEMPRE

Receber as bênçãos de Deus e ser-lhe bênção é gozá-lo aqui, no tempo que se chama hoje, e na eternidade. Aquele em quem o Espírito habita experimenta o permanente gozo de estar em Cristo, servi-lo ativamente e alegrar-se nele

incondicionalmente. Deus se compraz com os seus eleitos, aqueles que estão em seu Filho amado Jesus Cristo e o servem dia e noite. Cristo vive no gozo do Pai, à sua destra no trono da realeza trinitária; nós vivemos no do Filho, à sua direita, sob sua proteção, misericórdia e graça.

A idéia subjacente à afirmação catecismal: “*Glorificar a Deus e gozá-lo para sempre*”, é a de um filho, na cultura patriarcal, que não abandona o seu pai, não quebra a unidade do clã, não aborrece e nem entristece a sua família, não procede como os dois filhos da parábola em que um abandona o pai, o mais novo, e outro menospreza o irmão. No sistema tribal, as realizações pessoais, paterna e filial, derivavam da interação consistente entre pai e filho; um, galardão do outro. Deus nos criou para vivermos com ele. O pecado nos separou. Cristo nos reconciliou. Somos agora, os reconciliados: *um* com o Filho como ele é *um* com o Pai. Voltamos, pois, pela mediação do Messias, ao gozo da comunhão com Deus na fraternidade dos santos. O crente verdadeiro, pois, *glorifica a Deus e o goza para sempre*. Não há poder capaz de arrancá-lo dos braços de Cristo.

A glória de Deus foi vista na face de Moisés, no rosto de Cristo, nos semblante dos apóstolos; sentida no gemido dos mártires e no testemunho de todos os cristãos autênticos. O filho é a alegria do pai, que se vê na pessoa de seu herdeiro; cada filho, no entanto, deve honrar e dignificar o seu pai. Assim somos e assim devemos ser, como filhos, para o nosso Pai celeste.

O DEUS QUE SE REVELA

Pergunta nº 02: “Donde se infere que há um Deus?”

Resposta: *A própria luz da natureza no espírito do homem e as obras de Deus claramente manifestam que existe um Deus(Rm 1. 19, 20; Sl 19.1- 4); porém, só a sua Palavra e o seu Espírito o revelam de um modo suficiente e eficazmente aos homens para a sua salvação”(I Co 2. 9, 10; I Co 1. 21; II Tm 3. 15- 17).*

MODOS REVELACIONAIS

Há, Segundo o Breve Catecismo, quatro modos revelacionais; dois gerais, firmados na grandeza, na beleza, na harmonia cronométrica dos corpos celestes, na sincronia de seus movimentos universais e na inteligência manifesta em toda obra criada, especialmente a do homem: I. 01- *A luz da natureza no espírito do homem*. I. 02- *As obras de Deus*. Dois modos especiais, mais que modos: fontes revelacionais: II. 01- *As Escrituras Sagradas*. II. 02- *O Espírito Santo*.

I. 01- A luz da natureza no espírito do homem

O homem, dotado por Deus com o espírito, capacitado se tornou para compreender e apreender as ações criadoras, providenciais, gerenciais e redentoras de seu Pai celeste, soberano e inteligente. De estrutura psicossomática, é essencialmente religioso, não por natureza, como dizem alguns, mas por criação: feito à imagem e semelhança de seu Criador. Em todas as épocas, em todas as raças, pessoas de todas as culturas, errada ou acertadamente, creram, e ainda crêm, em divindades ou entes

superiores atuando na ordem natural, dentro dela ou acima dela. A crença em um poder supremo, pessoalizado ou não, é inerente ao homem, criatura propensa ao misticismo e à espiritualização. Que existe um Deus criador, genuinamente espiritual, pai do bem, mentor das leis morais, o homem percebe pelo espírito que constitui a essência de sua estrutura pneumossomática. Eis porque, rigorosamente falando, nenhum ser humano pode alegar ignorância perante o juízo de Deus. A sua capacidade, espiritualmente perceptiva, responsabiliza-o diante de Deus. A inocência é incompatível com o “homo sapiens”, reconhecidamente racional, conhecedor do bem e do mal(Cf Rm 1. 18- 20).

I. 02- As obras de Deus

O imensurável cosmo em movimento harmônico e sincrônico; a flora, pródiga em flores, cores, perfumes, essências e frutos; a fauna variadíssima, terrestre e aquática; a terra riquíssima em minerais e pedras preciosas; o mar, insondável e maravilhoso; o ser humano, coroado de honra(Sl 8. 5-8), inescrutável em sua personalidade, racionalidade, sensibilidade, percepção e inteligência; todas estas criações não podem ser, e efetivamente não são, obras do acaso: foram pré-determinadas, criadas e ordenadas por Deus, o Criador, Governador e Mantedor de tudo. O inimaginável universo, de macros e microorganismos, submete-se a rigorosas leis físicas, biofísicas e genéticas da dinâmica e da inércia, da existência e da vida. Nada existe sem propósitos definidos e objetivos preordenados, marcas da ação criadora e providente de um Deus onisciente, onipotente e soberano. A inteligência de Deus percebe-se na inteligente e complexa obra da criação.

II. 01- As Escrituras Sagradas

A idéia de um ser imaterial transcendente é comum a todos os povos, inata no homem, imagem de Deus. A revelação, porém, de uma divindade pessoal, única, criadora, governadora, mantenedora do universo e da vida, justa, amorosa e paterna é específica e exclusiva das Escrituras. O Deus da Bíblia não é conceito vago de uma força transcendente qualquer, mas revelação direta de Javé aos pais, aos profetas, culminado com sua encarnação em Jesus Cristo. A natureza possibilita a concepção de um ente superior por dedução ou até por indução. As Escrituras, no entanto, mostram-nos claramente o Deus da revelação, da relação direta com o homem, da comunhão com ele por meio de Jesus Cristo. Fora da Bíblia não se há de conhecer o Deus pessoal e verdadeiro.

II. 02- O Espírito Santo

O Espírito Santo, agindo em nós, ilumina-nos para compreendermos a Palavra de Deus e apreendermos o sentido correto da revelação. O conhecimento revelado de Deus não é de natureza intelectual, mas revelacional; e o mestre por excelência da verdade escriturística é o Espírito Santo. Por ele a inteligibilidade das Escrituras efetiva-se na mente dos eleitos sem nenhuma correlação com a intelectualidade. Portanto, a certeza de que Deus existe e age no mundo e em nós é obra do Paráclito, o intérprete do Verbo na mente e na consciência do regenerado, e isto exclusivamente por meio das Escrituras.

A natureza viabiliza o surgimento dos ídolos, da idolatria e do paganismo; a revelação cria o autêntico conhecimento de Deus e gera a verdadeira adoração em espírito e em verdade.

A PALAVRA DE DEUS

Pergunta 3: O que é a Palavra de Deus?

Resposta: *As Escrituras Sagradas, o Velho e o Novo Testamentos, são a Palavra de Deus, a única regra de fé e prática*”(II Tm 3. 15- 17; II Pe 1. 19- 21; Is 8. 20; Lc 16. 29, 31; Gl 1. 8, 9).

AS ESCRITURAS NA FÉ REFORMADA

Três proposições fundamentais da fé evangélica reformada são delineadas na resposta acima. Ei-las:

- a-** As Escrituras, Velho e Novo Testamentos, são a Palavra de Deus.
- b-** As Escrituras são a nossa única regra de fé
- c-** As Escrituras são a nossa única norma de conduta.

INTEGRALIDADE E INTEGRIDADE DAS ESCRITURAS

Toda Bíblia, e não algumas de suas partes preferenciais, é a Palavra de Deus; dela não se destacará um dos testamentos ou fração testamental como base dogmática. A doutrina que não emerge de citação explícita da sacra revelação e não tenha comprovação clara ou dedução consistente de um amplo universo escriturístico, não pode ser qualificada de bíblica. Um tópico isolado, sem a iluminação de outros, carece de legibilidade doutrinal. A revelação não é pontilhar, mas conjuntural, global, sucessiva, histórica e conclusiva, com princípio, meio, objetivos e fim. Sem contexto não se interpreta um texto. Deus nos fala pelas Escrituras, privativamente por elas, sendo a sua totalidade, de Gênesis a Apocalipse, revelada, “inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra”(II Tm 3. 16, 17).

Sobre a Bíblia a Reforma estabeleceu os seguintes fundamentos:

Autoridade das Escrituras

Os reformadores postularam e estabeleceram o primado da autoridade das Escrituras sobre a do clero e a da tradição. O romanismo dos tempos da Reforma, que perdura, sustentava e sustenta a tese da insuficiência da Bíblia em matéria revelacional. Não sendo, para o catolicismo, a única regra de fé e o exclusivo parâmetro comportamental e ético, ela precisa ser complementada pela tradição, pela patrística, pelos concílios e pelo magistério eclesiástico, todos com o mesmo peso e a mesma autoridade da revelação bíblica e, em muitos casos, acima dela. Por exemplo, o Papa, suposto sucessor de Cristo, quando fala da “cathedra” de Pedro em assunto de fé e de moral é infalível; o que ensina é incontestável e deve ser aceito e crido universalmente por todos os fiéis como “palavra revelada”. Os reformadores rejeitaram a tradição como patrimônio sagrado da Igreja e o magistério eclesiástico como gerador de preceitos revelados. Declararam a Escritura Sagrada, e somente ela, como *Palavra de Deus*, eficaz e suficiente para comunicar ao mundo o conhecimento necessário de Deus e promover a salvação dos pecadores em Cristo Jesus. Não priorizaram a Septuaginta, versão grega das Escrituras, em virtude de sua rejeição pelos judeus palestinos e por conter livros apócrifos(Tobias, Judith, Sabedoria, Eclesiástico, Baruque, I e II Macabeus, acréscimos de Ester, a partir de 10. 4, e de Daniel, cap. III. 24 - 90 e capítulos XIII e XIV). O zelo

escribal israelense não permitiu adições ao Velho Testamento hebraico. Os pais da Reforma descartaram, por outro lado, a Vulgata de Jerônimo, versão latina oficial da igreja dominante. Retomaram a Bíblia judaica da Palestina, escoimada dos livros e acréscimos não canônicos, vertida magistralmente por Lutero em um alemão modelar e acessível, modelo de sucessivas traduções protestantes.

Regra de Fé

Para os reformados as Escrituras são a única autoridade em assuntos de fé e de moral: “ Sola Scriptura”. Cremos no Deus que elas revelam. Cremos no Deus que por elas se revela. Cremos no Deus que nelas nos fala. Cremos no Verbo, Jesus Cristo, o locutor e revelador do Pai. Cremos no Espírito Santo, o inspirador e mestre das Escrituras. Nada além, acima e fora da Bíblia. Ele é a fonte de nossas doutrinas, nossa fé confessional, nossos sacramentos, nossa liturgia, nossa disciplina, nosso ministério.

Norma de conduta

A ética protestante é, em última análise, fundamentalmente bíblica. A sua moral estriba-se nos preceitos escriturísticos, no primado do amor agápico e na ilibada conduta do Filho de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, modelo indutor das virtudes: verdade, honestidade, sinceridade, misericórdia, perdão, tolerância, justiça, fraternidade, submissão, obediência e piedade. O regenerado converte-se em imagem e semelhança de Cristo, torna-se **um** nele como Ele e o Pai são **um**.

A Bíblia nos conduz a Deus e nos dirige no mundo; é a luz que nos guia, clareia o nosso caminho, revela a nossa face ao próximo, desnuda-nos perante o Redentor, mostra a vontade do Salvador ao corpo dos redimidos e a cada um de seus membros. Ela é mais que um frio código de moral, é força moralizante, transformadora, vivificadora, condutora, consoladora, santificadora e produtora da mais sólida esperança e da mais inabalável fidelidade ao Criador do universo e Salvador dos eleitos.

ESCRITURAS, PALAVRA DE DEUS

Pergunta 4: *“Como se demonstra que as Escrituras são a Palavra de Deus?”*

Resposta: *Demonstra-se que as Escrituras são a Palavra de Deus pela sua majestade e pureza de seu conteúdo, pela harmonia de todas as suas partes e pelo propósito do seu conjunto, que é dar a Deus toda glória; pela sua luz pelo poder que possuem para convencer e converter os pecadores e para edificar e confortar os crentes para a salvação(At 10. 43; Rm 16. 25 - 27; Hb 4. 12; Sl 19. 7 - 9). O Espírito de Deus, porém, dando testemunho, pelas Escrituras e juntamente com elas no coração do homem, é o único capaz de completamente persuadi-lo de que elas são realmente a Palavra de Deus”(Jo 16. 13, 14; I Co 2. 6 - 9).*

A BÍBLIA É A PALAVRA DE DEUS

Escrituras, registros da revelação, não compêndio de conhecimentos humanos. Sabemos que elas são a Palavra de Deus por elas mesmas, fontes do conhecimento revelado, e pelo testemunho interno do Espírito Santo. Elas abrem a mente do eleito para entendê-las; iluminam o seu caminho para que ande segundo a vontade do

Salvador; indicam-lhe a ética segundo os propósitos divinos; centralizam-lhe a fé exclusivamente no Deus verdadeiro, desviando sua religiosidade de todas as divindades falsas.

Os fundamentos probatórios das Escrituras são as próprias Escrituras, conforme a resposta acima destaca: a- Majestade e pureza de seu conteúdo. b- Harmonia de todas as suas partes. c- Propósito de seu conjunto: Glorificar a Deus. d- Luz e poder para convencer e converter pecadores. e- Poder para edificar e confortar os crentes para a salvação. f- O testemunho interno do Espírito Santo.

a- *Majestade e pureza de seu conteúdo.*

Sobre Deus. A Bíblia, revelada por Deus e reveladora de Deus, trata o único ser divino realmente existente com profunda, respeitosa e honrosa reverência, ressaltando-lhe, de maneira inconfundível, a pessoalidade, a dignidade, a santidade, a soberania, a onipresença, a onipotência e a onisciência, além de demonstrar por meio de profecias, leis, atos e fatos regenciais e redentores que o Deus de Israel e da Igreja é Rei do universo, Senhor da história, Redentor dos eleitos e supremo Juiz de todos os homens; um Deus imortal que transmite, por sua infinita graça, a imortalidade aos seus escolhidos e lhes perdoa os pecados.

Sobre o homem. As Escrituras retratam a pessoa humana com realismo, sem retoques, sem falsos idealismos ou fantasiosas mistificações. Elas mostram a feia e dura face do pecador e não ocultam os seus pecados, a sua fragilidade, a sua pecaminosidade e a sua incapacidade de auto-regeneração. Elas não são panegíricos de beatos, mas retratos da realidade com alguns pontos luminosos em telas de sombras e escuridão.

Sobre a comunicação. Nas profecias, nas instruções didáticas e nas ordenanças imperativas as Escrituras falam com autoridade real, elevação e magnitude. A nobreza de seu conteúdo é patente da primeira à última frase. Quem as lê confronta-se com a seriedade e autenticidade de seu conteúdo, com a grandeza do onipotente Senhor que por elas se verela e com a insuficiência, carência e limitação de todos e quaisquer servos.

b- ***Harmonia das partes.*** As Escrituras contêm dois temas fundamentais e gerais, harmonizados entre si: *Revelação* e *salvação*. Muitos estudiosos, no entanto, ficam retidos nos acidentes de percurso ou embasbacados diante de quadros circunstanciais, que ornamentam os painéis e emolduram as paisagens da longa via pela qual passou a realíssima história da redenção. Quem se detém nas partes não vê a harmonia do todo, não percebe a realidade global.

c- ***Propósito do conteúdo.*** O propósito final das Escrituras é estabelecer permanente relação entre Deus e o seu povo pela correlação entre Cristo e seus redimidos. A Bíblia é o meio pelo qual Deus se faz inteligível ao homem, fala-lhe ao coração e à mente, atinge-lhe a razão, norteia-lhe os sentimentos, controla-lhe as emoções, promove-lhe a conversão e a santificação, tudo, porém, mediante a instrumentalidade do Santo Espírito.

d- ***Testemunho interno do Espírito.*** Sem o testemunho interno do Espírito Santo, que habita o regenerado, as Escrituras ficam ininteligíveis. Ele, que inspirou os profetas, ilumina o eleito para a correta e necessária compreensão das Escrituras, dinamizando e vitalizando o seu conteúdo.

DIDÁTICA BÍBLICA

Pergunta 5: “O que é o que as Escrituras principalmente ensinam?”

Resposta: *As Escrituras ensinam principalmente o que o homem deve crer acerca de Deus, e o dever que Deus requer do homem”*(Jo 20. 31; II Tm 1. 13).

1- O QUE SE DEVE CRER SOBRE DEUS

1.1- **Que Deus é pessoal.** Como pessoa revela-se nas e pelas Escrituras. Não o compreende quem rejeita a sua pessoalidade, imaginando-o uma potência cósmica, um poder difuso na ordem natural, uma força mística impregnada nos corpos terrestres e celestes. Deus é, segundo a Bíblia, uma pessoa eterna, absolutamente perfeita, criadora do homem à sua imagem e semelhança para relacionar-se com ele pessoalmente, o que efetivamente está condicionado para fazer. O Deus das Escrituras, portanto, não se confunde e nem se identifica com a dinâmica física ou biofísica da ordem criada. Ele, rigorosamente falando, não é a “causa não causada” de todos os seres e fenômenos; é o soberano Criador de tudo. Embora pessoal, Deus é Espírito transcendente(Is 55. 8, 9). Qualquer representação física ou materialização da divindade ofende-lhe o caráter metafísico e lhe restringe, aos olhos humanos, a imensurável grandeza.

1.2- **Que Deus é Trino.** Deus é **UM** em três pessoas distintas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Não há três divindades associadas num panteão, integradas por familiaridade, unidas por objetivos comuns de governo; há **UM** só Deus em três pessoas consubstanciais, coiguais, coessenciais e coeternas. Cada pessoa trinitária se faz presente nas demais por consubstancialidade, coessencialidade e coespiritualidade e propósitos comuns.

1.2- **Que Deus é Salvador.** Deus se revela, primeira e principalmente, como Salvador, realizando uma salvação por intervenção direta e envolvente, penetrando fundo na história e na vida dos salvos. A partir da consciência e da ciência revelada do Deus-Salvador, é que Israel percebeu, assimilou e aceitou a doutrina do Deus-Criador. A salvação ilumina e condiciona o salvo para compreender e apreender corretamente a criação, habilitando-se louvar o Criador. Fora, à margem e contra o Salvador não se enxerga o verdadeiro e soberano Criador de todas as coisas, governador do universo, preservador da ordem criada.

1.3- **Deus é Criador.** Para as Escrituras e a fé cristã Deus é realmente Criador, um ser absolutamente inteligente, racional, autônomo, independente, poderoso, imutável, infalível, de vontade própria e visão global ilimitada do tempo e do espaço. Sendo perfeito e santo, tudo fez completo e bom. O Criador revelado nas Escrituras nada tem a ver com o “ Grande Arquiteto do Universo”, que não passa de escultor, moldando matéria preexistente. Ele criou tudo do nada(Creatio ex nihilo), retirou o “ser” do “não ser”, a matéria da “não-matéria”, criou a vida biofísica mortal e dotou o homem com um espírito imortal.

2- O QUE DEUS REQUER DO HOMEM

2.1- **Que lhe seja servo.** O homem somente será senhor de si mesmo, sendo servo Deus. Submisso ao Criador, torna-se instrumento de sua vontade para realizar os mandatos recebidos: a- Ser no mundo imagem de seu Senhor e Pai. b- Louvá-lo e glorificá-lo para sempre. c- Administrar o ambiente natural, preservando-o para o seu

próprio bem e para glória do Criador. d- Exercer domínio sobre animais terrestres e aquáticos. Em estado de rebeldia, o homem danifica-se a si mesmo, conflita-se com o semelhante, depreda a natureza. O servo de Deus, eleito e chamado, dedica-se ao *serviço da adoração e à adoração do serviço*.

2.2- Que lhe preste culto. O homem foi criado para, prioritariamente, prestar culto ao Deus único, Salvador, Criador e Preservador da criação e da humanidade. Ao homem Deus ordena: “ Não terás outros deuses diante de mim”, imaginado ou concretizado em pinturas ou esculturas, entes vegetais, minerais, animais ou cósmicos(Ex 20.2-5; Dt 4. 15-19). Deus não suporta a idolatria, principal conseqüência da depravação humana. Os seus adoradores autênticos adoram-no em espírito e em verdade, não somente nos encontros litúrgicos dos templos, mas, e especialmente, na operosidade diária, pois a vida do “doulos”(escravo) não lhe pertence, é de seu Senhor. O ateu e o falso crente são, em decorrência da incredulidade, antropocêntricos. O “doulos” de Deus é teocêntrico; em Cristo ele serve ao Salvador e ao próximo, cumprindo os mandamentos de Cristo(Mt 22. 37).

O DEUS DAS ESCRITURAS

Pergunta 06: “Que revelam as Escrituras acerca de Deus?”

Resposta: *As Escrituras revelam o que Deus é(Jo 4. 24; Ex 34. 6, 7), quantas pessoas há na Divindade(Mt 28. 19; II Co 13. 13), os seus decretos(Ef 1. 11) e como ele os executa”(At 4.27, 28; Is 43. 9).*

REVELAÇÃO E ENSINO

O mais correto seria perguntar: O que as Escrituras nos ensinam sobre Deus? Rigorosamente falando, elas, por si mesmas, não geram a revelação, não são textos mágicos, mânticos, exotéricos ou esotéricos pelos quais o místico se chega à divindade. Deus é que as revela; revela-se nelas; revela-se por elas. São, portanto, os registros da revelação. Deus inspirou os seus autores para revelarem a sua vontade e providenciou para que o necessário ao homem ficasse escrito. O mesmo Santo Espírito que inspirou os escritores sagrados, ilumina o leitor, segundo o seu beneplácito, para entendê-los e praticar-lhes os ensinamentos. O evangélico não adora a Bíblia, não pratica bibliolatria; cultua o Deus que a revelou e por meio dela se revela a nós e nos transmite os conhecimentos redentores e comportamentais indispensáveis à vida cristã, à fé e ao testemunho. O Verbo de Deus é Jesus Cristo, centro das Escrituras. Sem ele os documentos sacros tornam-se ineficazes. O mestre da Palavra de Deus é o Espírito Santo. Sem ele os textos bíblicos são espiritualmente ininteligíveis e inaplicáveis.

O QUE DEUS É

As Escrituras não nos descrevem Deus, não nos traçam um perfil de sua pessoa, não nos apresentam um quadro de sua individualidade ou maneira de ser. Elas partem dos pressupostos de sua indiscutível existência, inquestionável autoridade, ilimitado poder, perfeitíssima moralidade, santidade imaculada e virtudes completíssimas. Todos os atributos de Deus, os comunicáveis e os incommunicáveis, fazem parte da essência divina,

pertencem à sua específica natureza. Eis porque são igualmente eternos, santos, justos, incriados, involuíveis e inaperfeiçoáveis. A quintessência de Deus promove a quintessência de seus atributos. A Bíblia, portanto, não nos diz *quem é Deus*; preocupa-se em comunicar a sua Palavra, descrever as suas obras criadoras, os seus feitos redentores, o seu “múnus” providencial e seu papel de Juiz universal. Os escritos sagrados mostram a soberana iniciativa de Deus: na criação, na eleição, na ordenação, na redenção, instituição do culto, na dádiva da lei, na encarnação do Verbo, na concessão dos sacramentos, na geração dos ministérios didático e “querigmático”, na implantação do governo messiânico e no anúncio do reino escatológico. Sabemos o que Deus é pelo que ele tem feito, faz e certamente fará.

UNICIDADE NA TRIUNIDADE

A teologia bíblica é, do princípio ao fim, monoteísta. O Deus que nela e por ela se revela é único, imutável e soberano; ninguém e nada superior a ele em força, poder, majestade, santidade e glória. Não tem predecessor e nem admite sucessor. A unicidade de Deus, porém, reside, segundo a revelação escriturística, na consensualidade e na consubstancialidade da união trinitária na qual a pessoalidade e a individualidade de cada ser divino são realizadas, exaltadas e mantidas. Deus, portanto, é *um* em três pessoas distintas e ministérios específicos. Não há conflito ou divergências de pensamentos, opiniões, planos e realizações entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo; a obra da Trindade totaliza-se nas funções de cada componente da unidade santíssima, e os feitos de cada ser trinitário constituem o ministério do Deus trino e uno ao mesmo tempo.

OS DECRETOS DE DEUS

Os reformados, quando falaram em “decretos de Deus”, imaginaram:

- a- Um Deus absolutamente soberano, onisciente e onipresente.
- b- Um Deus que a tudo causou e determinou os efeitos de cada causa.
- c- Que todas as coisas criadas preexistiam na mente de Deus e estavam integradas e consubstanciadas nos eternos planos da criação.
- d- Cada projeto do plano geral veio à existência por decreto do Criador.
- e- Tudo Deus fez segundo o estrito conselho de sua vontade e conforme os seus justos propósitos.
- f- Nada existe, nos planos físico e espiritual, à margem ou contra o expresso desejo do Criador.
- g- O mesmo soberano Deus que decretou todos os fins, estabeleceu-lhes também os meios.

A nós o mundo nos parece caótico, pois o vemos pela viseira de nossas limitações; percebemos as coisas e os fenômenos parcialmente, em decorrência da fragilíssima ótica de nossa estreitíssima percepção. Setorizamos as coisas e os fatos e, em conseqüência, visualizamos parcialmente os seres e entendemos limitadamente os acontecimentos. A visão global do universo e de cada uma de suas partes somente a tem o eterno Criador, onisciente e onipotente.

DEUS

Pergunta 07: “Quem é Deus?”

Resposta: *Deus é Espírito(4.24), em si e por si infinito em seu ser(I Rs 8. 27), glória, bem-aventurança e perfeição(Ex 3. 14); todo-suficiente(At 17. 24, 25), eterno(Sl 90. 2), imutável(Ml 3. 6), insondável(Rm 11. 33), onipresente(Jr 23. 24), onipresente(Ap 4. 8), infinito em poder,(Hb 4. 13), sabedoria(Rm 16. 27), santidade(Is 6. 3), justiça(Dt 32. 4), misericórdia e clemência, longânimo e cheio de bondade e verdade”(Ex. 34. 6).*

DEUS É ESPÍRITO

Esta proposição induz-nos à reflexão sobre os três tipos de vida no universo: 1- A puramente biofísica: vegetais e animais. 02- A humana, junção do metafísico com o biofísico, do transcendente com o empírico, do racional com o irracional, do patente com o imanente, do espiritual com o material. 03- A espiritual. Esta pode ser considerada sob três aspectos: a- O puramente espiritual e santo: **Deus e seus anjos**. b- O puramente espiritual, mas corrompido: **Satanás e seus demônios**. c- O pneumossomático ou psicossomático, ser unitário formado de espírito e matéria, componentes inseparáveis: **O homem**.

A vida física é pragmaticamente verificável. A espiritual pode, secundariamente, ser intuída da racionalidade, da moralidade e da religiosidade humanas, mas é primária, correta e definitivamente compreendida pela revelação bíblica. Afirmamos, pois, fundamentados nas Escrituras, que há uma vida espiritual superior, imaculada e imaculável, além e acima da criação: Deus, Criador de todas as coisas, fonte de todas as virtudes, Pai da eternidade, origem da real espiritualidade de seus eleitos. Entre a vida de Deus, substancialmente espiritual, e a do homem, basicamente psicossomática, um abismo diferencial se interpõe(Is 55. 8, 9; Nm 23. 19; Rm 9. 20). A vida humana, por outro lado, diferencia-se da vida animal. Ao ser humano o Criador outorgou a inefável bênção da espiritualidade, dotando-o, conseqüentemente, de transcendentalidade e de eternidade. A espiritualidade humano, portanto, é dádiva de Deus, o único essencial e fundamentalmente espiritual. O homem somente se realiza, quando o seu espírito é tocado pelo Espírito de Deus, harmonizando-o e reconciliando a “imago Dei” com o seu Criador.

GRANDEZA DE DEUS

Auto-suficiência. Deus não tem carências ou necessidades de quaisquer naturezas, pois é completo e perfeito em si mesmo. O Criador independe das criaturas. É erro pensar, como fazem alguns, que Deus precisa dos homens; estes é que não existiriam, não sobreviveriam e não se salvariam sem um Criador, Governador, Preservador e Redentor.

Eternidade. A nossa existência restrita ao espaço e ao tempo, acrescida de fragilidades espirituais e racionais, impede-nos a compreensão e apreensão da eternidade de Deus. Para o quase inexistente o plenoexistente torna-se praticamente inconcebível. Afeitos ao transitório, ao fenomênico e ao limitado, a imperecibilidade, a imensurabilidade e a inescrutabilidade de Deus atordoam-nos e nos conturbam.

Imutabilidade. Deus é imutável, eternamente o mesmo em sua pessoa, palavra, planos, decretos. Mudanças, variações e transformações acontecem no reino dos imperfeitos, incompletos e temporais.

Insondabilidade. O finito não pode entender o infinito, nem o mortal, o imortal. Sabemos sobre Deus apenas o que está revelado nas Escrituras.

Onipresença, onisciência e onipotência. Deus se faz presente em todos os lugares ao mesmo tempo. Seu poder é ilimitado e soberano. Seu conhecimento é perfeito e completo, abrangendo o passado, o presente e o futuro. Para o Onisciente o “desconhecido” não existe em potência ou em ato.

Justiça e amor. Deus é justo e estabelece sua justiça e seu juízo na história, no tempo e na eternidade. O seu amor associa-se à sua justiça. O amor não anula a justiça: determina-a e a qualifica. Em Cristo Jesus a justiça e o amor divinos, conjugados, realizam a expiação dos eleitos.

ÚNICO DEUS

Pergunta 8: “Há mais de um Deus?”

Resposta: *Há um só Deus, o Deus vivo e verdadeiro”*(Dt. 6. 4; Jr 10. 10; I Co 8. 4).

DIVINDADES DE DOMINAÇÃO

Polilatrias tribais e domésticas. Israel viveu em um universo cultural em que cada tribo ou cada família possuía o seu ídolo particular, “mante” de devoção, sortilégio ou proteção. Embora houvesse “adoração” a todas as inumeráveis divindades, a “confiança” centralizava-se, geralmente, no ícone doméstico, algo parecido com os santos e santas patronos e matronas do catolicismo popular. As divindades tribais, familiares e individuais, com o crescimento das tribos e casamentos intertribais, transformaram-se, em muitos casos, em confusa polilatria, descaracterizando as religiões dos grupos originais.

Monoteísmo estatal ou de dominação. Houve monoteísmo de natureza monolátrica e antropolátrica, especialmente no Egito; em nada, porém, comparável ao de Israel. O Deus único, segundo o teocentrismo pré-mosaico, mosaico e pós-mosaico, elegeu um povo, manifestou-se-lhe, desvendou-se-lhe e lhe revelou a vontade, tudo de maneira pessoal, direta e soberana, criando uma cultura religiosa, ética e social diferenciada, sem paralelo na história da humanidade. O monoteísmo pagão emergiu de uma sociedade condicionada e submissa à realeza, à autoridade centralizada na coroa imperial. Nenhuma força aglutinadora havia maior e mais facilmente manipulável que a do misticismo religioso. Então, ou o rei se apresentava com o “deus” dos súditos(antropolatria) ou escolhia uma “divindade” como deus nacional(idolatria). Os detentores do poder absoluto sabiam que a fragmentação da crença, decorrente da multiplicidade de seres e objetos de adoração, causava dispersão ideológica, desvio de fidelidades, enfraquecimento da realeza. O “deus” palaciano, servidor do rei, o sumo-pontífice, encarnava o absolutismo, eliminando as divindades provinciais concorrentes.

Dotado de duplo múnus, o espiritual e o político, o rei passava a ser o “kyrios” exclusivo do corpo, da mente e das almas de vassalos e súditos. O trono e o altar confundiam-se e se fundiam. É o caso do Faraó Akhenaton(1388 a 1358 a. C.), que fez do sol(aton) único deus do Egito, sendo ele, o rei, o privativo ser humano a refletir-lhe o brilho(akhen). O monoteísmo, pois, era a amarra com a qual o rei prendia o povo ao trono. Criava-se e se mantinha, com sanções da terra e do céu, monolatria antropológica de conveniência.

O DEUS ÚNICO DE ISRAEL

O Deus que elege e salva. O Deus de Israel, Senhor do universo, da história e dos homens, elegeu, chamou e instituiu uma nação de servos e adoradores rebeldes e recalcitrantes(Ex 20. 2, 3). Israel foi escolhido por Javé, mas, em muitas oportunidades, escolheu outros deuses. Também não o pediram como libertador da escravidão faraônica nem o constituíram Rei e Salvador. De Deus partiram sempre a iniciativa e a ação redentoras bem como a instituição do pacto com um povo inculto, frágil, sem tradição e sem méritos. O Deus das Escrituras escolheu Israel e escolhe a Igreja; jamais foi a divindade da “preferência”, da “conveniência” e dos “interesses” humanos. O que houve no mundo pagão, e ainda há na cultura muçulmana, é *monolatria*, não monoteísmo.

O Deus vivo e ativo. O Deus das Escrituras é vivo e ativo: Cria, governa, dirige, preserva, elege, redime, manifesta-se em teofanias, revela sua vontade, encarna-se em Jesus Cristo, doa a vida eterna, de que é fonte exclusiva, aos eleitos. A morte sinaliza todos os seres criados; a vida é o signo do eterno Criador.

O Deus verdadeiro. Deus é verdadeiro e real em duplo sentido: a- É **plenexistente** à luz do dom da fé e dos fatos revelados. Em Cristo sua realidade existencial torna-se patente: o Verbo eterno penetra o mundo dos mortais, dos temporais, dos concretamente históricos(Jo 1. 1- 3, 14). b- É **imutável**. Nele não há sombra de variação pessoal nem por evolução nem por metamorfose. Em virtude dos atributos da onisciência e onipotência seus pensamentos, planos, decretos e atos são invariáveis e permanentes. Ele é o que é: realidade essencial, primordial, atual, capital, fundamental e genuína; a verdade por excelência. Deus, portanto, é autêntico em sua essência, natureza e existência; verdadeiro nas manifestações, nas revelações, nas realizações, nas promessas, na encarnação. A realidade de Deus expressa-se na veracidade de sua Palavra, as Escrituras.

TRINDADE

Pergunta 9: “Quantas pessoas há na divindade?”

Resposta: *Há três pessoas na divindade: O Pai, o Filho e o Espírito Santo; estas três pessoas são um só Deus verdadeiro e eterno, da mesma substância, iguais em poder e glória, embora distintas pelas suas propriedades pessoais”(Mt 3. 16-17; Mt 28. 19; II Co 13. 13; Jo 10. 30).*

Deus não pode ser objetivado, materializado, individualizado. Personalizado, sim. A Trindade não se constitui de três indivíduos com suas idiossincrasias individuais incompartilháveis. A Trindade é um conjunto de pessoas co-iguais, co-essenciais e consubstanciais. A unidade trina não possui paralelo em nosso universo empírico. Muitas definições da Trindade são inadequadas e até ridículas, quando lhe atribuem categorias, padrões e valores do mundo natural, fenomenológico, sociológico e psicológico. Por exemplo, nas ilustrações comparativas da interativa relação Pai - Filho - Espírito Santo: Sol(Pai), luz(Filho), calor(Espírito Santo); mar(Pai), fonte(Filho), vapor(E. Santo); corpo(P.), alma(F.), espírito(E.S.) e outras semelhantes. Além de serem materializações impróprias, tricotomizam a divindade em partes estruturais e funcionais independentes ou apenas correlacionadas, com o agravante de admitir a hierarquização trinitária com um núcleo maior, mais poderoso e gerador dos menores derivados, pressupondo um Pai superior ao Filho e ao Espírito e, o que é mais grave, induzindo o crédulo a inferir que a Segunda e a Terceira pessoas da divindade são emanações da Primeira. Na Trindade não há desigualdade e, portanto, não existe entre os seus componentes qualquer hierarquia de poder, dignidade ou *status*. O Deus trino, na essencialidade e na consubstancialidade das três pessoas e na consensualidade absoluta de eterna concepção, planejamento, criação e operação, criou todas as coisas, visíveis e invisíveis, está sobre tudo, governa o cosmo, dirige a história, redime o homem. A figura que melhor representa a Trindade, por ser objetiva e subjetiva ao mesmo tempo, embora imperfeita, é a do triângulo equilátero no qual todos os ângulos e lados são iguais. A subtração de um deles implica a destruição do conjunto, a eliminação da figura. Deus subsiste em seres pessoais distintos integrados e irmanados . Sem um deles a unidade desfaz-se, e a divindade não passaria de um “não ser”. Com uma pessoa maior que a outra, o conjunto igualitário se desfiguraria, e Deus de “ser unívoco” tornar-se-ia “ser equívoco”.

No paganismo existia henoteísmo, não monoteísmo, pois a divindade dominante subordinava e controlava os deuses secundários e inferiores. Tinha-se, portanto, um deus “supremo” sem eliminação das divindades locais com poderes e funções limitados e específicos. O Deus revelado nas Escrituras é único e exige fidelidade exclusiva.

A CONSENSUALIDADE DE DEUS

Estamos habituados ao insulamento do ser humano, ao isolamento do indivíduo com suas peculiaridades: personalidade, caráter, pendores, dons, habilidades, virtudes, preferências e opções. Não há duas pessoas iguais. A falta de modelo consensual e o individualismo obliteram-nos a capacidade de compreensão e apreensão da unicidade consubstancial e consensual das pessoas trinitárias. Não conhecemos sociedade unânime, onde o consenso se estabeleça pleno nos pensamentos, sentimentos, vontade, desejos e volição. Somos díspares, desiguais por natureza e por estado pecaminoso. Idealizamos a real e absoluta interação social, mental e sentimental no matrimônio, conforme a preconização bíblica, mas a realidade fica longe da idealidade. Conhecemos pela fé e pela revelação a perfeitíssima integração unitária entre Cristo e seus eleitos, mas esta existe realmente na Igreja invisível, pouco observável na militante, que continua contendo joio no meio do trigo. Por carência de parâmetros comparativos e analógicos, temos seríssimas e insuperáveis dificuldades na aquisição do conhecimento racional da união trinitária. A lógica empírica, materialista por natureza, propende,

quando o faz, para uma divindade solitária, absolutista, dominadora, caprichosa e egocêntrica. A revelação, no entanto, coloca-nos diante de uma unidade trina, solidária: na inter-relação de *Pai, Filho e Espírito*, três pessoas autênticas, afins e harmônicas; na comunicação da vontade divina e das verdades salvadoras; na criação do universo; no governo de todas as coisas; na eleição; na redenção dos eleitos; na providência.

Cristo compara a nossa união com ele à que possui com o Pai: “*Que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós*”(Jo 10.30; 17. 21). Os fundamentos desta unidade existem na Igreja militante, mas ela será plenamente realizada na triunfante glorificada, quando nos tornaremos realmente semelhantes ao Salvador.

PROPRIEDADES PESSOAIS DAS PESSOAS TRINITÁRIAS

Pergunta 10: “*Quais são as propriedades pessoais das três pessoas da Divindade?*”

Resposta: *O Pai gerou o Filho(Hb 1. 5, 6). O Filho foi gerado do Pai(Jo 1. 14), e o Espírito Santo é procedente do Pai e do Filho, desde toda eternidade”(Gl 4. 6; Jo 15. 26).*

GERADO, NÃO CRIADO, NÃO PROCRIADO

A eternidade é um dos atributos da Trindade: Deus eterno na unidade de seres eternos. O Pai, eternamente Pai. O Filho, eternamente Filho. O Espírito Santo, eternamente Espírito Santo. A consensualidade rompeu-se na ordem criada, entre os anjos e os homens, pelo desejo incontido de superação, vanglória, egocentrização, domínio e poder. Porém, a sacratíssima, completa e indissolúvel relação triangular, Pai - Filho - Espírito Santo, nunca se desfez e jamais se desfará, pois Deus é auto-suficiente e absoluto; nada existe maior e mais poderoso que ele. Na comunhão das pessoas trinitárias, todas completas, santas e perfeitas, não há conflitos, contradições ou divergências decorrentes de opiniões, opções, posturas e alegações pessoais, prevalecendo, no consenso trinitário, os sólidos e permanentes princípios da equanimidade, da santidade, da espiritualidade e da consensualidade. Deus é AMOR perfeitíssimo, amor que se expressa na beatífica interação unitária da Trindade. Cada pessoa da Divina Trindade, pois, é AMOR genuíno, puro, imaculado, trilateralmente recíproco; não amor introspectivo, de auto-estima, de um “eu” isolado, ensimesmado, introvertido, mas a um “outro” co-igual, co-eterno, consubstancial. As pessoas trinitárias não se individualizam, pois nelas o amor se realiza plena e absolutamente na integração “*Eu - Tu*” - “*Tu - Eu*”, e isto desde toda eternidade. Quando se fala, pois, que “o Pai gerou o Filho” ou que “o Espírito procede do Pai e do Filho”, não se quer designar e significar o modo de “vir a ser”, mas a maneira de existir da “eternamente existente” trilogia divina. Pela própria natureza consensual, Deus não pode ser egoísta nem solitário, mas sempre social e solidário. Cada Pessoa ama e é amada, conhece e é

conhecida na idealíssima união: Pai - Filho - Espírito Santo. Deus, portanto, é uma tríade verdadeiramente isonômica, sendo UM em três pessoas distintas; uma autêntica personalidade na trindade, mas sem qualquer individualismo. Na triangulação agápica da divindade não há amor-próprio e egocêntrico. O ágape flui da quintessência da perfeição divina com espontaneidade, pureza e total veracidade.

PROPRIEDADES PESSOAIS

No contexto revelado da maravilhosa, inexaurível e inescrutável inter-relação de essência e de amor entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo é que os eleitos, iluminados, compreendem as propriedades pessoais de cada pessoa trinitária. A unidade trina é tão real e profunda que não existe nenhuma diferença de qualidade, dignidade, personalidade, virtudes, *status* e poder entre as pessoas divinas. O Pai está plenamente no Filho; o Filho plenamente no Pai; ambos plenamente no Espírito. São, portanto, absolutamente consubstanciais em natureza e autêntica e perfeitíssimamente consensuais em tudo: existência, excelência, vontade, pensamento, cognição, volição, objetivos, propósitos, planos, decretos, sentimentos e atos. A obra de um é a de todos, pois o conjunto trino compõe-se de pessoas distintas, mas íntegras, integradas e harmônicas. Na Trindade, por ser indivisa, não há tricotomia de espécie alguma. Reconhecemos que é um grande mistério, porém, inegavelmente existente e real, segundo a revelação bíblica. Podemos, entendendo a igualdade irretocável e paritária das pessoas trinitárias, compreendermos o aparente contraste, por motivos revelacionais e encarnacionais, de um Filho igual ao Pai e a ele submisso ao mesmo tempo: “Eu e o Pai somos um”(Jo 10. 30). Quem vê o Filho, vê o Pai(Jo 14. 9). Cristo, o enviado do Pai, faz-lhe a vontade(Jo 4. 34; 5. 30; 6. 38 cf Jo 14. 28). A vontade do Pai, na verdade, é a mesmíssima do Filho. O Filho é dado ao mundo(Jo 3. 16), e ele mesmo se dá(Jo 10. 11- 18). A própria Ceia do Senhor é o memorial permanente da auto-entrega de Cristo, como Cordeiro vicário, aos pecadores.

As propriedades pessoais enriquecem a comunidade trina, mostrando-nos como pessoas distintas, sem pecado, podem ser iguais em sentimentos, pensamentos, vontade e ação. Assim, o Pai se manifesta no Filho; o Filho revela o Pai; o Espírito Santo revela o Pai e o Filho. Nenhuma pessoa trina age isoladamente. Desta maneira, podemos afirmar com segurança que o Deus trino é: Criador, Governador, Revelador, Redentor e Preservador. Deus é único, mas não singular.

DIVINDADE DO FILHO E DO ESPÍRITO

Pergunta 11: *“Donde se infere que o Filho e o Espírito Santo são Deus, iguais ao Pai?”*

Resposta: *As Escrituras revelam que o Filho e o Espírito Santo são Deus igualmente ao Pai, atribuindo-lhes os mesmos nomes(Jr 23. 6; I Jo 2. 20; Sl 45. 6; At 5.3, 4), atributos(Jo 1. 1; Is 9. 6; Jo 2. 24, 25; I Co 2. 10, 11; Hb 9. 14), obras(Cl 1. 16; Gn 1. 2; Sl 104. 30; Jo 1. 3; e culto(Mt 28. 19; II Co 13. 13), que só a Deus pertencem.”*

CRISTO, ETERNAMENTE FILHO

As Escrituras afirmam clara e irrefutavelmente que o Filho coexiste eternamente com o Pai, mantendo com ele relação paritária, interativa e consubstancial na condição de partícipe de sua natureza, essência e substância: “*Ninguém jamais viu a Deus; o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou*”(Jo 1. 18 cf Jo 1. 1, 2, 3; Gl 4. 4; Jo 3. 16, 18; I Jo 4. 9; Jo 10. 33- 38). A arraigada idéia de um Deus diferente, distante, altivo, imperativo, inacessível, “completamente outro”, sem nenhuma identidade com o ser humano, tem sido enorme barreira à compreensão da divindade de Cristo, especialmente como pessoa trinitária. A encarnação do Verbo é realmente um insondável mistério para os racionalistas, não para os eleitos, agraciados com o dom da fé pela qual recebem a revelação, entendem-na, submetem-se a ela, praticam-na.

CRISTO, AGENTE E REVELADOR DO PAI

Todas as coisas foram criadas pelo Pai por meio do Filho, o revelador de Deus: “*Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez*” (Jo 1. 3 cf Jo 1.1, 2: 5. 18- 25; Cl 1. 15- 20). Cristo, segundo as Escrituras, é o agente divino da criação material, vital e espiritual; da redenção; do juízo; do governo universal de Deus(Jo 1. 1- 3; Cl 1. 15- 20; Mt 28. 18; Lc 10. 22; Jo 3. 35; Jo 17. 2; Ef 1. 22; Cl 1. 17; Hb 1. 3). O triunvirato divino compõe-se de triúnviros iguais, sem qualquer hierarquia, ainda que nominal.

O FILHO É DEUS

O Novo Testamento manifesta explicitamente a divindade de Cristo, ressaltando a mensagem profética de Isaias(Is 7.14 cf Mt 1. 23) de que o Messias prometido receberia o designativo de *Emanuel*, Deus conosco. A idéia do *Ungido da Promessa* era muito forte no Velho Testamento, mas o conceito de Trindade estava em processo de revelação. Os judeus, portanto, sequer podiam imaginar a encarnação de uma das pessoas trinitárias, o Filho. Além do mais, concebia-se um Deus transcendente, imaterial e intocável. A introdução de Deus no universo humano não estava nas cogitações hebraicas. A revelação neotestamentária, no entanto, sustenta a doutrina da divindade de Cristo por meio de indiscutíveis proposições: “ *Também sabemos que o Filho de Deus é vindo, e nos tem dado entendimento para conhecermos o verdadeiro; e estamos no verdadeiro, em seu Filho Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus (negrito nosso) e a vida eterna*”(I Jo 5. 20 cf Jo 1. 1- 3; 20. 28; Rm 9. 5; Fp 2. 6; Tt 2. 13; At 2. 21). Os atributos de Deus são aplicados a Cristo: **Senhor**(Kyrios- Javé- Adonai); **eternidade**(Jo 1. 1; 20. 28; Ap 1. 8; 22. 13); **onipresença**(Mt 18. 20; 28. 20; Jo 3. 13); **onisciência**(Jo 2. 24, 25; 21. 17; Ap 2. 23); **onipotência**(Fp 3. 21; Ap 1. 8); **imutabilidade**(Hb 1. 10- 12; 13. 8).

ESPÍRITO SANTO, TERCEIRA PESSOA DA TRINDADE

O Espírito Santo é o revelador de Cristo, santificador da Igreja, vocacionador dos eleitos. Possui características individuais nítidas: Inteligência(Jo 14.26; 15. 26; Rm 8. 16); vontade(At 16. 7; I Co 12. 11; afetos(Is 63. 10; Ef 4. 30). Age como pessoa: Investiga, fala, testifica, ordena, revela, trabalha, cria, faz, intercede, ressuscita mortos(Cf Gn 1. 2; 6. 3; Lc 12. 12; Jo 14. 26; 15. 26; 16. 8; At 8. 29; 13. 2; Rm 8. 11; I Co 2. 10, 11 etc). Ele aparece na ordem trinitária como pessoa(Mt 28. 19; II Co 13. 13; I Pe 1. 1, 2; Jd 20, 21; II Co 3. 17; Jo 16. 14, 15). Recebe nomes divinos(Ex 17. 7; Hb 3. 7- 9; At 5. 3, 4; I Co 3. 16; II Co 3. 16, 17; II Pe 1. 21); atributos divinos como: **onipresença**(Sl 139. 7-

10), **onisciência**(Is 40. 13, 14; Rm 11. 34; I Co 2. 10, 11, **onipotência**(I Co 12. 11 cf Rm 8. 14, 15, 26), **eternidade**(Hb 9. 14).

Somos servos do Pai, do Filho e do Espírito Santo, pois em nome da Trindade fomos batizados, isto é, entregues ao Deus trino(Mt 28. 19 cf Jo 5. 5, 6; Tt 3. 5, 6). A Igreja vive sob a bênção trinitária, que é a Bênção Apostólica(II Co 13. 13). As três pessoas da Divina Trindade são, pois, absolutamente iguais, consubstanciais e consensuais no ser, na existência, nos propósitos e nas obras.

DECRETOS DE DEUS

Pergunta 12: “Que são os decretos de Deus?

Resposta: *Os decretos de Deus são os atos sábios, livres e santos do conselho de sua vontade, pelos quais, desde toda a eternidade, ele, para sua própria glória, imutavelmente predestinou tudo o que acontece(Is 45. 6, 7; Ef 1.4,5,11; At 4. 28, 28; Sl 33. 11; Rm 11. 33; Rm 9. 22, 23)) especialmente com referência aos anjos e aos homens”.*

ATOS SOBERANOS DE UM DEUS SOBERANO

A doutrina dos decretos estriba-se na insondável onisciência, na imensurável onipotência e na inescrutável soberania de Deus. A criatura é incapaz de entender a obra do Criador que, sendo infinito, não pode ser apreendido e analisado por mentes finitas: *“Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, e nem os vossos caminhos os meus caminhos, diz o Senhor, porque assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os meus pensamentos mais altos do que os vossos pensamentos”*(Is 55. 8, 9). E Paulo acentua fortemente a insuperável limitação da criatura perdida diante do Criador e Salvador: *“Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura pode o objeto perguntar a quem o fez: por que me fizeste assim?”*(Rm 9. 20) . Há muita coisa que não compreendemos por limitação e incapacidade, até nos âmbitos natural, fenomênico, histórico, sociológico e psicológico. O universo espiritual, por sua natureza, é racionalmente indecifrável. O homem, embora imagem de Deus, ser pensante, criativo e inquiridor, não dispõe de equipamento mental para penetrar, por meio de inquirição, investigação e pesquisa, os mistérios da divindade.

COMPREENSÃO POR REVELAÇÃO

O conhecimento de Deus é dado por revelação na medida exata das necessidades do ser humano; nada além do necessário. O eleito, agraciado com o dom da fé e iluminado pelo Espírito Santo, torna-se capaz de perceber que o Deus da criação, manutenção e governo da ordem criada, é o mesmo da redenção. Podemos, pois, afirmar que Deus, ao revelar-se Salvador, desvendou as cortinas e deixou-se ver claramente como Criador. O redimido, e somente ele, está habilitado, por revelação e iluminação, ao entendimento correto da divindade, um Deus ao mesmo tempo transcendente e imanente, inacessível e acessível, amor e justiça, entronizado no céu e encarnado no

mundo. O Espírito Santo leva o salvo ao conhecimento das Escrituras; conhecendo-as, conhece por elas o verdadeiro Deus, Criador, Redentor, Governador e Preservador de tudo e de todos. O crente, portanto, tem uma visão maior e mais adequada do divino, de si mesmo, da sociedade, e da criação. Ele é condicionado e habilitado, pelo carisma da fé, a enxergar além do empírico: “A fé é a certeza das coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não vêem”(Hb 11.1).

DEUS PRESCIENTE

Deus sabe o que faz, e prevê com exatidão as funções e o desempenho dos seres e das coisas criadas. O homem, nos limites de suas possibilidades, estabelecidas as devidas proporções, planeja, projeta, executa e mantém, estabelecendo previamente forma, estrutura, funcionalidade, capacidade, resistência, durabilidade, operosidade e desempenho do objeto produzido. Se um mortal pode inventar máquinas complicadíssimas, preanunciando a aplicabilidade de cada uma; por que o Criador, em escala infinitamente superior, não é capaz de preordenar, decretar, criar e preservar a criação preordenada? Pois assim Deus agiu: O que estava eternamente planejado ele trouxe à existência, destinando cada coisa e cada vida a um fim determinado dentro do conjunto harmônico do universo. Nada existe sem propósito e sem um papel definido no concerto universal.

DEUS GOVERNADOR

Os corpos celestes movimentam-se sob leis rigorosamente exatas e permanentes. Por outro lado, as menores partículas da matéria, dinamizadas por energia atômica, movimentam-se segundo uma ordem intramolecular incrivelmente precisa. As biovidas sofrem transformações e mutações maiores ou menores conforme o nível de complexidade genética, mas sem aberrações ou contradições biofísicas. Ao homem, “imagem Dei”, o Criador concedeu a racionalidade, o senso moral, as emoções, o amor e a justiça, responsabilizando-o por seus atos e escolhas materiais, sociais, psicológicas, morais e espirituais. Infelizmente sua opção foi pelo mal e pelo maligno, exatamente quando estava sob proteção e bênção do Pai celeste. Tudo, porém, aconteceu sob permissão divina, debaixo de seu rigoroso controle e arbítrio inexorável. As foças satânicas também se submetem ao soberano Criador e Rei do universo. Tudo que existe, precisa existir.

ANJOS E HOMENS

Pergunta 13. *“Que decretou Deus especialmente com referência aos anjos e aos homens?”*

Resposta: *“Deus, por um decreto eterno e imutável, unicamente do seu amor e para patentear a sua gloriosa graça, que tinha de ser manifestada em tempo devido, elegeu alguns anjos para a glória(I Tm 5. 21), e, em Cristo, escolheu alguns homens para a vida eterna, e os meios para consegui-la(Ef 1. 4-6; II Ts 2. 13, 14; I Pe 1. 2) , e também, segundo o seu soberano poder e o conselho inescrutável de sua própria vontade(pela qual ele concede, ou não, os seus favores conforme lhe apraz), deixou e predestinou os mais à desonra e à ira, que lhes serão infligidos por causa dos seus*

pecados, para patentear a glória da sua justiça”(Rm 9. 17, 18, 21, 22; Jd 4; Mt 11. 25,26; II Tm 2. 20).

REALIDADE CONSTATADA

A Igreja, ao longo de sua história, incluindo a fase vetotestamentária, tem constatado e anunciado a existência de dualismos, realidades antitéticas, opostas, antagônicas e contrastantes: Deus e Satanás; céu e inferno; anjos bons e anjos maus; mal e bem; santo e pecador; vida e morte; transitório e eterno; justiça e injustiça; gozo eterno e sofrimento eterno; salvos e perdidos. A constatação de tais dualismos jamais levou o povo de Deus a concluir que o universo físico e o espiritual são governados por divindades iguais em poder e opostas entre si, à semelhança da cosmurgia e da metafísica da religião persa, mas que tudo existe por criação do Deus único e tudo acontece ou por sua ordenação direta ou por sua vontade permissiva.

A partir da queda dos primeiros pais, a humanidade cindiu-se em duas: uma constituída de eleitos, nem sempre fiel ao Redentor, mas por ele conservada na graça da eleição, chamada “povo de Deus”; a outra, de rejeitados, composta de alienados, rebeldes, incrédulos, idólatras e perversos. Por outro lado, as Escrituras não explicam, mas anunciam que houve rebelião no reino angélico de um grupo de anjos liderado por Lúcifer. Desqualificados e expulsos do céu, tornaram-se diabos, arregimentados em força maléfica contra Deus e seus eleitos. A malignidade diabólica, porém, não pode ir além do permitido pelo soberano Senhor do universo. O inferno e as potências infernais estão sob controle do supremo Rei. Estas coisas estão além do nosso entendimento; chegam-nos, contudo, por revelação divina registrada nas Escrituras, fazem parte da nossa experiência vital, afetam o nosso comportamento.

REVELAÇÃO DO AMOR E DA JUSTIÇA

A existência do bem e do mal, do forte e do frágil, do tentador e do tentado, do justo e do injusto leva-nos perceber, de um lado, a possibilidade tanto de perdição como de salvação e, de outro: o amor e a justiça divinos, os filhos de Deus e os do maligno. A depravação de anjos e homens ensejaram a revelação tanto dos vícios como das virtudes. Não conheceríamos a realidade do infinito amor de Deus sem a contundência e prolífera malignidade. Ser-nos-ia impossível ter consciência do Justo e da justiça à parte do conhecimento existencial do Maligno e de seu apego à injustiça, à perversidade.

LIVRE ARBÍTRIO

Os seres angélicos e os humanos foram criados à semelhança do Criador, mas não iguais a ele. Deus, embora livre para desejar e praticar o mal, não o deseja nem o pratica porque a sua natureza é incorruptivelmente boa. Lúcifer e suas hostes rebeladas, ao renunciarem a comunhão divina, tornaram-se essencialmente maus, incapazes de almejar o bem. A malignidade flui da fonte maligna. O homem, afastado da benignidade e da vida eterna pela desobediência, perdeu a legitimidade, a dignidade, a santidade e a justiça de seu “livre arbítrio”. Mesmo desejando praticar o bem, não o pratica. O “livre arbítrio” levou-nos à queda, mas não o conduz de volta ao Paraíso perdido. Somente a eleição divina efetivada e realizada em Cristo nos reconcilia com Deus.

Deus certamente sabia que a condição de subalternidade de anjos e homens com livre arbítrio, levaria alguns anjos à queda e derrubaria a humanidade. Aos anjos caídos não se lhes deu oportunidade de redenção: eram mais responsáveis. Da massa humana

depravada Deus, mediante sua vontade soberana, elegeu alguns e os salva por e em Cristo Jesus. Sou pessoalmente responsável por meus atos pessoais e co-responsável com a humanidade pecaminosa de que sou parcela. O livre arbítrio me leva a pecar; a graça eletiva me salva em Cristo Jesus. Sou livre para errar, mas não sou livre, por incapacidade, para eliminar as cicatrizes morais do erro e zerar as suas conseqüências em mim e nos outros. Morrerei pecador, mas justificado em Cristo por sua infinita misericórdia. *Perdido pelo livre arbítrio; redimido pela graça: eis a situação do eleito.*

EXECUÇÃO DOS DECRETOS

Pergunta 14: *“Como executa Deus os seus decretos?”*

Resposta: *Deus executa os seus decretos nas obras da criação e da providência, segundo a sua presciência infalível e o livre e imutável conselho de sua vontade” (Dn 4.35;: Ef 1. 11; I Pe 1. 1, 2).*

COMPETÊNCIA DIVINA

O Deus trino, em virtude de seu ilimitado poder e onisciência, tem “especialidade” e “competência” em todas as áreas: ciência, tecnologia, planejamentos, projetos, execução, operação e manutenção. Auto-suficiente, o Criador, Governador, Preservador e Redentor, não dependeu nem depende de auxiliares e assessores para criar e recriar, produzir e reproduzir, especificar e determinar, governar e manter todas as coisas, as do universo físico e as do espiritual. Apenas em limitadíssimos espaços administrativo e operativo o Criador delega poderes às criaturas, anjos e homens, serve-se delas como servas, restringindo-lhes, naturalmente, o conhecimento, a competência e a autoridade, estabelecendo-lhes papéis, funções e ministérios determinados e específicos.

A CRIAÇÃO

Nada existe sem propósitos, sem objetivos, sem fins predeterminados. As preordenações divinas são executadas por leis naturais rigorosamente estabelecidas tanto no âmbito físico como no biológico. Sob ordenação e controle de princípios e padrões normativos da física, da química, da biologia, da energética, e da genética, estão as variadas microestruturas moleculares e atômicas bem como as macroestruturas dos gigantescos e imensuráveis sistemas estelares; tudo num encadeamento estrutural extraordinariamente integrado, encadeado e harmonioso, a ponto de se poder concluir que na natureza o filogênico contém e sintetiza o ontogênico. A energia universal, dinâmica, termodinâmica e potencial, criada por Deus, possibilita a isonomia conjuntural dos corpos siderais. No campo biológico, onde estamos inseridos, a vida seria impossível sem a morte. Alguns seres são destinados à nutrição de outros. Os restos mortais de todos transformam-se em matéria orgânica, depois de decompostos por microorganismos, formando a base nutriente dos vegetais e, por estes, dos animais. Na bioexistência, portanto, a morte viabiliza a vida. Este aparente conflito gera o equilíbrio ecológico indispensável à sobrevivência de todos os seres biofísicos. As coisas são assim segundo a

destinação do Criador. O homem, corrompido e corruptor, exterminará o mundo, se continuar quebrando as predeterminações divinas da ordem natural.

O cosmo, do qual a nossa terra é minúsculo grão, não é apenas uma gigantesca e perfeita máquina funcional, trata-se de um complexo integrado sob o comando sapientíssimo do soberano Criador e administrador. Nada escapa ao seu controle. Deus preordena, cria e governa, tudo conforme os seus eternos e imutáveis decretos.

SOBERANIA DO CRIADOR

Pelo poder de Deus todas as coisas do nada foram criadas, são governadas, mantidas e sustentadas: “*Só tu és Senhor. Tu fizeste o céu, o céu dos céus, e todo o seu exército, a terra e tudo quanto nela há, os mares e tudo quanto há neles; e tu os preservas a todos com vida, e o exército dos céus te adora*”(Ne 9. 6). “*É ele quem muda o tempo e as estações, remove reis e estabelece reis; ele dá sabedoria aos sábios e entendimento aos entendidos*”(Dn 2. 21). “*Observai as aves do céu: não semeiam, não colhem, nem ajuntam em celeiros; contudo vosso Pai celeste as sustenta*”(Mt 6. 26). “*Não se vendem dois pardais por um asse? E nenhum deles cairá por terra sem o consentimento de vosso Pai. E quanto a vós, até os cabelos todos da cabeça estão contados*”(Mt 10. 29 cf Sl 47. 7; 76. 10; 104. 14, 21; 134. 7; 147. 16, 17; Pv 16. 9, 33; Jó 5. 6; At 4. 27, 28; 14. 17; Tg 4. 15; Fp 2. 13; Rm. 11. 32).

SOBERANIA DO REDENTOR

Nos imutáveis planos divinos a queda estava eternamente permitida e a eleição preordenada. Deus elege. Os eleitos são salvos e preservados em Cristo Jesus, Eleito dos eleitos. Todos os escolhidos são justificados, regenerados e mantidos na graça pelo Salvador; tudo conforme seu beneplácito, soberana decisão e amor ilimitado. Nada no homem move Deus à misericórdia e à justiça. A incondicionalidade do decreto divino da eleição não permite cooperação dos limitados e inabilitados seres humanos. O livre arbítrio do eleito deriva-se do livre arbítrio de Deus. A vontade do servo subordina-se espontaneamente à de seu Senhor.

Desde toda eternidade cada eleito estava preordenado à redenção em Cristo Jesus.

CRIAÇÃO

Pergunta 15: “Qual é a obra da criação?”

Resposta: “*A obra da criação é aquela pela qual Deus, pela palavra do seu poder, fez do nada o mundo e tudo quanto nele há, para si, no espaço de seis dias, e tudo muito bom*”(Gn 1.1ss; Hb 11. 3; Ap 4. 11; Rm 11. 36).

CRIAÇÃO PELA PALAVRA

A palavra, base da linguagem humana, possui três poderes:

Comunicativo: Poder de transmissão de idéias e conceitos objetivos ou subjetivos; capacidade de expressão de que somos dotados para, com clareza e objetividade, articularmos, em linguagem oral, escrita ou simbólica, o que pensamos.

Interativo: Poder de interação, permuta de sinais, signos e símbolos, que podem ser: *Originais:* idéias e pensamentos mentalizados e articulados originalmente pelo

comunicador: papel, principalmente, de filósofos. *Mediados*: informações culturais apreendidas e transmitidas sem alterações de conteúdo: missão de arauto. *Codificados*: informações recebidas, codificadas ou interpretadas para serem expressas com exatidão oralmente, por escrito, por imagens ou mapas referenciados: função de pedagogo. *Recodificados*: Informações, dados e símbolos captados pela mente, reinterpretados, repensados, modificados e recomunicados: missão de pesquisador.

Imperativo: Poder de legislação, de comando, de ordenação, de determinação: Ordem dada: Obedece-se, cumpre-se. A lei, por exemplo, tem caráter impositivo. As regras e as ordens administrativas são também imperativas, e quem as emite precisa ter autoridade para fazê-lo. A locução imperativa não pode sofrer modificações nem contestações; vem em forma cabal, final, indiscutível.

Sem os concursos da palavra e da linguagem a ciência estagnar-se-á, a humanidade se transformará em caos. A ordem e o progresso dependem da comunicação, e esta se centraliza na palavra.

A Palavra de Deus possui todas as qualidades e virtudes da palavra humana e mais: a imutabilidade, a santidade, a onipotência, a onisciência e, principalmente, os poderes: criador, recriador, restaurador, regenerador e salvador.

CREATIO EX NIHILO

A Igreja, serva de Deus, por ele agraciada com o do Espírito, que testifica com o nosso espírito que somos filhos do Pai celeste e nos fornece entendimento e conhecimento espirituais, afirma, fundamentada na revelação e na fé, a preexistência do Criador, a sua existência plena no tempo e na eternidade, alfa e ômega, princípio e fim. Ele é simplesmente eterno; era antes de haver matéria e seres; será depois que a atual ordem terminar. A palavra de um Ser imensuravelmente grande, inimaginavelmente poderoso, incredivelmente absoluto e imponderavelmente eterno, não precisava, como não precisou, de matéria preexistente para formar o cosmo: do nada criou todas as coisas pela dinâmica de sua Palavra criadora: “creatio ex nihilo”. Sustentamos, pois, a doutrina, não teoria científica, de que o universo é criação divina, que do nada fez todas as coisas, os imensos sistemas estelares, os grandes mamíferos bem como os pequenos seixos e os invisíveis, a olho nu, microorganismos, tudo conforme revelam as Escrituras(Gn 1. 1; Pv 8. 21- 29; Rm 4. 17; Hb 11. 3; Jo 1.1-5). Antes da criação nada existia: energia, em qualquer de seus aspectos; matéria, sólida ou rarefeita; nenhum tipo biológico, nem sequer as primitivas formas unicelulares. A ausência de energia e de matéria inviabiliza a biovida.

CRIAÇÃO PARA DEUS. Deus criou o universo para si mesmo. Ele, portanto, é o proprietário de todas as coisas e de todos os seres visíveis e invisíveis, materiais e espirituais. Na terra, pequena unidade cósmica, Deus colocou o homem como seu mordomo. Este está fazendo coisas boas e ruins. O bem é seu dever; sobre o mal, será punido.

ESPAÇO DE SEIS DIAS. Os dias da criação, protótipos dos semanais, são seis etapas bem definidas e concluídas; pertencem à cronometria divina, não sendo, rigorosa e literalmente, idênticos aos dias estacionais, surgidos a partir do quarto dia da criação(Gn 1.16- 19). Nosso tempo é mensurável pelo movimento rotativo da terra; o de Deus, não: é ilimitado e imensurável.

TUDO, MUITO BOM. O ruim não se nomeia na ordem criada. O bom, o útil e o benéfico são os alvos finais da criação. Todos os seres criados são essencialmente bons e produzem o bem geral dentro do sistema ecológico inalterado. Somente o homem, quando escravizado pelo pecado, pode tornar-se mau, sendo sua vida danosa à sociedade e à natureza.

CRIAÇÃO DOS ANJOS

Pergunta 16: “*Como criou Deus os anjos?*”

Resposta: *Deus criou todos os anjos como espíritos,(Sl 104. 4; Cl 1. 16), imortais(Lc 20. 36), santos(Gn 1. 31), poderosos(II Ts 1. 7), excelentes em conhecimento(Mt 24. 36), para executarem os seus mandamentos e louvarem o seu nome(Sl 103. 20, 21), todavia sujeitos a mudança”(II Pe 2. 4).*

ANJOS, SERES CRIADOS

Os anjos, pelo que deles sabemos, informados pelas Escrituras, são seres criados e, como tais, inferiores ao Criador e a ele submissos. Todos, originalmente, à semelhança do homem, foram formados sem pecado, mas, diferentemente de nosso ancestral, foram feitos imortais, incorpóreos e, conseqüentemente, assexuados. O ser angélico, portanto, em virtude de sua criação e destinação diferentes é de natureza distinta à do ser humano. Por não terem sido dotados de capacidade reprodutiva: gerarem semelhantes, Deus criou-os em quantidade fixa, uma casta angélica.

Os anjos são inteiramente espirituais, dotados de muita sabedoria. Eles são, consideravelmente, menos limitados que os homens. O fato de serem espirituais e imortais confere-lhes maior liberdade temporal e espacial; porém, não se constituem em entes divinos. O topocentrismo e a mortalidade restringem, no estágio terreno, a liberdade do homem, limitações, embora temporais, que os anjos ao têm.

ANJOS CAÍDOS

Antes da queda terrestre, houve uma queda nos céus(Jd 6, cf II Pe. 2.4), origem dos anjos maus liderados por Lúcifer ou Satanás, opositores contumazes de Deus, de seu povo e de sua obra. Tais hostes angélicas do mal estão sob controle de Deus e já condenadas ao suplício eterno(Ap 20. 10).

MISSÃO DOS ANJOS

A palavra anjo significa: mensageiro, enviado, comissionado, ministro, portador de mensagem específica e determinada. O anjo não fala de si mesmo, não produz a mensagem; é um tipo de embaixador do Rei: comunica e executa com fidelidade as ordenanças divinas. A Reforma rejeitou a doutrina do “Anjo da Guarda”, e as igrejas históricas mantêm a rejeição. O crente é redimido e guardado por Jesus Cristo, Senhor do Céu e da terra, e que está conosco. Deus, no Velho Testamento, ou se manifestava como anjo ou dele se valia muitas vezes para revelar-se e revelar sua vontade aos homens. A revelação final, completa, perfeita e definitiva, porém, realizou-se no Filho, Deus conosco.

Os anjos servem a Deus em culto, louvor e glória nos céus, e são seus ministros na terra. Como servidores no trono celeste, recebem designações simbólicas de querubins(Gn 3. 24; Ex 25. 18; Sl 80. 1; 99. 1; 18. 10; Is 37. 15; II Sm 22. 11; Hb 9. 5). Dos comissionados ao mundo dois são bem conhecidos nominalmente: Gabriel(Dn 8. 16; 9. 21 cf Lc 1. 19, 26), e Miguel(Dn 10. 13, 21; 12. 1; Cf Jd 9; Ap 12. 7). Os apócrifos, que não merecem crédito, citam nominalmente, de maneira fantasiosa, mais três anjos: Rafael, Uriel e Jeremiel.

Os anjos estiveram com Jesus: no nascimento(Lc 1. 19, 16); na tentação(Mt 4. 11); no Getsêmane(Lc 22. 43); na ressurreição(Mt 28. 38); e estarão com ele no retorno(Mt 16. 27; 25. 31; Mc 8. 38). Ajudarão na triagem escatológica, separando os eleitos dos réprobos(Mt 13. 39; 41). Foram eles que conduziram Lázaro, após a morte física, para o seio de Abraão(Lc 16. 22).

ELEIÇÃO E SUBALTERNIDADE DOS ANJOS

Paulo fala de anjos eleitos(I Tm 5. 21), permitindo-nos concluir: a- Os caídos são réprobos(cf II Pe 2. 4). b- Os que permanecem firmes, e permanecerão para sempre, foram preordenados à fidelidade, à santidade, à submissão e à obediência ao Criador. Estes são livres para servir, não para serem servidos. No reino angélico não existe egocentrismo. Nenhum anjo deseja ser maior que os outros nem disputar o lugar de Deus. O corpo angelical, portanto, é harmônico, fraternal, igualitário, serviçal, santo(separado para Deus). Todos eles têm consciência de que se originaram de um ato criador do Pai e que por sua imensurável graça são preservados. O pecado não se faz presente no céu. Livres da influência e das conseqüências pecaminosas o ministério angélico de servir não enfrenta a necessidade social e psicológica de ser servido.

TRANSFERÊNCIA DE MINISTÉRIO

O ministério angélico foi substituído, na Igreja de Cristo, pelo do Espírito Santo, que não somente habita o regenerado, mas também o consola, conforta, ilumina, capacita, guarda, protege e guia. O Espírito é o revelador do Filho; este, o revelador do Pai. Se o Espírito, maior que os anjos, mora no crente, que necessidade tem este de um “anjo da guarda?” O Salmo 121 diz que o nosso guia e protetor é Deus. Quando se diz que “o anjo do Senhor acampa-se ao redor dos que o temem, e os livra”(Sl 34. 7 cf Zc 9. 8), entenda-se: O Senhor está presente com seus servos e os guarda.

CRIAÇÃO DO HOMEM

Pergunta 17: “Como criou Deus o homem?”

Resposta: *Depois de ter feito todas as demais criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea(Gn 1. 27); formou-o do pó(Gn 2.7), e a mulher, da costela do homem(Gn 2. 22); dotou-os de almas viventes, racionais e imortais(Gn 2. 7; Mt 10. 28; Lc 43. 23)); fê-los conforme a sua própria imagem(Gn 1. 27), em conhecimento(Cl 3. 10), retidão e santidade(Ef 4. 24), tendo a lei de Deus escrita em seus corações(Rm 2. 14, 15), e poder para cumpri-la, com domínio sobre as criaturas(Gn 1. 28), contudo sujeitos a cair(Gn 2. 16, 17).*

HOMEM, OBRA PRIMA DO CRIADOR

A criação do ser humano encerrou os atos criadores de Deus. Ele, na verdade, era o objetivo, o alvo final, a coroa da ordem criada. Sua posição de dignidade e proeminência é sem paralelo: “Fizeste-o, no entanto, por um pouco menor do que Deus, e de glória e de honra o coroaste”(Sl 8. 5). Criado à imagem e semelhança de Deus, destinado à regência do mundo e à reprodução de semelhantes, quis o Criador estabelecer com o homem relação pactual de serviço firmada na fidelidade. A quebra dos termos pactuals traria conseqüências permanentes, irremediáveis e irreversíveis, pois implicaria em rompimento dos vínculos relacionais entre o Pai da criação e a sua principal criatura, formada à sua semelhança. O pacto foi rompido pelo homem, gerando os efeitos danosos do pecado e da alienação para o primeiro casal e todos os seus descendentes.

HOMEM, MACHO E FÊMEA

Os conflitos entre homem e mulher, esposo e esposa, resultam da perversão proveniente do pecado. Os dois seres eram, originalmente, complementares. As diferenças naturais não se contrastavam nem se opunham porque estavam equilibradas na profunda e íntima unidade conjugal. O pecado enfraqueceu e até, em muitos casos, eliminou a união consensual “marido-mulher”, fazendo ressaltar as “diferenças” nas individualidades e nos individualismos egocêntricos. O casal deixou de ser uma só carne, e o sexo se converteu em fonte de prazer originada na excitação sexual, e não no amor sincero e comprometido com a pessoa do cônjuge. Assim como o Pai, o Filho e o Espírito Santo são UM por natureza, identidade, essencialidade e consensualidade, o homem e a mulher foram criados para serem **um** na célula matrimonial e, a partir dela, toda a humanidade: um conjunto consensual e harmônico em que os “diferentes” seriam convergentes, jamais divergentes. Destruir a unidade conjugal é danificar a “imagem” que o casal é de Deus e de Cristo- Igreja. Aos dois absolutamente unificados Deus chamou de Adão(Gn 5. 2 cf Gn 1. 27). Quanto mais longe de Deus, mais separados e conflituosos tornam-se homens e mulheres, pais e filhos, irmãos e irmãs. Os que o Redentor une, o mundo não separa(Mc 10. 9). O amor conjugal é primário na raça, o primeiro a surgir no coração humano direcionado ao próximo do sexo oposto, projeção de seu próprio eu(Ef 5. 28, 29). O homem veio do pó; a mulher procedeu do homem. Os dois são idênticos em natureza, substância e espírito.

HOMEM, SER INTELIGENTE

O homem não nasce sabendo como acontece com os animais dotados de orientação instintiva: O castor possui engenharia fixa inata; o João-de-barro sai do ovo com o seu instinto arquetônico. Todos os irracionais repetem, sucessivamente, a mesma “arte”. O homem, no entanto, vem ao mundo com imenso potencial para aprender, criar, produzir, progredir, mas tudo racionalmente. Os irracionais copiam as gerações anteriores. O homem caminha, avança, nas artes, na cultura, na sabedoria e na ciência. É com grande sacrifício que o ser humano se habilita para, competindo, contribuir com seu saber para o progresso humano. O homem inteligente é, conseqüentemente, responsável por seus atos e obras diante do Criador e perante seus conservos.

HOMEM, SER ESPIRITUAL

Os animais são seres biofísicos. O homem, além da biofísica, da mecânica empírica, da racionalidade, penetra o metafísico por sua inteligência inquiridora, subjetiva

e abstrativa, e se capacita à espiritualidade por meio do espírito, “sopro divino”, que nele existe. Assim, ele é capaz de dialogar e interagir com os semelhantes, e equipado para receber os carismas espirituais, ter fé, crer em Deus e entrar em comunhão com ele. O cérebro humano, pelas vias dos sentidos, recebe informações, recodifica-as e as armazena, tornando-se culturalmente evoluído. O mesmo cérebro, por via revelacional, pode captar a mensagem espiritual, entender a vontade de Deus, respondê-la pela crença, pela submissão e pela consagração. Somente ele tem semelhante capacidade, pois é dotado por Deus de dupla dimensão, uma física e outra espiritual.

PROVIDÊNCIA

Pergunta 18. “Quais são as obras da providência de Deus?”

Resposta: *As obras da providência de Deus são a sua mui santa (Sl 145. 17), sábia (Sl 104.24; Is 28. 29) e poderosa maneira de preservar (Hb 1. 3) e governar todas as suas criaturas (Sl 103. 19), e todas as suas ações (Mt 10. 29,30; Gn 45.7; Sl 135. 6), para a sua própria glória (Rm 11. 36; Is 63. 14).”*

COMO DEUS GOVERNA TODAS AS COISAS

O homem, em virtude de sua finitude e limitação em conhecimento, compreensão e apreensão do universo no qual se insere, próximo e remoto, tornou-se incapaz e inabilitável para desvendar com precisão os mistérios de sua própria existência, perscrutar e avaliar o governo de Deus sobre o micro e o macro cosmo, da unidade à pluralidade, do indivíduo à sociedade, da família à humanidade. Uma coisa sabemos por revelação: Nada existe que não tenha sido criado por Deus. Do vírus ao elefante, do átomo à estrela, tudo é criação do Pai celeste e por ele governado. A natureza, o tempo, a história e a humanidade são o que Deus determina que sejam. Nós, apesar das limitações, criamos acontecimentos, e muitos, mas há numerosos, alheios às atividades humanas; todos, porém, nos envolvem, alteram nossos comportamentos, condicionam-nos, mudam nossos rumos, dominam-nos, superam-nos e nos transcendem. Quanto mais escalamos os degraus da superação tanto mais escravizados nos tornamos da ciência, que julgamos dominar. O homem pensa ser maior que realmente é, um ser dominante, quando, na realidade, não passa, confrontado com Deus, de mísero mortal. Criador e Governador, só e exclusivamente Deus, o único onisciente, onipotente, imutável e absolutamente perfeito: atributos que lhe dão as faculdades de criar, governar e preservar.

COMO DEUS PRESERVA TODAS AS COISAS

O mundo físico e astrofísico preservam-se por meio de leis prefixadas, ordenadas e mantidas pelo Criador.

As criaturas vivas, superiores e inferiores, Deus as sustenta por um sistema ecológico equilibradíssimo, funcional e miraculoso. Cada ser cumpre seu papel, entra no esquema vital da rede alimentar e dele sai pelas ocultas mãos do Criador. A interferência “sapiente” do homem desgoverna e desequilibra a ordem natural, perfeitíssima em si mesma. Deus colocou o homem, sua imagem e semelhança, como administrador do

jardim, isto é, do meio ambiente, com a recomendação de não tocar naquilo que era privativo do Criador: o controle do bem e do mal. Somos mordomos, não donos e nem deuses. Fomos criados como instrumentos do Criador para servi-lo no ministério governamental. O pecado, porém, nos levou ao estado de rebeldia, e isto nos induz e nos conduz às ações predatórias desequilibradoras da maravilhosa harmonia ecológica da natureza. A redenção em Cristo, além da concessão da vida eterna, restaura-nos a compreensão e a visão da idealidade original da criação, gerando em nós, filhos e mordomos do Criador, o senso de zelo responsável na manutenção e preservação do meio ambiente. Não amamos a natureza como “nossa mãe”, à semelhança dos materialistas, amamo-la por ser criação de Deus, nosso Pai, e a nós entregue como berço e fonte de sobrevivência.

AÇÕES DIVINAS

Os atos, feitos e decretos de Deus são inexplicáveis à luz da lógica empírica ou racional, especialmente por serem inescrutáveis, poderosos e irrecorríveis. O governo divino, na ordem natural, estabelece-se por meio de leis físicas, químicas e biológicas rigorosamente exatas e permanentes. Na ordem social o mesmo acontece: normas, regras e princípios existenciais regem as sociedades, padronizando-as no essencial, independentemente da raça e da cultura. As variações giram em torno do eixo normativo e são controladas pela força padronizadora universal. Quando necessário, o Criador muda “as regras do jogo”, criando um tipo de anormalidade ou inaturalidade: o *milagre*, fenômeno extraordinário para nós, embora normal para Deus, o Governador, que pode alterar o curso dos acontecimentos, mudar os processos, interromper a normalidade fenomênica. O milagre é a prova de que o Deus soberano, criador, governador e mantenedor de todas as coisas está presente, mantém o universo e atua modificadoramente, quando necessário. Não há milagre desnecessário, desproposital, sem objetivos definidos. Deus não opera prodígios inúteis nem realiza portentos sob condicionamentos.

OS ANJOS E A PROVIDÊNCIA

Pergunta 19. “Qual é a providência de Deus para com os anjos?”

Resposta: *Deus, pela sua providência, permitiu que alguns dos anjos, voluntária e irremediavelmente, caíssem em pecado e perdição(Jd 6; II Pe 2. 4), limitando e ordenando isso, como todos os pecados deles, para a sua própria glória(Jó 1. 12; Lc 10. 17; Mt 8. 31), e estabeleceu os demais em santidade e felicidade(I Tm 5. 2; Mc 8. 38; Hb 12. 22), empregando-os todos, conforme lhe apraz, na administração de seu poder, misericórdia e justiça(Sl 104. 4; Hb 1. 14).”*

QUEDA DOS ANJOS

Deus não é autor do pecado; este resulta da falibilidade dos seres superiores, anjos e homens, que não foram capazes de impedir a penetração da cobiça e do espírito de grandeza em suas mentes e corações. O homem caiu porque foi tentado; alguns anjos, pelo que nos consta, não sofreram influência externa, não foram induzidos à tentação: a desobediência deles foi auto-gerada. Em decorrência da superioridade, da íntima

comunhão com Deus e da responsabilidade, o pecado dos anjos revestiu-se de imensa gravidade. Sem os naturais desejos da carne por serem espirituais, tinham mais condições que os homens de preservarem a dignidade, a santidade e a fidelidade originais, e não o fizeram, tornando-se rebelados irrecuperáveis.

Os anjos, ao optarem pelo mal, escolheram uma nova maneira de ser, tornaram-se irrecuperável e permanentemente malignos. A malignidade, como veio acontecer posteriormente ao homem, fixou-se desastrosa e indelevelmente nos desobedientes, incompatibilizando-os com a santidade do ambiente celeste, com a honra e a sublimidade do ministério angélico: servidores do trono divino e mensageiros do Rei. Opostos a Deus, foram declarados corruptos e expulsos do céu.

Deus é o “bom” absoluto e dele flui o “bem” perfeitíssimo, o oposto radical e contundente do “mal” e do “mau”. O “bom” e o “mau”, o “bem” e o “mal” não se misturam, não se convergem: divergem-se sempre. O *homem pecador* vive em grande conflito interno porque nele convivem, em permanente contradição e oposição, o bem e o mal. No *anjo caído* há completa ausência de bem, razão pela qual se torna essencialmente maligno, sem qualquer censura consciente ou inconsciente à sua malignidade intrínseca. Os santos anjos não podiam continuar associados aos depravados e reprovados. Deus então expulsou os rebeldes pervertidos da convivência celeste. Eles, radicalmente alienados do Criador e despidos de benignidade, reúnem-se no anti-céu, o inferno, sob a liderança de Lúcifer ou Satanás, o príncipe dos demônios, fazendo sistemática e contumaz oposição a Deus, ao seu povo, à criação. O homem é a maior vítima das invectivas satânicas porque, sendo a imagem de Deus, destruí-lo representa uma inominável ofensa ao seu Criador, o que agrada o perverso absolutamente maligno.

BOM SÓ UM: DEUS.

As quedas dos anjos e dos homens demonstram que de todos os seres, celestes e terrestres, Deus, na trindade, é o *único* infalível, inerrante, imutável, incorruptível. Ele é o Rei eterno. Todas as tentativas de destroná-lo fracassaram. Qualquer que nos céus e sobre a terra arrogar-se igual a Deus ou pretender usurpar-lhe a autoridade régia tornar-se-á réprobo, obominável agente do mal. O que a nós, anjos e homens eleitos, nos compete é a irrestrita submissão filial, a gratidão sincera, a consagração em tudo, a servitude ministerial e litúrgica. A confiança em Deus promove a confiança própria, qualifica e dignifica o filho, que foi criado para amar o Pai superlativamente e amar o próximo intensamente.

ETERNO SÓ UM: DEUS.

A eternidade de Deus é original e essencial; a dos anjos e dos homens é procedente do Eterno por criação e concessão. Assim, o Demônio e seus anjos, como seres criados, não possuem a eternidade qualitativa: destinam-se à morte eterna no “lago de fogo”, onde estarão “morrendo eternamente”. Ter *vida eterna* é estar com Deus, matriz da vida e do bem; ser *morto*, é viver sem Deus e sem esperança. O céu é a plenitude da vida, do bem, do amor, da comunhão com Deus, da intensa fraternidade dos santos e da conseqüente felicidade eterna. A geena, cárcere tartárico, é a plenitude da morte, do mal, do desamor e dos padecimentos imitigáveis.

O dualismo da religião persa não se enquadra na escatologia bíblica. Lúcifer ou Satã não é uma potência independente ilimitada; teve princípio, está sob juízo e governo

de Deus, e terá fim. Suas ações intermédias realizam-se sob o controle de supremo Rei, que lhe permite certa liberdade, mas lhe relativiza a autoridade e condiciona-lhe os atos(I Co 10. 13; Lc 8. 28- 32; Tg 2. 19; Jó 2. 6). Deus é o incriado Criador de todas as coisas e ingovernado Governador do universo e dos seres: angélicos, bons e maus, e humanos, eleitos e réprobos. Todos os atos divinos são perfeitos, objetivos e incondicionais, isto é, nada e ninguém condicionam as ações de Deus, especialmente inimigos espiritualmente desclassificados como as hostes angélicas do mal.

ESTADO ORIGINAL DO HOMEM

Pergunta 20. *“Qual foi a providência de Deus para com o homem, no estado em que foi criado?”*

Resposta: *A providência de Deus para com o homem, no estado em que ele foi criado, consistiu em colocá-lo no Paraíso, designando-o para cultivá-lo, dando-lhe liberdade para comer do fruto da terra(Gn 2. 8; Gn 2. 15, 16); pondo as criaturas sob seu domínio(Gn 1. 28); e ordenando o matrimônio para o seu auxílio(Gn 2. 18); em conceder-lhe comunhão com Deus(Gn 1. 27, 28), instituindo o dia de descanso(Gn 2. 3); entrando em pacto de vida com ele, sob a condição de obediência pessoal, perfeita e perpétua(Gn 2. 16, 17; Rm 5. 12- 14; Rm 10. 5, Lc 10. 25- 28), da qual a árvore da vida era penhor, proibindo-lhe comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, sob pena de morte(Gn 2. 17).”*

MORDOMO DE DEUS

O homem recebeu do Criador a incumbência de: lavrar o solo, cuidar do Jardim de sua residência, velar o território de seu domínio, exercer atividade agropecuária produtiva. Vegetais e animais são criações do Pai em seu benefício. Cumpre-lhe preservar as plantas naturais, cultivar as agriculturáveis, proteger os animais selvagens, domesticar os necessariamente domesticáveis, auxiliar a natureza no processo reprodutivo, na melhoria e perpetuação das espécies. Depredar e destruir é ofensa ao Criador. Somos servos e mordomos, não senhores e deuses. Temos contas a prestar a Deus sobre todas as nossas atividades no curso da presente existência.

A RECOMPENSA DO HOMEM

Da flora silvestre e da terra cultivada, da fauna selvagem e da criação de animais, o homem retira o pão cotidiano: Alimentação, vestuário, medicamentos, transporte, habitação. A relação homem-natureza é fundamental na vida bilógica e auxiliar na espiritual. O ser humano maltrata-se, quando maltrata a natureza. Produzir sem destruir, eis o lema de quem foi criado à imagem e semelhança de Deus, constituído súdito do Rei, comissionado a servi-lo na preservação, manutenção, manuseio e exploração de plantas e animais. Muitos vegetais terrestres e aquáticos e animais, indomados e indomáveis, do mar e da terra, estão em via de extinção e incontáveis espécies já foram extintas. Cabe ao homem preservar os seres criados em seus ambientes ecológicos, onde Deus os colocou e lhes concedeu possibilidade de sobrevivência e reprodução.

A FAMÍLIA

A criação do homem e a instituição da família monogâmica ocupam considerável espaço nas narrativas da criação. O fundamento da vida conjugal é o companheirismo: “*Não é bom que o homem esteja só: far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea*”(Gn 2. 18). O princípio da união prevalece sobre o da reprodução. A relação macho e fêmea, na unidade conjugal, subordina-se à de companheiro amigo e companheira amiga. Assim como há perfeição, igualdade, consensualidade e unidade na ordem trinitária sem anulação da personalidade, da individualidade e da especificidade de cada pessoa divina, Deus quis estabelecer unitarismo semelhante na biunidade conjugal monogâmica, célula máter da humanidade, na qual as diferenças congênicas e as funções distintas de cada um se completassem e se realizassem: unidade de diferentes; igualdade na diversidade; convergência nas divergências. O ideal original tem sido realizado, embora com restrições, nos regenerados, novo povo de Deus. Entre os irregenerados a união conjugal é muito frágil, quando existe, pois o domínio do pecado sobre eles egocentriza-os, materializa-os, individualiza-os, elimina o equilíbrio salutar entre o sensorial e o espiritual e quebra o elo unificador entre o homem e a mulher; um se torna objeto do outro.

COMUNHÃO COM DEUS

O homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, vitalizado pelo Espírito Santo(Gn 1. 26,27; Gn 2. 7), habilitado para o diálogo com o seu Criador, dotado de racionalidade, inteligência, sensibilidade, criatividade e espiritualidade, para ter comunhão com Deus e com ele relacionar-se permanentemente. O pecado, porém, descaracterizou-lhe a imagem original, permanecendo nele, contudo, vestígios do que foi e do que deveria ser. O Filho de Deus, todavia, pela regeneração e pelo ressurreição corporal do eleito, restaura-lo-á à ideal comunhão do seu Criador.

DIA DO SENHOR

O homem é partícipe e usuário do patrimônio de Deus. Dos bens materiais e de consumo o Senhor requer do servo uma pequena parcela, o dízimo; do tempo, exige-lhe um dia em sete, que não poder ser “dia do homem”, mas do “Dia do Senhor”, isto é, consagrado a Deus. É o tempo reservado, livre das atividades materiais, ao culto, à meditação, ao estudo da Palavra de Deus, ao encontro social e litúrgico com seus irmãos, à proclamação do Evangelho de Cristo.

A QUEDA

Pergunta 21. *“Continuou o homem naquele estado em que Deus o criou no princípio?”*

Resposta: *Nossos primeiros pais, sendo deixados à liberdade de sua própria vontade, pela tentação de Satanás, transgrediram o mandamento de Deus, comendo do fruto proibido; e por isso caíram do estado de inocência em que foram criados(Gn 3. 6-8, 13; II Co 11. 3).”*

HOMEM, SER LIVRE

O homem, ser criado, não podia igualar-se ao Criador, dotado de livre arbítrio e dos atributos da imutabilidade, incorruptibilidade e inerrância. Se assim fosse, a criatura seria tão divina quanto o Pai celeste.

O fato de o homem ser incapaz de usar a dom da liberdade para sustentar-se como filho e aprofundar a fraternidade filial, demonstra a sua inabilidade para conduzir-se sob constantes desafios e tentações. Frágil, ele é sempre escravo: de Deus, se eleito regenerado, que o guia na trilha do bem moral e da santificação; de Satanás, se réprobo, que o conduz na estrada do mal e da perdição.

ESTADO DE INOCÊNCIA

Inocência é o estado do homem antes de pecar, quando se encontrava isento de culpa, de incredulidade e de malignidade, mas propenso à vaidade, ao egoísmo, à desobediência. Não se trata, pois, de idade pré-racional, estágio de simplicidade ingênua, infantilidade. O homem, segundo as Escrituras, saiu adulto e maduro das mãos de seu Criador: inteligente, racional, pensante, criativo, produtivo, virtuoso, liderante; “homo sapiens”, feito à “imagem e semelhança de Deus,” ser cognoscitivo e volitivo, perspicaz e responsável; capaz de tomar decisões livres e conscientes. A racionalidade, a maturidade e a consciência plena de seus atos, fizeram-no suficientemente responsável para firmar um pacto de fidelidade e serviçalidade com seu Senhor e Pai, o que uma pessoa psicologicamente imaturo, criança, inocente, não teria condições de fazer. Com a mesma consciência responsável com que os nossos primeiros pais firmaram aliança com Deus, quebraram-na, assumindo o ônus do rompimento pactual e de suas previstas conseqüências: exclusão da comunhão com Deus, corrupção e degradação da “imago Dei” neles existente, pecado, perdição e morte. Adão, portanto, foi traidor consciente do supremo Benfeitor. Sua penalização, portanto, foi justa. O pacto ab-rogado por ele envolveu os seus descendentes.

DE TEOCÊNTRICO A EGOCÊNTRICO

Antes da queda o homem centralizava-se em Deus e com ele mantinha afinidade, comungava objetivos imediatos, propósitos e vontade. O espírito do filho sintonizava-se, sem desarmonia conflituosa, com o do Pai. Todos os seus sentimentos e desejos confluiam para o seu Senhor. O ancestral da raça humana era teocêntrico. O tentador, por insinuação, conseguiu convencer o homem de que tinha tudo à mão para ser maior, igualar-se a Deus. A proposição satânica prevaleceu sobre a ordem do Criador, e os nossos ancestrais substituíram a fidelidade ao Criador pela obediência ao tentador, que os levou à rejeição do bem e à opção pelo mal. O ponto de convergência então deslocou-se do “Tu” divino para o “eu” humano, transformando o homem em um ser individualista e egocêntrico, alienado do Criador e em conflito com o semelhante. Sem estrutura para suportar as cargas decorrentes da centralização no “ego”, desajusta-se, perde o auto-domínio, traumatiza-se, cai na bastardia e na depravação.

A TRANSGRESSÃO

O pecado não residia na árvore, mero instrumento de teste à fidelidade e à obediência, mas na transgressão do mandamento divino: “*De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás*”(Gn 2. 16, 17). O pecado foi, na sua origem, e continua sendo, *transgressão da lei de Deus*. A tentação despertou no

homem o egoísmo, a cobiça e a incredulidade, vícios psicológicos e morais degradantes, que o levaram à insubmissão, à infidelidade, à traição e à rebeldia, resultando no rompimento do pacto estabelecido entre Deus e a humanidade.

Deus reservou para si apenas uma árvore frutífera. Todas as demais concedeu ao homem. Mas este desejou tudo para si, nada deixando para o seu Senhor. Tal materialismo prevalece. Como é difícil “convencer” o “servo de Cristo” a servi-lo com o seu dízimo, parece mínima que Deus requer daquele a quem tudo concede: existência, bens, saúde, família, filiação, justificação e vida eterna.

Conhecimento do bem e do mal. O homem finito jamais conhecerá completa e perfeitamente o bem e o mal. Somente Deus é onisciente, onipotente e onividente. Inteligente, aquele que se deixa dirigir pelo Criador e Salvador, que o colocou neste mundo, determinou o seu papel, o curso de sua peregrinação terrena e o seu destino final. O conhecimento do homem é restrito e relativo; o de Deus é absoluto e universal.

QUEDA DA HUMANIDADE

Pergunta 22: *“Caiu todo o gênero humano na primeira transgressão?”*

Resposta: *O pacto, sendo feito com Adão, como um representante, não para si somente, mas para toda a sua posteridade, todo o gênero humano, descendendo dele por geração ordinária (At 17. 26), pecou nele e caiu com ele na primeira transgressão (Gn 2. 17; Rm 5. 12-20; I Co 15. 21, 22).*

HOMEM CORPORATIVO

Deus, ao tratar com os ancestrais humanos, lidava com a humanidade inteira, não somente porque esta se resumia no casal original, mas porque nele todas as criaturas humanas estavam genética e espiritualmente potencializadas e consubstancializadas. Descendemos física, social, moral e espiritualmente dos pais da raça; herdamos suas extraordinárias virtudes e carregamos seus defeitos e vícios. Como pósteros, fixamos, conservamos e perpetuamos a natureza essencial da semente. Estávamos nos troncos primevos; eles estão em nós. Procedemos de um núcleo matriz no qual potencialmente nos encontrávamos e do qual somos herdeiros. Nossos pais, ao assumirem compromissos pactuais com Deus, agiram por eles e por nós, seus descendentes. Ao desfazerem o pacto pela desobediência, agiram não somente em causa próprio e pessoal, mas em nome de toda a posteridade pela qual firmaram a aliança de submissão e obediência. O pecado corrompeu a base de origem, de sustentação e de propagação da humanidade. De tal célula máter alterada e degenerada somos descendência. Tal pai, tal filho. Adão e Eva não pecaram por nós, nós pecamos com eles por estarmos neles corporativamente. Por outro lado, nossos pecados atuais e pessoais, pelos quais seremos julgados, são de nossa inteira responsabilidade, mas os nossos descendentes sofrerão seus efeitos negativos. Do pecado original de nossos arquétipos recebemos mais que conseqüências, somos herdeiros, infelizmente; uma herança indesejável.

ADÃO E CRISTO

Estávamos espiritualmente em Adão, pessoa corporativa de nossa velha humanidade; agora estamos em Cristo Jesus, pai de nossa nova humanidade, segundo a soteriologia paulina: “*Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram*”. “*Porque, como pela desobediência de um só homem muitos se tornaram pecadores, assim também por meio da obediência de um só muitos se tornaram justos*”(*Rm 5.12; 5. 19*). Na mesma linha teológica o mestre dos gentios, aos coríntios, ensina: “*Como foi o primeiro homem, o terreno, tais são também os demais homens terrenos; e como é o Homem celestial, tais também os celestiais. E, assim como trouxemos a imagem do que é terreno, devemos trazer também a imagem do celestial*”(*I Co 15. 48, 49*). Todos caímos em Adão; aos eleitos, porém, Deus lhes deu a oportunidade de serem regenerados em seu Filho, Jesus, o segundo Adão.

QUEBRA DO PACTO DE OBRAS

O pacto adâmico recebeu, na teologia reformada, a designação de *pacto de obras* por depender da fidelidade das partes pactuadas: Deus e homem. A fidelidade divina jamais foi, nem poderia ser, quebrada em virtude da imutabilidade de Deus. A do homem, como criatura submissa e falível, e dependente do estrito acatamento e cumprimento de uma ordenança, não se manteve. E ele, obra prima da criação, perdeu o direito de continuar como *filho-servo* do Pai celeste. Dotado de livre arbítrio e em decorrência de sua formação como “*imago Dei*”, tinha todas as condições de opção pelo bem, mas, contrariamente, escolheu o mal, preferiu a desobediência, abandonou a verdade, submeteu-se à direção do Diabo, o mentiroso e essencialmente maligno. A proposta do pacto era, em síntese: *Eu serei teu Pai; tu serás meu filho para sempre*”. Satanás mudou os termos pactuais para: *Tu serás divino, igual ao Criador, e não meramente criatura e serva*. Agradou-lhe a divinização do ego; acatou a propositura satânica. Agora, nem Senhor nem servo: apenas um réprobo.

Conclusivamente reafirmemos: o pacto firmada por Deus com o homem na pessoa de Adão envolvia seus descendentes. Os pais, ao assinarem escrituras de compra ou de venda, estarão, por semelhantes atos, herdando ou deserdando seus descendentes atuais e futuros. O que enriquece, engrandece e enobrece os pais, enriquece, engrandece e enobrece os filhos; o que os desonra, afeta-os profundamente. Adão e Eva deserdaram-nos do Paraíso ao romperem o pacto de obras com o soberano Senhor.

Perdemos, porque Adão perdeu. Ganhamos, porque Cristo ganhou. A derrota de nossos primeiros pais foi a nossa derrota. A vitória de Cristo é a nossa vitória. Perdemos o paraíso de Adão: herdamos o de Cristo: *Ora, se somos filhos, somos também herdeiros; herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo; se com ele sofremos, também com ele seremos glorificados* (*Rm 8.17 cf Hb 11.9; Tg 2.5; I Pe 3.7*).

ESTADO DE PECADO E MISÉRIA

Pergunta 23: “*A que estado ficou reduzido o gênero humano pela queda?*”

Resposta: *A queda reduziu o gênero humano a um estado de pecado e miséria”(Rm 5. 12; Gl 3. 10).*

ESTADO PECAMINOSO

Árvore má produz frutos maus. Igualmente não se pode esperar que de uma leoa nasça cordeiro. Por mais domesticado que seja o leão, não deixa de ser leão; sua natureza leonina e seu instinto carnívoro permanecerão, embora controlados ou adormecidos. Por mais santo, comportamentalmente falando, que seja o homem, no sentido de pureza moral, não se eliminará o seu pecado congênial: *“Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso e a sua palavra não está em nós”(I Jo 1. 10). “Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe”(Sl 51.5 cf Jr 17. 9; Gn 6. 5; I Rs 11. 9; Pv 6. 14; Ec 8. 7; 9. 3).* Um servo de Deus da dimensão moral de Paulo não se sentia isento de fraquezas e limitações causadas pelo pecado, a ponto de reclamar de sua falta de independência volitiva: *“Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e, sim, o que detesto. Ora, se faço o que não quero, consinto com a lei, que é boa. Neste caso, quem faz isto não sou eu, mas o pecado que habita em mim. Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum: pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetua-lo. Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço. Mas se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e, sim, o pecado que habita em mim. Então, ao querer fazer o bem, encontro a lei de que o mal reside em mim. Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus; mas vejo nos meus membros outra lei que, guerreando contra a lei de minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros. Desventurado homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte? Graças a Deus por Jesus Cristo nosso Senhor. De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente sou escravo da lei de Deus, mas, segundo a carne, da lei do pecado”(Rm 7. 15- 25).* Paulo não é exceção à regra geral. Todos os homens estão na mesma situação: a vontade de Deus, expressa em sua palavra, não encontra plena efetivação e realização na mente humana depravada, mas a vontade da carne, estimulada e direcionada pelo pecado, realiza-se, mesmo contra a lei de Deus. O estigma do pecado marca todos os seres humanos. A justificação em Cristo Jesus torna-nos filhos adotivos do Pai celeste já no curso da vida terrena; a regeneração garante-nos a ressurreição do corpo, penhor que nos dá o Espírito Santo; porém, tais inefáveis graças não nos livram dos sofrimentos físicos, morais, sociais e psicológicos(Gn 3. 16- 19) e nem do terrível cutelo da morte. A diferença entre o eleito e o réprobo está em que o redimido vive, sofre e morre sob o consolo do Espírito e a esperança da promessa, enquanto o reprovado, como filhos das trevas, sem qualquer certeza de vida eterna, é materialista e imediatista, orientando a presente existência pelo seu fim último: o prazer por todos os meios e formas. Semelhantes pessoas desesperam-se na velhice e nas enfermidades; sobre eles recaem pesadas angústias e horríveis expectativas. Geralmente buscam alívio em divindades panteístas ou em falsas esperanças místicas, emergentes em tempos da calamidades pessoais. O inferno dos edonistas começa com a cessação dos prezares sensoriais e libidinosos. Muitos evangélicos entendem que a mesma fé que trará o gozo celeste tem de, primeiro, propiciar o bem estar terrestre por meio da prosperidade material, da segurança social e da saúde física. Eles crêem que a bênção temporal é sinal,

antecipação e prova da bênção espiritual, pois a regeneração, para eles, elimina a depravação e suas conseqüências. É o materialismo cristão.

ESTADO DE MISÉRIA

O homem depravado, mas senhor de si mesmo, caiu num deprimente estado de miséria moral e transformou o paraíso que lhe foi destinado num caos onde a luz se mistura com as trevas, a sanidade com a enfermidade, a misericórdia com a impiedade, o amor com o ódio, a justiça com a injustiça, o bem com o mal, a paz com a guerra, a vida com a morte. A ciência que beneficia e constrói, com a mesma eficiência contamina, destrói, extermina. A indústria bélica que equipa a defesa também arma o agressor. No campo moral, a mentira prevalece sobre a verdade, a infidelidade sobre a fidelidade, a desonestidade sobre a honestidade, a incredulidade sobre a fé. Quando a Palavra de Deus perde o valor para o homem, a do homem perde a confiabilidade, a autenticidade, a veracidade. Eis porque é “maldito o homem que confia no homem”, pois são todos igualmente pecadores, espiritualmente incapazes e moralmente corrompidos. “Bom, só um, que é Deus.” Não há recurso humano capaz de retirar o homem de seu estado de depravação e miséria. Somente Deus em Cristo Jesus pode fazê-lo, e o faz por sua infinita bondade e inefável misericórdia.

PECADO

Pergunta 24: “Que é pecado?”

Resposta: *Pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou a transgressão de qualquer lei por ele dada como regra à criatura racional”(Rm 3.23; I Jo 3. 4; Gl 3. 10-12; Tg 4. 17).*

PECADO, ATO CONSCIENTE.

Pecado é sempre um ato consciente contra a vontade de Deus. Tal vontade pode estar expressa em mandamentos formais como, por exemplo, o Decálogo, ou contida em princípios morais do bem, do certo e do justo inculcados na consciência humana e, por meio dela, transmitidos à sociedade em forma de padrões comportamentais. Cremos que todas as normas morais de conduta, as estabelecidas em códigos escritos regulamentados e as mantidas nas tradições culturais, são procedentes do grande Legislador e Governador do universo e das civilizações e por ele mantidas. Assim, cremos, tanto é pecado matar, porque existe um mandamento escrito a respeito, como o são, por exemplo: poluir o ar e as fontes de água potável, fazer propaganda enganosa, discriminar as pessoas, ser orgulhoso, desonesto, infiel, incontinente, perdulário e pornógrafo. Os atos, em situações normais, refletem o estado interior de cada um: “*Porque do coração procedem os maus desígnios, homicídios, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias”(Mt 5. 19).* O pecado antecede-se ao fato delituoso ou à atitude periculosa como fonte causal. A lei coíbe e reprime a conduta pecaminosa, mas deixa intocável o pecado arraigado no interior do homem, dominando toda a sua natureza, a essência de seu ego. Ordenando e condenando as exterioridades, a lei mosaica acabou permitindo o

aparecimento de “santos formais” que, na realidade, eram pecadores reais, túmulos caiados. O formalismo legal pode produzir hipócritas: religiosos externamente irrepreensíveis e internamente corruptos. Não somos pecadores porque quebramos a lei; quebramo-la por sermos pecadores. O pecado corrompeu a vontade humana e fez a desobediência ser mais forte que a obediência. Neste caso, a lei funciona como mecanismo de controle do pecado, não como poder eliminador. O pecado, pois, é um estado natural do ser humano caído e, conseqüentemente, em situação de conflito com Deus. Tal estado de rebeldia pode ser manifesto em ações pecaminosas ou permanecer como câncer oculto no interior da alma pecadora. A lei pode funcionar como máscara de fingimento, mas a graça é sempre luz que revela o justo.

Podemos resumir o que se disse até aqui pela sentença: O ato é a expressão do mal; o pecado é o mal em si, nem sempre expresso. Eis porque os escribas e fariseus, legalmente inatacáveis, eram tão pecadores quanto a mulher adúltera(Jo 8. 1- 11).

Algumas definições de pecado:

Errar o alvo: não atingir o objetivo, desviar-se: conceito deduzida da palavra hebraica *hata'a*. Esta definição atribui o pecado à ação volitiva do homem, não levando em conta a tentação e a intrínseca perversão humana. O erro de Adão foi consciente, mas procedente de uma consciência induzida pelo tentador. A opção errada foi: Almejar ser deus; livrar-se da condição de servo. Aqui também temos de estabelecer a antítese: Não somos pecadores porque erramos o alvo; erramo-lo por ser pecadores: “*Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe*”(Sl 51. 5).

Quebra da Lei de Deus: Sem dúvida, pecado é quebra da lei de Deus por disposição mental, pensamento e ação. Estabelece-se um ciclo vicioso: O pecado nos leva à transgressão; a transgressão gera e qualifica o pecado, deixando o pecador sob juízo por causa dos delitos expressos. O primeiro pecado da humanidade originou-se da quebra do pacto. A partir de então, todos os homens tornaram-se pecadores, isto é, de aliança rompida com Deus e espiritualmente corrompidos. As leis posteriores, portanto, foram dadas a um homem pecador, totalmente inabilitado e incapaz de cumpri-las.

Cobiça: Para Tiago, a origem do pecado é a cobiça: querer para si o que é do outro, desejar o que não merece: “ *Cada um é tentado pela sua própria cobiça, quando o atrai e seduz. Então a cobiça, depois de haver concebido, dá à luz o pecado; e o pecado, uma vez consumado, gera a morte*(Tg 1. 14, 15). A cobiça é uma anti-virtude, e só pode ser concebida por uma pessoa voltada para si mesma, egoísta e insatisfeita com o que é e com o que tem. Numa alma sadia, direcionada para Deus e para o próximo, a cobiça não se instalará. Portanto, ela é fruto da mente corrompida pelo pecado original.

Incredulidade: A crença em Deus leva à salvação; a incredulidade, à perdição(Mc 16. 16; Jo 3. 15, 16, 18, 36; At 16. 31). A matriz do pecado é a incredulidade. Incrédulo não é somente o que não crê na existência do Deus trino, Criador, Senhor e Governador do universo e Redentor dos eleitos, mas também o que, crendo, não o ouve, não lhe acata as ordens, não confia nele, não o serve. Tem-se, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, a ambigüidade: o “crente” confessional e o ateu prático, possibilitando uma religiosidade formal e permissiva. A constatação leva-nos a afirmar que há incontáveis religiosos ambíguos: piedosos na Igreja e ímpios no mundo. O farisaísmo realmente não morreu.

O HOMEM PECADOR

Pergunta 25: *“Em que consiste o pecado desse estado em que o homem caiu?”*

Resposta: *O pecado desse estado em que o homem caiu consiste na culpa do primeiro pecado de Adão (Rm 5. 12, 19; I Co 15.22), na falta de retidão na qual este foi criado e na corrupção da sua natureza pela qual se tornou inteiramente indisposto, incapaz e oposto a todo bem espiritual e inclinado a todo mal, e isso continuamente (Rm 5. 6; Ef 2. 1-3; Rm 8. 7, 8; Gn 6. 5; Rm 3. 10- 20; Sl 51. 5; Sl 58. 3); o que geralmente se chama pecado original, do qual procedem todas as transgressões atuais” (Tg 1. 14, 15; Mt 15. 19).*

MALIGNIDADE DO PECADO

O pecado é a quebra do pacto com Deus. Como o pacto abrangia a totalidade da existência, a integralidade da pessoa e a integridade do ser pactuado em todos os seus aspectos(material, social, psicológico, físico e espiritual), o homem ficou totalmente alienado de seu Pai celeste, desajustado, desorientado e perdido. E mais: a sua natureza espiritual, desvinculada da fonte original, ficou irremediavelmente alienada; alienação que atingiu a humanidade inteira. Todos os seres humanos, portanto, nascem no estado de pecaminosidade: *“Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe”*(Sl 51. 5).

PECADO PESSOAL

O pecado se origina, reforça-se e se expressa: na herança da transgressão do primeiro homem ou “pecado original”; na corrupção da natureza humana; na influência do meio social. O homem foi criado para ser uma unidade com Deus e com o próximo, ocupando a divindade o centro aglutinador do entrelaçamento: Deus-Eu-Tu. O pecado não somente interrompeu tal união, mas predisps o homem ao conflito com o Pai celeste e com seu semelhante.

Adão pecou conscientemente, por livre iniciativa, por arbítrio próprio e volição responsável. Assim também agem seus descendentes. Deus não o deixou sem lei. Determinou-lhe com clareza os limites entre o permitido e o proibido, entre o que era seu e o que pertencia ao seu Senhor, o que lhe seria uma bênção e o que lhe causaria a morte, a obediência e a desobediência, o bem e o mal, o sim e o não. Instruído e advertido, Deus ainda lhe prestava assistência por supervisão diária (Gn 3. 8). Nossos primeiros pais, portanto, não eram ignorantes e nem desassistidos. Não pecaram por falta de instrução, carência de apoio, abandono do Criador ou insuficiências vitais. Rebelaram-se sem qualquer motivo, pecaram consciente e responsabilmente. Chamado a prestar conta, Adão tentou incriminar o Justo por sua injustiça e deliberada rebeldia (Gn 3. 13). Como nosso ancestral, pecamos pessoal, responsável e livremente, sabendo distinguir o pecaminoso do virtuoso. Nossos pecados têm conseqüências desastrosas na nossa vida e na de nossos descendentes e circunstantes.

INFLUÊNCIA DO MEIO

Não há sociedade sem pessoas ao mesmo tempo individualizadas e socializadas. A responsabilidade de cada integrante produz a responsabilidade coletiva. Um povo iníquo cria e mantém organizações iníquas. Os indivíduos sujam o meio e se sujam nele. As pessoas individualmente corrompidas corrompem as bases sociais e institucionais e

são por elas corrompidas. Dizem que o indivíduo é produto do meio; mas o que é “meio” aqui referido? -É a soma de indivíduos criadores da cultura social. No organismo comunitário o mal é muito mais contagiante que o bem. E quanto mais depravada a sociedade, mais débil e restrito, o conceito de pecado, mais ampla a permissividade. A sociedade permissiva gera indivíduos permissivos, e estes reproduzem a moral que receberam. Somente a regeneração é capaz de quebrar o ciclo vicioso “indivíduo-sociedade; sociedade-indivíduo. A palavra de Deus, inserida no corpo social, inibe o desenvolvimento da malignidade. O pecado é parte da humanidade como a célula cancerígena o é do organismo humano; um e outro desenvolvem-se destruidoramente se não houver defesa orgânica, se o corpo não possuir anticorpos capazes de impedir-lhes a ação maléfica. A presença da verdade revelada e da ética bíblica têm impedido a completa deterioração social e a morte final do bem na terra.

O salvo, aquele que vence o mundo pela fé, não é “fruto do meio”, mas do Espírito. Este jamais se conforma com a sociedade alienada de Deus, pecaminosa, contaminada pelo mal, vencida pelo pecado (Rm 12.2). Assim, o mesmo tronco de onde sai um Caim, produz um Abel; a mesma humanidade que deu à luz um Saulo de Tarso, abortou um Nero.

INABILIDADE DO PECADOR

O pecado inabilita completamente o homem que, por si mesmo, não reverterá o quadro de perdição em que se encontra. Ele era importante, poderoso e grande porque enquanto estava ligado ao supremo Redentor de quem recebia a potência mística e em quem se tornava proeminente, espiritualmente falando. A suficiência do homem reside na suficiência de Deus. Desligada do Criador, fonte originária e mantenedora da vitalidade essencial do espírito, a criatura perde a potencialidade, a autenticidade, a veracidade, e a real espiritualidade. Em suma: torna-se totalmente incapaz de qualquer volição positiva e eficiente de auto-salvação. Somente a misericordiosa intervenção de Deus pode livrá-lo do estado de perdição e depravação em que se encontra.

PECADO ORIGINAL: CONSEQÜÊNCIAS

Pergunta 26: “*Como é o pecado original transmitido de nossos primeiros pais à sua posteridade?*”

Resposta: *O pecado original é transmitido de nossos primeiros pais à sua posteridade por geração natural, de maneira que todos os que assim procedem deles são concebidos e nascidos em pecado”(Sl 51.5; Jo 3.6).*

TRANSMISSÃO POR SOLIDARIEDADE.

O *pecado original*, constataavelmente existente, no nosso entendimento, não se transmite de geração a geração à semelhança de um fator genético ou de uma doença hereditária; não se propaga como um fato cultural negativo, passando de pais a filhos; não se perpetua por atuação direta de Satanás em cada ser humano que nasce, fazendo dele um filho do pecado, propenso ao mal e refratário ao bem; ele é a conseqüência da quebra do pacto, por parte da criatura, da fiel comunhão com o Criador e irrestrita obediência a

ele. A família humana, quando resumida no casal primevo, firmou uma aliança de respeitoso consórcio com Deus. E, por livre iniciativa, rejeitou-a, assumindo a responsabilidade de auto-gestão; estabelecendo, por si mesma, o que lhe convinha no campo opcional entre o bem e o mal. Em Adão, todos pecamos por pertencermos à humanidade insubmissa, que não desejou e nem deseja viver na condição responsável de serva de Deus. Seu alvo foi e é seu próprio “senhorio”, não a submissão; anseia servir-se de Deus, mas nega servi-lo; busca a coroa da glória, mas se recusa a tomar a cruz diária da renúncia, da servidão e do sacrifício. Podemos usar, como o faz o Catecismo, a expressão: “*por geração natural*”, compreendendo, porém, que a *transmissão do pecado* se dá por envolvimento solidário e prático da humanidade total, e nela cada ser humano, na *quebra do pacto original*.

PECADO ORIGINAL, FONTE DE PECADOS ATUAIS.

A raiz de todos os pecados atuais, ocultos e manifestos, é o pecado original que, por ser um estado, é inespecificável e ingraduável. A qualificação e a mensuração dos pecados factuais, enquanto atos sociais, morais e espirituais, é possível. O catolicismo medieval deu-se à tarefa até de quantificá-los e graduá-los para estabelecer-lhes e prescrever-lhes penas ou penitências cabíveis. A ética não encontra muitas dificuldades para definir, com razoável lógica, os limites de valor e desvalor entre o certo e o errado, o bem e o mal, o carnal e o espiritual. Porém, como o pecado penetrou a natureza humana e nela permanece, causando-lhe corruptibilidade genésica e corrupção histórica e existencial, somente se explica pelo rompimento do pacto inicial e geral com Deus de toda raça, então resumida e representada no primeiro casal. As Escrituras afirmam que o homem pecou e, em consequência, perdeu a comunhão com Deus e passou a fazer-lhe oposição, a denegrir-lhe a imagem. A humanidade, desde a rebelião edênica carrega, inapelável e irrevogavelmente, a herança pecaminosa de Adão, não como vítima passiva, mas como partícipe de sua rebeldia. O pecado, pois, não se propaga como uma infestação contagiosa, que passa de geração a geração pelo veículo reprodutivo à semelhança da sífilis. A contaminação física não ilustra ou explica a depravação espiritual. O material e o espiritual são realidades deferentes, embora um se expresse no e por meio do outro. Há enfermidades e disfunções orgânicas que, realmente, passam de pais para filhos, mas o pecado não é um defeito genérico ou uma doença hereditária que se transmite de pecador a pecador; somos pecadores por *solidariedade*: nossos pais e nós, neles e com eles, quebramos o pacto, rompemos a comunhão com o Pai celeste, assumimos a condição de bastardos.

RESUMINDO:

A quebra do primeiro e essencial pacto implicou em:

- a- A queda de toda humanidade então existente, Adão e Eva. Da humanidade caída procedemos, e cada ser humana aprofunda as divergências com o seu Criador. Em nós, alienados de Deus, a malignidade supera a benignidade.
- b- Negação, por parte do homem, da paternidade divina. Tal filiação impunha ao filho as “restrições” do dever filial da obediência, do respeito, da submissão e da servitude.
- c- Desligamento da fonte da existência eterna. Deus é a vida absoluta, espiritualmente imortal. Fora dele, a morte para sempre. Sem vínculo com o Criador e Pai, o homem ficou entregue à morte.

d- Afastamento da base e da raiz do bem primordial e perfeito: o Senhor, Criador e Governador do universo, Rei imutável, Ser eterno e Santo imaculável. Sem a qualidade intrínseca do **bem** e o poder controlador e diretivo do **Bom**, perfeito em si mesmo, o homem se deixa dominar externamente pelo maligno e internamento pelo mal que nele existe como parte de sua natureza, pois se tornou *filho da ira*.

e- Egocentrismo no lugar do teocentrismo prevalente antes da queda. O homem, anteriormente voltado para Deus, voltou-se para si mesmo, egocentrizou-se ao atribuir-se, mísero mortal, valores transcendentais e eternos, fazendo do temporal e do transitório o ideal de sua existência e o alvo de sua vida. O materialismo tem sido o maior inimigo do homem: fecha-lhe os olhos espirituais e o indispõe contra o Senhor da vida.

CONSEQÜÊNCIAS DA QUEDA

Pergunta 27: *“Qual a miséria que a queda trouxe sobre o gênero humano?”*

Resposta: *A queda trouxe sobre o gênero humano a perda da comunhão com Deus (Gn 3. 8,24), o seu desagrado e maldição, de modo que somos por natureza filhos da ira (Ef 2. 2,3), escravos de Satanás (II Tm 2. 26; Lc 11. 21,22; Hb 2. 14; Lm 3. 39) e justamente expostos a todas as punições, neste mundo e no vindouro” (Rm 6.23; Mt 25. 41,46).*

PERDA DA COMUNHÃO COM DEUS

O homem foi criado para ser um conjunto indiviso, *pneumo-soma*, tendo por finalidades essenciais e elevadíssima honra: viver em comunhão eterna com o Criador; servi-lo com dedicação exclusiva; submeter-se a ele incondicionalmente; louvá-lo e gozá-lo para sempre. Tudo isso em pleno estado de incorruptibilidade, sem o pecado, sem a conturbadora interveniência do mal e protegido da depravadora interferência do maligno, enquanto se manteve a fidelidade pactual. No período de vigência da primeira e fundamental aliança, os canais interativos e comunicativos, que vinculavam a criatura ao Criador, deixavam fluir livremente o amor agápico, o inefável prazer da santa convivência, o maravilhoso diálogo do filho amado com o Pai querido e respeitado. Adão, no entanto, homem inteligente, livre e racional, sem obrigação coercitiva de ser amigo de Deus, respeitá-lo e considerá-lo como Pai e servi-lo como servo, optou pela proposta do tentador, que lhe garantiu proeminência e insuperável elevação com a promessa de introduzi-lo no universo da divindade, igualando-o ao supremo Criador, promovendo-o de servo a senhor, de criatura a criador, de humano a divino, de “imagem” à realidade figurada. A tentação despertou no primeiro homem a cobiça e o egoísmo. Então, o inconformismo de ser “apenas servo” levou-o à rebeldia contra o seu Senhor, ao rompimento da aliança, comprometendo e envolvendo todos os seus pósteros. Rebelada em Adão em quem se potencializava, a humanidade rompeu-se com o seu Criador, perdeu-se, corrompeu-se. De filhos obedientes e acariciados pelo Pai na família da aliança e da fé, tornamo-nos rebeldes bastardos, incrédulos, desrespeitosos, renegados e materialistas.

ABORRECEDORES DE DEUS

Criado para glória do Criador, segundo os seus insondáveis e eternos propósitos, a mais perfeita e complexa obra da criação, o único no universo que, sendo espiritual, foi dotado de corpo físico expressivo, imagem de Deus, o homem, pela transgressão, transformou-se em pecador, indigno de ser chamado filho de Deus pois, rebelado e corrompido, não podia representar com dignidade e honra aquele que o criou. O sagrado profanou-se; o santificado maculou-se; o moral imoralizou-se; o cultuador do Pai paganizou-se; a bênção se fez maldição; o salvo se perverteu, perdeu-se. Quem foi criado para a fidelidade eterna e louvor sincero e permanente de seu Criador, destinado à paz, à felicidade e à segurança, agora geme e chora na alienação de bastardo mas, ao mesmo tempo, voltado para si mesmo, exalta-se, projeta a sua incredulidade e se conforma com seu estado pecaminoso. O homem perdido, em virtude de sua natureza bidimensional(pneumo-soma) tem sido universalmente religioso, mas por não ser guiado pelo Espírito de Deus, sua adoração dirige-se a ícones, a divindades pagãs, não ao Deus vivo e verdadeiro, que detesta a idolatria.

MALDITOS FILHOS DA IRA

A humanidade, de objeto do insondável amor de Deus sem a tristeza temporal e eterna da justiça divina, passou a alvo permanente de seu justo juízo e de sua inescapável ira. Segregados do paraíso, amargamos no exílio os horrores dos renegados, as carências próprias da bastardia. Nascidos para gozarmos continuamente a proteção, os afetos e as bênçãos do Pai na paz da casa paterna, tomamos a iniciativa, na pessoa dos ancestrais, de deixar o convívio de Deus de quem éramos filhos e servos para sermos “livres”, numa liberdade sem paternidade, sem compromisso filial. Lançamo-nos na perdição, degradamo-nos e corrompemos o meio em que vivemos. Longe da pátria que nos foi destinada, peregrinos e forasteiros em terras alheias e estranhas, na condição de filhos traidores, estamos sob a ira de Deus e tudo nos é hostil: o clima, a terra, a natureza, a sociedade. Tudo nos ameaça: traumas e frustrações, acidentes e doenças, perigos e tragédias, calamidades e catástrofes, mutilações e morte, tentador e tentações. Ao sensual gozo da juventude segue a velhice; aos prazeres da mocidade sucedem as dores do fim da existência. O mal domina sobre o bem. O pecado expande-se; a justiça se encolhe. O material e o sensual predominam sobre o espiritual e o racional, sufocando o bem, o amor, a esperança e a fé. O maligno escraviza os réprobos e tenta forte e tenazmente os eleitos.

PUNIÇÕES DO PECADO

Pergunta 28: *“Quais são as punições do pecado neste mundo?”*

Resposta: *As punições do pecado neste mundo são: ou interiores como cegueira do entendimento(Ef 4. 18), sentimentos depravados(Rm 1. 28), fortes ilusões(II Ts 2. 11), dureza de coração(Rm 2. 5), remorso na consciência(Is 33. 14) e afetos baixos(Rm 1. 26); ou exteriores, como maldição de Deus sobre as criaturas por nossa causa(Gn 3. 17)*

e todos os outros males que caem sobre nós, em nossos corpos, nossos bens, relações e trabalhos(Dt 28. 15), juntamente com a morte(Rm 6. 21, 23).”

PUNIÇÕES INTERIORES

CEGUEIRA DE ENTENDIMENTO. Antes do pecado, o homem, como imagem e semelhança de Deus, estava conectado interativamente à fonte do poder, da sabedoria, dos sentimentos puros, da espiritualidade, da vida eterna. A queda desligou tal conexão e o homem perdeu a maior parte do “conhecimento do bem”, e, existencialmente, comprometeu-se com o pecado, mal essencial que, imperativamente, o tem alienado da ciência e da consciência perfeitas existentes em Deus, o Pai das luzes. O ser humano, sem interação substancial, vital e espiritual com o onipotente, onisciente e onividente, fragilizou-se, conservando apenas sinais volitivos e cognitivos da verdadeira “*imago Dei*” original. Privado da energia e da iluminação de seu Criador de quem era “semelhante” e ao qual se ligava, a obra prima da criação sofreu consideráveis desgastes causados pela corrupção psicossomática pessoal. Sua inteligência intelectual, perceptiva, sensitiva e emotiva tornou-se limitadíssima, especialmente no campo espiritual, dependente do conhecimento revelado. Quem muito sabe, ainda sabe muito pouco.

SENTIMENTOS DEPRAVADOS. O mal tem maculado os sentimentos, impedindo-lhes a autenticidade e a pureza. Os vícios impedem o afloramento das virtudes e as maculam, quando afloradas. Mesmo que se queira fazer o bem, a malévola impulsão interna e as pressões e os obstáculos externos não permitem a sua plena e perfeita execução. A carne milita contra o espírito e, nos réprobos, vence sempre. Os eleitos, porém, têm sido protegidos pela graça divina da derrota final nas tentações diversas intrínsecas e extrínsecas.

FORTES ILUSÕES. O sexo, o dinheiro e o “status” são fortíssimas ilusões, se considerados em si mesmos e mal usados. Para o mundo sem Deus os principais valores são carnis e materiais: o *sexo*, maior prazer. O *dinheiro*, maior conforto e segurança. “*Status*”, maior elevação do ego. Para o réprobo sem fé e sem esperança, egoísta e materialista, estas três coisas lhe são essenciais e fundamentais; nelas e por elas ele se julga realizar-se, pois são, no seu entendimento, os elementos constitutivos, quando associados, do seu paraíso terrestre. Os meios são transformados em fins. As coisas mais nobres e fundamentais, criadas para bênção do homem, o pecado deprava e degrada.

DUREZA DE CORAÇÃO. O pecado egocentizou o homem, fazendo-o voltar-se para si mesmo, o que o fez empedernido de coração, impiedoso, insensível, faccioso, cruel, desumano, belicoso, odiento e presunçoso, com grande dificuldade para amar, compreender e perdoar, e imensa propensão ao ódio, à vindita, ao menosprezo. As pessoas sentem-se aliviadas quando descarregam as peçonhas e as tempestades interiores sobre alguém, mas se constroem ao pedir perdão(ou até mesmo de perdoar), procedimento que requer humildade, humilhação e reconhecimento de falhas morais. É fácil ser mau; difícil é ser bom!

REMORSO NA CONSCIÊNCIA. O remorso é um incontrolável sentimento de culpa por ato que se praticou, por atitudes ofensivas e prejudiciais a alguém, por omissões ou ações que resultaram em danos irreversíveis ao praticante e ao próximo. Todos os seres humanos estão sujeitos ao remorso na presente vida e certamente o experimentarão intensamente, quando a totalidade de seus pecados e a dureza de suas realidades

maléficas ficarem expostas à sua consciência e ao juízo de Deus no tribunal eterno. O remorso, na atual existência, é um tipo a punição psicológica.

AFETOS BAIXOS. São afetos baixos, deprimentes e degradantes: homossexualismo, narcisismo, pedofilismo, zoofilismo, masoquismo, sadismo, sadomasoquismo, impudicícias, avareza, ingratidão, desonestidade, infidelidade, perversidade e tantas outros males morais e vícios concupiscentes. O pecado, efetivamente, degradou a humanidade. Não há mal interior sem afetação da personalidade e do caráter e sem danosas conseqüências externas.

PUNIÇÕES NATURAIS, EXTERIORES.

O ambiente natural submete o homem a constantes riscos: terremotos, maremotos, temporais, secas, tempestades, tornados, vulcões, endemias, epidemias...A vida humana está sempre ameaçada; e a morte a todos atinge. O pecado não degenerou somente o pecador, mas trouxe conseqüências para toda ordem criada, que também aguarda o dia de sua restauração, quando haverá um novo céu e uma nova terra perfeitamente harmônicos e livres de calamidades, conturbações cósmicas, enfermidades, tentações, penúrias, tristezas, condenações e mortes. O conflito entre o homem e Deus, entre os próprios seres humanos e entre a criatura e a natureza não mais existirá. Retirado o pecado do mundo, a paz e a santidade voltarão aos corações.

PUNIÇÕES ETERNAS

Pergunta 29: *“Quais são as punições do pecado no mundo vindouro?”*

Resposta: *As punições do pecado no mundo vindouro são a separação da presença consoladora de Deus e os tormentos mais rigorosos na alma e no corpo, sem intermissão, no fogo do inferno para sempre”(II Ts 1.9; Mc. 9. 47, 48; Lc 16. 24,26; Ap 14. 11).*

RESPONSABILIDADE HUMANA

O homem foi criado como ser inteligente, livre, responsável, dotado de sabedoria espiritual revelada, capacitado para adquirir e aprofundar os conhecimentos empíricos de si mesmo, dos semelhantes e da natureza. Suas relações, portanto, com o Criador eram conscientes e racionais, além de sentimentais e espirituais. Suas vinculações com seu Senhor e Pai não eram automáticas, maquinais, firmadas nos princípios da infinita superioridade de Deus e da extrema inferioridade humana, na incontestável autoridade divina do Criador e na humilde e irrevogável submissão da criatura, mas no amor recíproco de Pai e filho. O homem, portanto, não veio ao mundo, trazido pelas mãos de seu Criador, para ser escravo, mas liberto, com capacidade de preferir e selecionar, de descartar e rejeitar. No uso de seu livre arbítrio, no entanto, abandonou o Genitor e Amigo, a paz e a luz, optando pelo inimigo e destruidor e pela intranqüilidade das trevas, sabendo que a desobediência ao seu Senhor lhe causaria o rompimento dos liames paternos e lhe traria, segundo os termos pactuais, o castigo da morte. Ciente de tudo, assumiu o ônus da culpa. Em conseqüência, perdeu o convívio e a privacidade com Deus, aprofundou-se na alienação e na degradação, foi deserdado da herança eterna e castigado

com a morte espiritual: separação da fonte da vida, Deus. Assim o homem, livre e conscientemente jogou-se na perdição, trazendo sobre si tanto o juízo temporal como o eterno. Tal opção pelo mal, quando tinha tudo para não fazê-lo, colocou a humanidade no caminho de outro destino, o mais indesejável: o inferno.

ETERNA SEPARAÇÃO DE DEUS.

O ateu, o idólatra, o falso cristão e o crente verdadeiro, no estágio da vida terrena, compartilham o mesmo universo, com nítidas vantagens para os incrédulos, materialistas e falsos cristãos. O afastamento de Deus, suprema fonte do bem, causa a degradação do indivíduo e da sociedade, a corrupção do caráter e, mais grave ainda, a perversão espiritual, redundando no materialismo desenfreado, na adulteração da palavra revelada e na profanação do santíssimo nome de Deus. Como resultado final de semelhante alienação da criatura de seu Criador, o homem degenerado entrega-se à desonestidade, à infidelidade, à avareza, à luxúria, ao egoísmo e à concupiscência. Em Deus o ser humano realiza-se, espiritualiza-se; desligado dele, brutaliza-se, animaliza-se.

A terra é, realidade constatada, o paraíso do perverso, o calvário do justo. Aqui se crucifica o Santo Nazareno e se liberta o marginal Barrabás; verifica-se o faustoso regalo do rico avarento e a desgraça do mendigo e faminto Lázaro; os maus triunfam pelo uso da mentira e da inescrupulosidade; os bons, apegados à verdade, sofrem a desleal concorrência dos desonestos. No outro lado da vida, no entanto, a situação se inverterá: o servo de Deus será recolhido no seio de Abraão, enquanto o escravo de si mesmo, pecador irremisso, lançado no inferno, reunido a todos os réprobos, será submetido aos tormentos eternos, onde haverá tristeza inconsolável, choro permanente e persistente ranger de dentes, pois, figurativamente, em tal estado o fogo jamais se apaga e o bicho nunca morre. A ausência do Consolador provocará situação contínua de angústia e dolorosa condição de inconsolabilidade. Duro é estar com Deus no mundo dos ateus. Mil vezes pior é ficar sem Deus no Sheol, afastado do convívio dos eleitos e privado do mínimo de fé, de esperança e de amor. O desespero é tão grande que o rico da parábola, conta Jesus, pediu a Abraão que mandasse Lázaro molhar o dedo na água para refrescar sua língua. A presença dos santos na terra refrigera-a, torna-a suportável e possível a justos e réprobos. No inferno, porém, sem a companhia dos eleitos de Deus e sem o consolo do Espírito Santo, a solidão, o desespero, o paroxismo interminável do remorso, a infundável desesperança de livramento submetem o renegado a padecimentos insuportáveis e irremediáveis. Tudo isto agravado pela desagradável presença da horripilante figura de Satanás, o abominável inimigo de Deus e impiedoso carrasco dos perdidos. Quem deixa ou menospreza a paz com Deus, escolhe os intoleráveis e inescapáveis horrores do inferno.

O sofrimento ininterrupto e imitigável da alma sem Deus no estado intermediário agravar-se-á na vida ressurreta, corporificada. O corpo assumirá o impacto de todas as dores da alma não regenerada. A ressurreição do justo é bênção glorificante; a do injusto, intensividade penal do castigo eterno.

PACTOS: OBRA E GRAÇA

Pergunta 30: “*Deixa Deus todo o gênero humano perecer no estado de miséria e pecado?*”

Resposta: *Deus não deixa todos os homens perecerem no estado de pecado e miséria em que caíram pela violação do primeiro pacto comumente chamado o pacto das obras (I Ts 5.9); mas por puro amor e misericórdia livra os escolhidos desse estado e os introduz num estado de salvação pelo segundo pacto comumente chamado o pacto da graça” (Gl 3.10; Tt 3.4-7; Tt 1.2; Rm 3.20-22).*

PACTO DE OBRAS.

No pacto edênico, estabelecido por Deus com a humanidade na pessoa de Adão, tanto a continuidade como revogabilidade dependiam da fidelidade humana; e o homem não foi dotado com o atributo da impecabilidade, que somente à divindade pertence. Inábil para sustentar os termos da promessa, o homem, embora “*imago Dei*”, quebrou o pacto.

O sinal do pacto de obras. O marco, a prova, o objeto e o símbolo da primeira aliança foi a “*árvore do conhecimento do bem e do mal*” (Gn 2.17), uma propriedade exclusiva de Deus inserida no patrimônio destinado ao homem. A bênção da filiação preservar-se-ia pelo respeito e obediência ao Criador concretizados na guarda e manutenção de sua *árvore solitária* na floresta de Adão. Recebendo muito, quase a totalidade, o homem deveria contentar-se e não se apropriar do mínimo que o Criador reservou para si. No entanto, movido pela injustificável ganância de possuir e dominar, pelo egoísmo e pela egolatria, o homem tornou-se infiel, indigno de confiança, apropriando-se do que era privativo de seu Senhor. Rompido com Deus, a malignidade dominou sua mente e estabeleceu nele um “*modo de vida*”, no raciocínio e nas ações, contrário ao desejo do Criador. E assim, sua condição psíquica pecaminosa e sua cultura alienada passaram, como elementos constitutivos e formadores, à posteridade. Adão, portanto, caindo, levando com ele e nele a humanidade inteira. Em virtude da queda, o homem nasce sob o signo do pecado e, no curso da existência, degenera-se, perdendo a capacidade de auto-regeneração e, como participante de uma sociedade decaída, enfrenta os poderes do mal opostos ao bem, agindo interna e externamente, como imensa força indutiva do pecado. O ser humano tornou-se contumaz infrator da lei de Deus; culpabilidade lhe assinala a consciência.

A quebra do pacto de obras levou a humanidade a um estado de miserabilidade moral e espiritual.

PACTO DA GRAÇA

Da massa degenerada, entregue ao domínio do maligno e do pecado, Deus retira um remanescente por eleição de sua livre graça e o salva em e por seu Filho Jesus Cristo, o Eleito dos eleitos. A efetivação soberana da redenção dos escolhidos pela exclusiva obra do Cordeiro chama-se **Pacto da Graça**. A salvação realizada na cruz é graciosa para os eleitos, mas penosa, dolorosa e sacrificial para o Filho de Deus, que teve de guardar cabalmente as leis pactuais vigentes e ainda cumprir a sentença imposta à humanidade pela ab-rogação do pacto de obras (Gn 2.17), morrendo crucificado como se pecador fosse. Para que a remissão se tornasse possível, Jesus padeceu o martírio e o sacrifício como vítima que se oferta e sacerdote ao mesmo tempo. Distinguem-se, portanto, no

“Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” as vozes do ofertante, do sacerdote e da vítima: “*O meu Pai me ama, porque dou a minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou*”(Jo 10.17,18^a). “*Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?*”.

Deus se encarna. A encarnação é a humanização de Deus, mas não a divinização do homem. Ela representa a introdução do divino no universo humano para que a remissão dos pecados se torne possível e o redimido readquira sua verdadeira e plena humanidade perdida com a queda. Deus, após a encarnação, permaneceu o mesmo. O homem redimido, no entanto, passa a ser nova criatura. A encarnação viabilizou a redenção para todos os homens e a torna eficaz exclusivamente aos eleitos. O único meio de salvação para reconciliação com Deus é a graça conquistada no Calvário pelo Messias da promessa. No pacto de obras tudo dependia do homem, de sua vontade e fidelidade; no da graça, tudo depende exclusivamente de Deus. No pacto de obras, quebrado, e no da Lei o homem dependia de si mesmo, de seu livre arbítrio, da fidelidade e da obediência; no da graça, somos escolhidos e colocados no **caminho**, Jesus Cristo, e conduzidos pelo Espírito Santo. A livre agência leva o homem para perdição; a mão de Deus em Cristo Jesus o conduz à salvação.

Não firmamos pacto com Deus ou nele ingressamos pela crença pessoal e racional, mas pela fé carismática, dom de Deus, por meio da qual comungamos com o Redentor na fraternidade dos regenerados. Sem fé é impossível agradar a Deus. Portanto, a comunidade dos pactuados constitui-se de eleitos, os únicos agraciados com os dons da fé, da esperança e do amor. Todos os escolhidos são atraídos a Cristo Jesus e a ele conduzidos pelo Espírito Santo. Os réprobos, induzidos pelo maligno e entregues aos próprios desejos, de Cristo se afastam, renegam-no, traem-no. O evangelho da graça não comove e nem move os que não são escolhidos e vocacionados.

O PACTO DA GRAÇA EM CRISTO

Pergunta 31: “*Com quem foi feito o pacto da graça?*”

Resposta: *O pacto da graça foi feito com Cristo, como o segundo Adão, e nele com todos os eleitos, como sua semente*”(I Co 15. 22,45; Ef 1. 4; II Tm 1. 9; Is 53. 10,11; Hb 2. 10,11,14).

A velha humanidade germinou-se e se derivou, por ação criadora de Deus, na e da cepa original, o primeiro Adão, criado à *imagem e semelhança do Criador*. A nova humanidade surgiu do e no segundo Adão, Jesus Cristo, o próprio Deus encarnado. De uma porção dos vasos quebrados, descaracterizados e desprezados, Deus, na pessoa de seu Filho amado, fez nascer a nova humanidade.

Os descendentes naturais do primeiro Adão, a semente reprovada, procederam de seu corpo na pessoa de Eva, a mãe original de todas as raças, gema de seres degenerados e perversos como Caim, Judas Iscariotes e Nero, mas também de pessoas eleitas e santas como Abel, Abraão e Jesus Cristo. No Filho do Homem, Verbo encarnado, verdadeiramente divino e verdadeiramente humano, a herança adâmica, para os

escolhidos, perece na cruz, desce ao túmulo e ressurgue regenerada e reconciliada com o Pai celeste. O primeiro Adão fracassou, envolvendo a posteridade de geração a geração. Porém, segundo a promessa, da semente da mulher nasceu o segundo Adão, o Cristo prometido, fiador do pacto da graça. Herdamos a carga negativa, pecaminosa, de nosso ancestral. Nele estávamos em comunhão com Deus. Ele, por rebeldia e desobediência, abastardou-nos. Tomamos o rumo do “ego”, retiramos a vontade de Deus do centro de nossa vida, perdemos os objetivos para os quais fomos criados. Cristo esteve e está no Pai; nós, unidos a ele, no seu corpo, comparecemos diante do Criador e nele permanecemos sem qualquer possibilidade de queda. Se o Filho, segunda pessoa trinitária, não cai, os que nele estão igualmente não cairão. Em Cristo os regenerados estão seguros. A segurança não está no homem, em si mesmo frágil, mas em Deus na pessoa do Filho. Firmados em Cristo, nada nos abalará, nenhum poder nos dominará, nenhuma força nos destruirá, nem mesmo a morte nos liquidará; o nosso arrimo, Emanuel, é inarredável, inabalável e indestrutível. A firmeza do tronco garante a segurança dos rebentos. Cristo não está sujeito à queda; logo, seus eleitos, a semente do pacto da graça, estão absolutamente seguros, inamovíveis, perseverantes no reino do Cordeiro, tanto os que militam na vida presente como os que passaram para a existência futura.

O pacto da graça, pois, realiza-se exclusivamente em Cristo Jesus de quem se cobrou obediência irrestrita ao Pai até à morte, e morte de cruz. A aliança de redenção, portanto, não se fez com pecadores reprovados por causa da dorrogação do pacto de obras, inabilitados por si mesmos a reatarem comunhão com Deus. O Eleito dos eleitos sofreu todas as conseqüências da pecaminosidade humana, assumiu e suportou o peso universal da culpa humana, cumpriu a sentença divina de morte por todos os escolhidos, expiando-lhes o pecado, mas pessoalmente não pecou, nem sequer por pensamento ou intenção. Nele não se achou delito algum. O primeiro homem fraquejou em condições favoráveis, livre dos impulsos internos dos desejos corrompidos, da tentação e da influência social. Apenas um poder externo, o do tentador, existia. E este, apelando à vaidade, ao egoísmo e à ganância de nossos primeiros pais, fê-los cair. Caímos nele e com ele. A queda arremessou-nos longe do lar de nosso Pai e desgraçadamente nos alienou. Uma barreira humanamente intransponível levantou-se entre nós e Deus. Os méritos, os humanos recursos e as potencialidades do homem são insuficientes e impotentes para abrirem o caminho de retorno à comunhão com o Criador. Em Cristo retornamos à casa paterna, mesmo com a desagradável herança do pecado original, que nos causa fraquezas e insuficiência de submissão. O regenerado não é justo por si e em si mesmo: foi justificado por Cristo e nele permanece por sua misericórdia. Não dependem do eleito a reconciliação e a redenção, mas exclusivamente de Cristo. Nós, os redimidos, não culpamos o Criador pela queda na pessoa de primeiro homem com o qual somos solidários por meio de corrupção mental e de culpas fatuais. Somos pecadores por responsabilidade pessoal. Por outro lado, glorificamos o Redentor pela graça imerecida da redenção no Filho de Deus. Somos, os eleitos, de dupla natureza: uma natural e outra espiritual. A ancestralidade natural remonta a Adão e dele se origina; a espiritual emana de Cristo, nele se conserva e por ele se aperfeiçoa. Cristo, portanto, é o pai da nova humanidade reconciliada com Deus.

A graça opera por Cristo, apesar dos deméritos humanos. O Pai trata com o Filho; o Filho trata conosco. O Pai aceita-nos e nos recebe na pessoa do Filho, nosso genitor espiritual.

MANIFESTAÇÃO DA GRAÇA

Pergunta 32. “Como se manifesta a graça de Deus no segundo pacto?”

Resposta: *A graça de Deus é manifestada no segundo pacto em ele livremente prover e oferecer aos pecadores um Mediador(I Tm 2.5) e, por meio dele, a vida e a salvação(I Jo 5. 11,12); exigindo a fé como condição de interessá-los nele(Jo 3. 16; Jo 1. 12; Jo 3. 36), promete e dá o Espírito Santo a todos os seus eleitos, para neles operar essa fé, com todas as mais graças salvadoras(Jo 1. 12,13; Jo 3. 5,6,8; Gl 5.22,23), e para os habilitar a praticar toda a santa obediência(Ez 36.27), como evidência da sinceridade da sua fé(Tg 2.18,22) e gratidão para com Deus(II Co 5. 14,15) e como o caminho que Deus lhes designou para a salvação”(Ef 2.10; Tt 2. 14; Tt 3.8).*

SOMENTE DEUS.

Deus é o único planejador, promotor e executor unilateral do pacto da graça, competindo ao homem, se eleito, responder por meio do dom da fé salvadora, também uma graciosa concessão divina. A Trindade excelsa, desde toda eternidade, decretou, preordenou e providenciou salvar os escolhidos em Cristo Jesus. A operação redentora do Salvador independe da cooperação humana. O Mediador nos foi dado, a vida eterna outorgada, a perseverança dos salvos garantida, a santificação se realiza, tudo por livre e misericordiosa iniciativa e ação de Deus. Ao escolhido, predisposto e disposto pela graça, cabe receber a oferenda, agasalhá-la no ser, viver em função da nova realidade de agraciado em Cristo Jesus, produzir frutos espirituais.

O CARISMA DA FÉ.

A fé, que atrai para Deus e nos impulsiona para o testemunho, estabelece vínculos espirituais permanentes e indissolúveis entre o Criador e a criatura, o Salvador e o pecador. Ela, viabilizada pelo Espírito Santo e alimentada pela graça operante no regenerado, assegura-lhe a certeza de estar e permanecer em Deus e imprime-lhe a inabalável convicção de que luta hoje contra as forças do mal, mas com vitória garantida no porvir, na consumação dos séculos. O triunfo final e a glorificação do vencedor, porém, são concessões divinas, conforme o beneplácito eletivo do supremo Redentor, em nada dependendo do redimido: “*Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie”(Ef 2. 8,9).* Semelhante fé, no entanto, como entende Tiago, é visível e atuante, expressando-se em obras místicas, beatíficas e caritativas. Suas marcas externas são, portanto, os frutos morais, sociais e espirituais. A fé e o amor, casados no interior do crente, frutificam abundantemente para a glória de Deus. As virtudes pias, os méritos pessoais e a justiça humana não conquistam a salvação; a fé, quando opção e efetivação racionais, também não gera merecimento para vida eterna. Os feitos cristãos, beneméritos e piedosos, somente são verdadeiros quando nascem da graça divina no predestinado. Pelos frutos se

conhece a árvore que os produz e os qualifica. Somos salvos para servir, e não servimos para sermos salvos: *“E vos designei para que vades e deus frutos”*. O cristão autêntico não é bom com objetivo de receber recompensas divinas como prêmios à sua bondade; é a regeneração que produz nele qualidade moral elevada, santificação e submissão ao Salvador. Algumas pessoas entendem, erradamente, que é necessário ter fé para merecer a graça. Graça merecida deixa de ser graça. Nenhum pecador possui, ou tem poder para possuir, qualquer virtude meritória que lhe dê direito ao perdão e à redenção. A graça é absolutamente incondicional: Cristo morreu pelos pecadores no meio dos quais não havia e não há sequer um justo. O pacto da redenção em Cristo Jesus, portanto, reveste-se de irrestrita unilateralidade: Deus na pessoa do Filho divino-humano.

A DÁDIVA DO ESPÍRITO SANTO

A promessa de derramamento do Espírito Santo sobre todos os eleitos regenerados cumpre-se no pacto da graça; e sua presença no corpo místico, a Igreja, e na pessoa dos membros reais viabiliza e alimenta a fé salvadora de todos e de cada um. É, em consequência, a habitação, no crente, do Espírito, o revelador de Filho de Deus, que lhe garante a compreensão e aceitação das Escrituras e também a submissão a Cristo e o crescimento espiritual. Não há regenerado que não seja eleito; não há eleito regenerado sem o Espírito Santo e, portanto, destituído de fé, um carisma espiritual. Ao Espírito compete o ministério do convencimento, da crença, da união em Cristo, da unidade dos salvos, da comunhão com Deus. O “Pneuma” é a força centrípeta que nos mantém agregados em Cristo, o poder centrífugo que nos impele ao mundo como missionários, testemunhas e ministros, fogo que santifica os escolhidos, consolo que nos preserva nas tribulações.

Resumindo: O Pacto da Graça operou os seguintes mistérios redentores:

A encarnação do Filho de Deus, segunda pessoa trinitário, pela qual o encarnado, sendo verdadeiro Deus, fez-se verdadeiro homem.

O Verbo feito carne tornou-se único Mediador entre Deus e os homens, e somente ele tem condições, por ser ao mesmo tempo Deus e homem, de mediar ente o pecador e o redentor.

Pela encarnação, o sacrifício e a ressurreição, Cristo concede aos eleitos a salvação e a vida eterna.

O Messias, segundo Adão, cria um novo povo, a Igreja, e a entrega ao ministério do Espírito Santo, que usa ministros e dota o rebanho de carismas para edificação, santificação e crescimento do corpo eclesial.

Os carismas fundamentais doados pelo Espírito são: O amor, a esperança e a fé.

ADMINISTRAÇÃO DO PACTO DA GRAÇA

Pergunta 33: *“Foi o pacto da graça sempre administrado de uma só maneira?”*

Resposta: *O pacto da graça não foi administrado da mesma maneira; mas as suas administrações no Velho Testamento eram diferentes das de baixo do Novo Testamento” (II Co 3. 6-9; Hb 1. 1,2; Hb 8. 7-13).*

Todos os diversos pactos vetotestamentários tinham como alvo, propósito e objetivo o pacto final, o da graça, designado pelo seu realizador, o Filho de Deus, de: Novo Testamento de meu sangue”. O pacto da graça no Velho Testamento existiu embrionariamente no seio de Israel para vir plenamente à luz em Jesus Cristo e expressar-se testemunhalmente no corpo pactual do Cordeiro, a Igreja. O pacto neotestamentário consumado, portanto, consubstancia, não na forma, mas no conteúdo, todas as alianças anteriores: a da criação em Adão, a da reconstrução da humanidade em Noé, a da geração de um povo em Abraão, a da constituição de Israel em Moisés, a do estabelecimento de um reino messiânico em Davi. Todas as relações pactuals de Deus com seu povo procederam da graça de maneira tão includente que os teólogos de Westminster puderam unificá-las em um só conceito: Concerto da Graça, variando de testamento para testamento o “modus faciendi”.

Dicotomizam-se a revelação e o gracioso plano redentor de Deus, inadequadamente, em duas operações divergentes: lei e graça. O Velho Testamento, afirmam, mostra-nos um Deus legalista, inflexível, implacável, de radical justiça. O Novo Testamento nos revela um Deus de puro amor e perdão ilimitados. Nada mais incorreto. A Bíblia inteira é o registro da proclamação reveladora e dos atos redentores graciosos de Deus. A graça é a essência das Escrituras. Vemo-la nos relatos das origens do homem, quando Deus lhe abre, depois da queda, a possibilidade de redenção, prevendo a derrota completa e final do maligno; quando lhe promete libertação e livramento na semente da mulher; quando assinala o fratricida Caim, livrando-o da merecida vingança de morte. Temo-la no pacto noético pelo qual Deus insiste com a depravada humanidade para que se converta e seja salva. Encontramo-la no pacto abraâmico, quando Deus escolhe um povo sem tradição e sem história, “um arameu prestes a perecer”, como raça eleita, nação santa, sacerdotal. Divisamo-la no Êxodo, quando Deus retira seu povo do Egito com mão forte e braço estendido, sustenta-o no deserto e o protege contra poderosos e ferocíssimos inimigos. Descobrimo-la no pacto mosaico, quando o Rei eterno estabelece seu reinado peculiar sobre Israel e lhe concede o decálogo, depois de salvá-lo da escravidão faraônica. A graça da escolha estabeleceu a responsabilidade da obediência e do respeito. Em tudo se vê a operosidade de Deus onde havia somente impotência e conseqüente inoperosidade humanas.

A GRAÇA DA LEI.

A visão parcial e dicotômica da revelação veto-neotestamentária tem causado distorções doutrinárias inconcebíveis como, por exemplo, a idéia de que o Deus do Sinai nada tem a ver com o do Calvário: o de lá mata por justiça e salva pela lei; o de cá morre por amor e salva pela graça. Necessário nos é lembrar: os judeus receberam a lei depois, muito depois, de serem libertos da opressão egípcia, quando já estavam sob o domínio e o governo de Javé. Deus primeiro libertou o seu povo, propôs-lhe um pacto de relações mutuais permanentes numa nação da qual seria Rei e todos os cidadãos, seus súditos. Nada os judeus fizeram para “conquistarem” tal cidadania nem a receberam por quaisquer merecimentos. A lei é uma dádiva do Redentor aos seus eleitos redimidos, ordenanças do Pai aos seus filhos amados e recolhidos à casa paterna.

Muitos judeus e alguns cristãos entendem que não se chega à salvação exceto pelo exclusivo caminho da lei, e tentam provar semelhante doutrina citando textos mosaicos desvinculados dos ensinamentos de Cristo. Sem a visão integral e integrada, unificada e

contextual da revelação não se entende corretamente a graça redentora. O parcialismo exegético induz a crer-se que Deus, ao encarnar-se em Jesus Cristo, ou não é o mesmo ou mudou de opinião e de estratégia. Deus, porém, é imutável; nele não há variações.

Ninguém se regenera pela lei. Somos incapazes de cumpri-la. A regeneração é uma operação da graça em Jesus Cristo, que habilita o regenerado ao cumprimento da lei do amor e ao perdão de seus pecados. Na verdade, todos os passos em benefício do homem, todos os esforços para abertura das portas da redenção, todas as iniciativas reveladoras e redentoras partiram do volitivo beneplácito de Deus. É ele que sistemática e insistentemente busca o pecador eleito e lhe provê os meios necessários de salvação.

O mesmo Deus que não tolerava o pecado na velha dispensação, igualmente não o suporta na nova a tal ponto de vindicá-lo no seu próprio Filho pela cruelíssima morte de cruz. Sem o sacrifício do Cordeiro imaculado, a graça não se realizaria em nosso favor.

A lei é graça para os escolhidos tanto a encarnação do Verbo e seu sacrifício vicário. A ação de Deus em toda história da redenção pode e deve ser designada de “obra da graça” ou “administrações do pacto da graça”.

PACTO DA GRAÇA NO VELHO TESTAMENTO

Pergunta 34: *Como foi administrado o pacto da graça no Velho Testamento?*

Resposta: *O pacto da graça foi administrado no Velho Testamento por promessas(Rm 15.8), profecias(At 3. 20,24), sacrifícios(Hb 10. 1), pela circuncisão(Rm 4. 11), pela páscoa(I Co 5. 7; Ex 12. 14,17,24) e por outros símbolos e ordenanças; todos os quais tipificam o Cristo que havia de vir e eram naquele tempo suficientes para edificar os eleitos na fé do Messias prometido(Hb 11. 13), por quem tiveram, ainda nesse tempo, a plena remissão do pecado e a salvação eterna(Gl 3. 7-9,14).”*

CRISTOCENTRISMO DO PACTO

A teologia catecismal ensina, corretamente, a unicidade da revelação, pois a enxerga centralizada no Messias, o revelador de Deus. É, portanto, à luz de nossa fé, incorreto ver, teologicamente, as Escrituras divididas em dois testamentos, um velho e outro novo, e, orientado por tal visão, imaginar o plano da redenção composto de dois pactos, um da lei e outro da graça. Não se dicotomizam as Escrituras. O calvinista crê num único Deus, o da graça, que realiza o seu projeto redentor não de fracassos em fracassos, mas de revelação em revelação, começando com o primeiro Adão e consumando-se no segundo, Jesus Cristo. O Messias é o centro unificador do pacto, seu conteúdo, princípio e alvo. A aliança pactual teve administrações diversas, mas o seu núcleo é invariavelmente messiânico. Cristo é a medula do processo redentor como sujeito, objeto e fim, e o exclusivo Salvador dos eleitos. As promessas, as profecias, imagens rituais e os símbolos do Velho Testamento assinalam e antecipam sua presença encarnada e seu ministério redentor bem como preconizam sua encarnação e seu sacrifício vicário pessoal, direto e definitivo.

PROMESSAS MESSIÂNICAS

Todas as promessas vetotestamentárias são messiânicas: **a-** As que se referem à salvação, conscientizando o homem de que o pecado e a morte não teriam sobre ele poder irremediável e indestrutível, pois um descendente da mulher esmagaria a cabeça da serpente. **b-** As que preconizam, prefiguram e antecipam, nas pessoas de Noé, Abraão e Moisés, imagens messiânicas proeminentes, a eleição de um remanescente escolhido de entre todos os povos reprovados. Inicialmente a esperança das promessas messiânicas restringia-se, embrionariamente, à fé no cumprimento do pacto. Essa fé esperançosa firmava-se na confiabilidade do Deus de Israel. O começo histórico de sua concretização deu-se na escolha de uma tribo peregrina inexpressiva, sem estrutura, sem tradição e sem pátria. Os forasteiros eleitos de Javé tornam-se escravos no e do Egito. Parecia o fim. Deus, no entanto, os tira de lá com poderosos e grandiosos feitos; leva-os ao Sinai; dá-lhes a lei; firma com eles um pacto de suserania; transforma-os em nação teocrática. As promessas ficam mais concretas, porém, inconclusas. Os povos possuem reis. Israel almeja o seu. Deus lho dá. A realeza se implanta. O orgulho nacional aparece e atinge o clímax com Davi e Salomão. O povo de Deus julga-se auto-suficiente, religiosamente formal, mas praticamente insubmisso. A nação divide-se. Reis gentios a dominam. Segue-se longo cativo. Humilha-se a orgulhosa filha de Sião. Na voz dos profetas a esperança ressurgue, recriminando Israel pelas sucessivas infidelidades a Javé, e anunciando, agora claramente, a futura implantação de um reinado messiânico permanente por meio de um poderoso Rei, sucessor de Davi, que não reinaria somente sobre os judeus, mas sobre todos os povos.

No difícil período da diáspora, sem a terra da promessa e sem soberania nacional, o maior símbolo da promessa passou a ser a lei. Ela manteve no coração e na mente dos judeus dispersos e escravos de vários povos a identidade da raça eleita e a fé, segundo os termos do pacto mosaico.

OS SÍMBOLOS

Os sacrifícios, a circuncisão e a páscoa são sinais e símbolos figurativos antecessores da consumação do pacto em Cristo Jesus. São antecipações objetivas, o “já” do “ainda não” sacrifício vicário do Cordeiro. Poderíamos comparar os sinais do pacto da graça no Velho Testamento à aliança de noivado: símbolo de compromissos de amor exclusivo e fidelidade incondicional pré-conjugais. O Noivo da antiga noiva é hoje Esposo da Igreja; e o que era esperança, agora é realidade. Sem a graça antecedente não haveria a conseqüente. A circuncisão, os sacrifícios e a páscoa são ordenanças provenientes da consumação da graça e da morte redentora de Cristo de que o Batismo e a Ceia do Senhor são signos memorativos e recapituladores.

No Velho Testamento o pacto era administrado por: promessas, profecias, sacrifícios, circuncisão e páscoa. No Novo Testamento, a promessa, as profecias e os sacrifícios realizam-se consumadamente em Cristo Jesus. A circuncisão e a páscoa perdem seus aspectos tipológicos, transmudam-se em batismo e Ceia, passam a ser memoriais edificantes, meios de graça, do povo de Deus.

Na antiga dispensação a graça é aurora; na nova, fez-se dia pleno. A revelação, a eleição e a salvação caminharam de graça em graça até a consumação em Cristo Jesus, o Messias prometido. O Deus da graça, portanto, é o consumidor da fé. Ele é gracioso na criação do homem, na sua preservação, na revelação, nos pactos e na redenção.

PACTO DA GRAÇA NO NOVO TESTAMENTO

Pergunta 35. *“Como é o pacto da graça ministrado no Novo Testamento?”*

Resposta: *No Novo Testamento, quando Cristo, a substância, foi manifestado, o mesmo pacto da graça foi, e continua ser, ministrado na pregação da palavra (Mt 28. 19,20) e na celebração dos sacramentos do Batismo (Mt 28. 19) e da Ceia do Senhor (I Co 11. 23-26); e assim, a graça e a salvação são manifestadas em maior plenitude, evidência e eficácia a todas as nações”.*

O CORDEIRO SUBSTITUTO.

O que é de graça para os eleitos custou caríssimo para o primeiro homem da nova raça, o segundo Adão, Jesus Cristo. A sentença de morte, resultante da quebra do pacto original, recaiu sobre ele. Para que o imensurável e insondável amor divino nos atingisse, necessário foi, conforme o inescrutável propósito de Deus, o estrito cumprimento de sua justiça. Cristo não pecou, mas assumiu o pecado de todos os eleitos, morrendo por eles e, conseqüentemente, expiando-lhes os pecados. Da morte espiritual os regenerados estão livres. Sobre a morte física triunfar-se-ão pela garantida vitória da ressurreição; tudo por obra graciosa de Cristo Jesus.

OS MEIOS DE GRAÇA.

Não há nada que o homem tenha feito, esteja fazendo ou fará, nos campos da racionalidade, da virtuosidade e do merecimento, para chegar-se a Deus e dele obter a salvação. A perdição foi tão radical, que o pecador por ela foi arremessado a um abismo inescapável, a um estado de irreversível alienação, a uma condição de absoluta inabilidade. Sem a graciosa misericórdia de Deus, operante na eleição, ninguém se salvaria. Somente o poderoso Rei pode resgatar o perdido, o que faz pela sua inefável graça em Cristo Jesus, seu Filho amado. O plano de redenção e o fato redentor centralizam-se e se consomem em Cristo Jesus. Os meios de expressão, de vulgarização, de memorização e de atualização do pacto da graça sumariado no sacrifício vicário, “mutatis mutandis”, são idênticos em ambos os testamentos em virtude da coerente ação unificadora de seu realizador: o Deus eterno e soberano. Numa dispensação e noutra Deus chama, reúne, organiza, mantém e provê os meios pelos quais o eleito entra em diálogo com o Redentor na comunhão de seus conservedos. Do antigo concerto, a palavra, nas profecias e nos oráculos; os sacrifícios, veículos de culto à divindade; a circuncisão, sinal externo e físico da bênção interna e espiritual, memorial sacralizado da libertação do cativo faraônico, ficam todos mantidos no Novo Testamento, embora com dimensões mais profundas e mais amplas. As objetivações premonitórias de protótipos figurativos vetotestamentários cedem lugar às ordenanças sacramentais arquetípicas memorativos, didáticos e querigmáticos do pacto consumado no Messias. No primeiro estágio, o conteúdo e o escopo da revelação, com todos os seus signos, mensagens e símbolos, eram: *O Messias virá e implantará o seu reinado universal e eterno.* No segundo, a palavra, o culto e os sacramentos dizem: *Cristo veio, reina sobre os eleitos, e retornará para implantar seu domínio geral e permanente sobre todas as coisas, terrestres e celestes.*

Os sacrifícios cúlticos antecedentes concretizaram-se e se aperfeiçoaram no holocausto expiatório do Cordeiro de Deus. E a Igreja, filha da morte vicária de Cristo,

por seu mandato, continuamente recapitula, na celebração eucarística, o pascal evento da cruz. A Ceia do Senhor é um poderoso meio de graça com dupla indicação: uma para o “alfa” da nova humanidade, o Calvário; outra para o “ômega” (telos) da consumação. O “alfa” dá origem e assegura o “ômega”. Sem a cruz não há coroa.

O Pai instituiu a circuncisão. O Filho, Deus conosco, o batismo. Um e outro são marcas externas e materiais do pacto da graça operante no interior do regenerado. A circuncisão não era, e o batismo não é, sacramento regenerador. O primeiro rito assinalava o ingresso do israelita na comunhão pactual de seu povo; o segundo estabelece a inserção do professante ou do filho menor da promessa na Igreja visível institucional. Sem batismo não se arrola no corpo histórico de Cristo, a Igreja. Ele é, portanto, um meio de graça indispensavelmente necessário. Ser batizado não significa ser salva, mas pertencer à Igreja militante. Todos os israelitas eram circuncisos, mas poucos foram salvos. Todos os membros da Igreja são batizados, mas nem todos serão salvos. Muitos são chamados, mas poucos, escolhidos.

A Palavra de Deus criou a Igreja e a recria sempre. É tão vital à saúde espiritual do corpo de Cristo como a água, as vitaminas e as proteínas o são para o organismo biológico.

Os meios de graça não são auto-operantes. O Espírito Santo é que os valida, dá-lhes significado e opera por meio deles a certeza, a firmeza e a esperança da fé.

MEDIADOR DO PACTO DA GRAÇA

Pergunta 36: “*Quem é o Mediador do pacto da graça?*”

Resposta: *O único Mediador do pacto da graça é o Senhor Jesus Cristo (I Tm 2.5), que, sendo o eterno Filho de Deus, da mesma substância do Pai e seu igual, no cumprimento do tempo fez-se homem, e assim foi e continua a ser Deus e homem em duas naturezas perfeitas e distintas e uma só pessoa para sempre (Jo 1. 1; Jo 10. 30; Fp 2. 6; Gl 4. 4; Cl 2. 9; Fp 2. 5- 11)”.*

CRISTO, GERADOR DA GRAÇA.

Não se pode compreender adequadamente a mediação da graça sem entender o papel do Filho na economia da Trindade. Sendo divino, ele não somente exerce função privativa de mediador entre o terreno e o celeste, mas é o próprio Deus encarnada que se incorpora à humanidade e, conseqüentemente, a introduz na divindade. Jesus Cristo, Deus-homem, viveu na terra como verdadeiro filho da humanidade mas, por outro lado, jamais perdeu a condição de verdadeiro Deus. Vemo-lo, pois, mais que um mediador entre um servo e seu senhor, mas o Verbo feito carne, o espiritual no material, o eterno no temporal, o causal no fenomenal. Tudo isso para nós é um mistério, que somente a graça pode operar. Deus não encontrou outro caminho para a mediação senão o da encarnação.

CRISTO, O MEDIADOR.

A tese reformada de que *Cristo é o único Mediador da graça* era, na sua origem e época, e mais acentuadamente hoje, necessária e basilar na confissão evangélica. A sua

adoção causou impacto nas monolíticas estruturas religiosas daqueles tempos, essencialmente clericais, pois três poderes “mediadores” havia entre os homens e Deus: **A Igreja, o clero e os santos.**

a- **A Igreja** arrogava-se detentora da palavra revelada e, o que era pior, reveladora de “novas verdades” e criadora de dogmas de fé. A comunhão dos santos, no pensamento católico, resumia-se estritamente à comunhão do romanismo, única agência pela qual Deus recolhia, protegia, abençoava e salvava os pecadores. A Roma eclesial julgava-se exclusiva agente redentora, mãe e mestra de todos os povos.

b- **O clero** oficiava, à moda vetotestamentária, os sacramentos e os sacrifícios. Cada padre em sua paróquia era um sacerdote mediador entre o Salvador e o pecador. Sem os ofícios sacerdotais nenhum católico chegaria ao reino eterno. A intermediação sacerdotal era imprescindível para que o leigo, filho perdido, se aproximasse de seu Pai celeste. O Papa, sacerdote dos sacerdotes, era chamado “**vicarius Christi**”, substituto de Cristo, e “**pontifex**”, construtor de ponte. A eficácia da morte de Cristo efetivava-se, e exclusivamente, na hóstia, divindade e humanidade de Cristo transubstanciadas.

c- **Os santos** mediavam, intercediam, protegiam e concediam graças, segundo o ensino clerical e a credence popular. Cada dia, cada fenômeno natural, cada cidade, cada estado, cada indivíduo possuía seu santo padroeiro, de proteção ou de devoção.

Deus diretamente não atuava; agia somente por meio de seus numerosos “mediadores credenciados”. A Reforma reduziu a nada todos estes supostos intermediadores e restabeleceu no coração e na mente do povo a fé, a confiança e a esperança no único Mediador, Jesus Cristo.

A eclesiocentria e a eclesiolatria, a sacerdocentria e a sacerdotatria, a idolatria e a iconolatria cederam lugar à cristocentria, à bibliocentria, à fidecentria, isto é: *Solus Christus, Sola Scriptura e Sola Fides*. Os pilares externos de redenção ruíram ao irresistível embate da Reforma. Os internos, centralizados no homem, desapareceram perante soberano domínio de Deus e a salvação exclusivamente pela fé, dom gracioso do Salvador.

O pecador não pode operar a graça nem cooperar com Deus na sua operação. Em decorrência da depravação total a sua inabilidade é absoluta. Não há ascese e méritos que o ascendam a Deus. A redenção é obra de Cristo, o Redentor, o Mediador. Como Deus, sua encarnação, ministério, realeza e sacerdócio são efetivações e realizações da própria divindade no seio da alienada humanidade e no interior de cada regenerado. A consubstancialidade do Filho de Deus com seu Pai e dele, carne de nossa carne e osso de nossos ossos, com o ser humano credeciam-no a específico e insubstituível Mediador.

A obra de mediação do Cordeiro é completa, perfeita, eficiente, suficiente e eterna. A natureza humana, sem qualquer conflito com a divina, foi real em sua pessoa encarnada e continua plena no seu corpo ressurreto glorificado. O Cristo que está à direita de Deus Pai como Rei, Salvador, Intercessor e Mediador, é o mesmo que esteve fisicamente conosco e espiritualmente continua. A identidade final não se alterou. Qualquer mediador que se interpuser entre nós e nosso Deus não passará de insuportável e execrável ídolo: “*Não terás outros deuses diante de mim*”.

Cristo é o único Media entre Deus e os homens.

ENCARNAÇÃO DO VERBO

Pergunta 37: “*Sendo Cristo o Filho de Deus, como se fez homem?*”

Resposta: *Cristo, Filho de Deus, fêz-se homem tomando para si um verdadeiro corpo e uma verdadeira alma racional(Jo 1. 14; Mt 26. 38), sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria, da sua substância e nascido dela(Lc 1. 31, 35-42), mas sem pecado(Hb 4. 15; Hb 7. 26)”.*

ENCARNAÇÃO, INICIATIVA DO FILHO.

Cristo não foi encarnado nem se deixou encarnar: encarnou-se. Coparticipante de todos os atos da Trindade, no da encarnação, não ficou passivo: “*Ele, subsistindo em forma de Deus não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz.”(Fp 2. 6-8 cf Jo 1. 1- 3, 14; Cl 1. 13- 19).* Cristo, portanto, não é um homem em quem Deus colou o seu Espírito, é o próprio Deus que se introduziu na humanidade como ser humano verdadeiramente autêntico. Quando lemos nas Escrituras que Deus deu o seu Filho(exemplo: Jo 3. 16), devemos entender: *Deus a si mesmo se deu no seu Filho*, pois a Segunda Pessoa da Trindade não é hierarquicamente inferior à Primeira nem a ela subordinado. As pessoas trinas formam um todo unitário pela absoluta igualdade, consensualidade e consubstancialidade. Sendo a Trindade **um só** Deus, o Filho, eternamente gerado, é Deus pela perfeita integração na unidade trinitária. A iniciativa de cada pessoa da ordem trina é a de todas, por causa do elo interativo e consensual entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. O Pai não obrigou o Filho a tornar-se humano e a submeter-se ao martírio em benefício da humanidade: tudo é obra do Deus trino e, portanto, com a participação livre e consciente do Filho. Sustentamos, pois, que Cristo é Deus encarnado e, como um de nós, entregou-se à morte vicária em favor de seus eleitos.

CRISTO ENCARNADO

Jesus Cristo não foi feito homem, fez-se. Por sua iniciativa, coadunada com a vontade e o sentimento do Pai e do Espírito, tomou para si um corpo material e um espírito humanos, isto é, tornou-se homem real, embora se diga, em contexto sacrificial de ofertório, que o Pai entregou-nos o Filho. Na qualidade de pessoa trinitária, ele não pode ser passivo em qualquer ato divino, especialmente o da encarnação. A Segunda Pessoa da divina trindade atuou na criação e atua no governo, na providência e na redenção, pois todas as coisas foram feitas por intermédio dele. Sem ele nada foi criado(Jo 1. 3; Cl 1. 13- 20). Ele escolheu o caminho da concepção, por meio do Espírito Santo, no ventre da Virgem, experienciando todo processo do desenvolvimento fetal intra-uterino, nascendo normalmente como as demais crianças, mas sem pecado original, sem subordinação hierárquica à sua genitora, sem subalternidade espiritual a ela e ao Espírito Santo, veículo de sua encarnação. Maria foi o instrumento pelo qual o Verbo se fez carne. Ela não é, e não pode ser, mãe de Deus: é filha do Criador por Jesus Cristo, o Verbo. Ela foi meio instrumental, não fim, dos propósitos divinos. Não percamos de vista os conceitos basilares da fé cristã: Deus em Cristo é criador de todas as coisas e de todos os homens; governador e preservador da criação e da humanidade; salvador daqueles

eternamente preordenados à redenção. Como Criador e Redentor, foi Cristo quem criou Maria, salvou-a e a ressuscitará no último dia(*): “*Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda criação; pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam troncos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele tudo subsiste*” (Cl 1. 15- 17). Ninguém vai ao Pai senão por ele(Jo 14. 6 in fine). Esse **ninguém** não admite exceção.

O MISTÉRIO DA ENCARNAÇÃO

A encarnação é um mistério e, portanto, inexplicável. As explicações teóricas e racionais não nos convencem. Eis algumas: a- **Kenótica:** *Cristo esvaziou-se de seus atributos divinos ao encarnar-se, mantendo, porém, a divindade.* Isto significa que o Verbo encarnado despiu-se da divindade. Sendo assim, a encarnação fica prejudicada. Seguem agora teorias que negam a veracidade da perfeita humanidade do Verbo: b- **Docética:** *Jesus foi apenas aparência de homem, pois Deus não pode ser, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, divino e humano. Ele foi homem real à nossa vista, mas não à vista de Deus.* c- **Adocionista:** Há duas modalidades de adocionismos: Primeira: **Apropriação pelo Verbo:** *O Verbo desceu sobre Jesus no dia do batismo, elevando-o à categoria de Deus.* Segunda: **Adoção:** *O homem Jesus chegou a um grau de pureza moral e de merecimento tão sublimes, que Deus resolveu adotá-lo como filho e elevá-lo à categoria de ser divino.* Divinização por merecimento. d- **Auto-consciência:** *Ele teve auto-consciência de sua divindade e, em conseqüência, proclamou-se divino.* Ele foi o homem que se divinizou. e- **Fideísta:** *Cristo é personagem, histórica ou não, que a fé da Igreja transformou em Deus.* É o Cristo da fé. As duas últimas teorias provieram da teologia liberal.

Fiquemos com a doutrina confessional: *Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem.* A encarnação é um fato revelado e, portanto, não se submete à lógica racional.

(*) Os dogmas: Perpétua Virgindade, Imaculada Conceição e Assunção de Maria não podem ser biblicamente comprovados e, portanto, não devem ser aceitos por aqueles que professam: “A Bíblia é a única regra de fé e norma de conduta”.

POR QUE DEUS-HOMEM?

Pergunta 38. “Qual a necessidade de o Mediador ser Deus?”

Resposta: *Era necessário que o Mediador fosse Deus para poder sustentar a natureza humana e guardá-la de cair debaixo da ira infinita de Deus e do poder da morte; para dar valor e eficácia aos seus sofrimentos, obediência e intercessão; e para satisfazer a justiça de Deus, conseguir o seu favor, adquirir um povo peculiar, dar a este povo o seu Espírito, vencer todos os seus inimigos e conduzi-lo à salvação(At 2. 24; Rm 1. 4; At 20. 28; Rm 3. 24-26; Ef 1. 6; Tt 2. 14; Jo 15. 26; Lc 1. 69, 71, 74; Hb 5. 9)”.*

A indispensabilidade da encarnação de Deus em Cristo Jesus, segundo o ensino catecismal, baseia-se nos seguintes objetivos:

- a- Sustentar a natureza humana, isto é, manter a humanidade segundo os eternos propósitos de Deus.
- b- Proteger os descendentes de Adão no conjunto remanescente eleito, restaurando-o da queda e evitando que sobre ele caia a ira de Deus.
- c- Vencer e destronar definitivamente a morte, a terrível inimiga do homem.
- d- Expiar o pecado dos eleitos mediante a morte vicária substitutiva.
- e- Conquistar para o Pai um novo povo, retirado de todos os povos.
- f- Triunfar na cruz sobre todos os inimigos de Deus e de seus escolhidos, principalmente sobre Satanás e seus exércitos.
- g- Garantir a ressurreição dos santos e dar a todos os redimidos um novo céu e uma nova terra.
- h- Estabelecer um altar no céu, onde o Sumo Sacerdote de nossas almas intercede por nós dia e noite.

PRESERVAÇÃO DO HOMEM.

O homem depravado e inabilitado não podia preservar-se a si mesmo, manter sua natureza original de imagem e semelhança de Deus, exercer o papel de servo para o qual foi criado e destinado. A sua reabilitação dependia de um poder superior, livre e misericordioso. Somente Deus, onipotente, onisciente, amor imensurável, pode realizar a semelhante obra: restauração humana, regeneração do pecador, reconciliação do filho perdido com o Pai eterno. Isto ele fez em Jesus Cristo, médico do enfermo, guia do perdido, advogado do réu, justificador dos humanamente injustificáveis.

EFICÁCIA REDENTORA.

A eficácia da obra redentora de Cristo, Deus encarnado, reside no binômio: *verdadeira divindade* e *verdadeira humanidade*. Sendo verdadeiramente divino e verdadeiramente humano ao mesmo tempo e na mesma pessoa, foi suficientemente forte para não pecar. Seus sofrimentos, portanto, não decorreram de quaisquer culpas nem de seu estado depravado. Nele não se encontraram misérias morais nem degradação espiritual. Foi tentado, mas não sucumbiu às tentações. A morte não lhe veio como salário do pecado. Tudo lhe ocorreu em decorrência do ônus da encarnação pela qual assumiu, sem reservas, a natureza humana, profundamente corrompida pelo pecado e o conseqüente mal da desobediência genérica. Portador de nossas fraquezas, tinha todos os condicionamentos da queda, mas não caiu. A fortaleza divina sustentou a fraqueza humana, mas não sem muitos e imensuráveis sofrimentos. Sofrer sem culpa, imerecidamente, é infinitamente mais penoso.

Os que lhe são agregados pertencem a ele e estão salvos. Os que permanecem no primeiro Adão, continuam desvinculados dele e estão perdidos. Cristo, pois, embora idêntico a nós, é nosso único, eficiente e suficiente Salvador. A encarnação gerou insondável mistério: O Pai e o Filho são **UM**; o regenerado, por outro lado, tornou-se **um** no Filho. Jesus Cristo não é um “santo” que ascendeu ao nível da divindade; é Deus que desceu à miserável condição do homem, experienciando-lhe a dura realidade, elevando-lhe a honra, recuperando-lhe a dignidade, reconciliando-o com seu Senhor.

CRISTO, ORGANIZADOR DA NOVA HUMANIDADE.

Em Adão Deus criou a humanidade, que esteve toda com ele e nele antes da queda. Ao quebrar o pacto original e universal da criação, o primeiro casal matriz, voz, coração e razão de todos os pósteros, rompeu os elos relacionais com o seu Criador,

protetor e guia, deixando a raça humana entregue a si mesma, desorientada, perdida e corrompida.

No Segundo Adão, Deus cria uma nova humanidade, utilizando-se da mesma massa insolvável, escolhendo, segundo os seus inescrutáveis propósitos, alguns para serem regenerados e salvos por seu Filho amado. Assim, nasceu e se desenvolve a humanidade regenerada e redestinada à privacidade do Criador, precariamente na terra e plenamente no céu, especialmente depois da ressurreição dos santos. Como Deus vitalizou o velho homem no Éden com o *Ruach de sua boca*, Cristo, igualmente, soprou sobre a Igreja das origens o *Pneuma* (Jo 20. 22). Este mesmo *Pneuma* caiu sobre todo o corpo eclesial em Jerusalém no Pentecoste. Esta nova humanidade gerada em Cristo é a verdadeira, agraciada pelo Criador e definitiva.

DEUS-HOMEM

Pergunta 39: *“Qual a necessidade de o Mediador ser homem?”*

Resposta: *Era necessário que o Mediador fosse homem para poder levantar a nossa natureza e obedecer a lei (Rm 5.19; Gl 4. 4, 5), sofrer e interceder por nós em nossa natureza (Hb 2. 14; Hb 7. 24,15), e solidarizar-se com as nossas enfermidades (Hb 4. 15); para que recebêssemos a adoção de filhos (Gl 4. 5) e tivéssemos conforto e acesso, com confiança, ao trono da graça (Hb 4. 14-16).”*

HOMEM RESPONSABILIZADO.

O pacto da criação estabeleceu acordo bilateral de parceria responsável entre o Criador e sua mais nobre criatura, o homem. Deus, proponente e signatário da proposta pactual, escolheu a *árvore do conhecimento do bem e do mal* como símbolo visível do acordo firmado e teste de fidelidade e de respeito propostos (Gn 2.7). O supremo, universal e imutável Rei permaneceu fiel. O homem, porém, quebrou o pacto original por meio de duas atitudes indignas de um pactuante em quem o Pai celeste havia depositado imensa confiança: trocou a verdade divina pela mentira de Satanás e transgrediu o mandamento legal da aliança, que o proibia de apropriar-se da única árvore do Senhor, sinal do convênio firmado. A responsabilidade de ab-rogação do pacto é estrita e exclusiva do homem. Sobre ele incidiu a sentença prevista e a ele, privativamente, cabia a reparação de sua injustificável infidelidade. A queda, no entanto, fragilizou-o profundamente e o inabilitou para o esforço pessoal de restauração e reconciliação com seu Senhor. Deus, no entanto, resolveu a questão, encarnando-se em Jesus Cristo e, desse modo, assumindo a nossa humanidade para então, como homem, reverter o processo, restaurando, por meio de nova aliança, a comunhão da criatura humana com o seu Criador. Imprescindível à salvação dos eleitos é, pois, a encarnação do Verbo.

RESTAURAÇÃO DO HOMEM

Deus fez o homem à sua imagem e semelhança para que fosse dotado de espiritualidade e habilidade para relacionar-se com o Criador e responsável pelos seus próprios atos, capaz de tomar consciência de si mesmo e dos outros mediante a razão, agregar-se por impulso social inato, ser criativo e inventivo por natureza. O pecado,

porém, resultante da queda, conturbou a criação, estabeleceu o caos na ordem criada, degenerou a “imagem Dei” no homem, corrompeu-lhe a consciência e aniquilou consideravelmente a sua espiritualidade, conservando-lhe sinais de religiosidade, mas desvinculados do foco gerador e receptor da verdadeira fé, o Deus trino. O caminho encontrado pelo Pai para reversão do processo foi exatamente o inverso: tendo criado o homem à sua imagem e semelhança, agora se faz imagem de sua principal criatura na pessoa do Filho encarnado, assumindo o seu estado pecaminoso para, como participante de sua humanidade alienada, expiar-lhe a culpa, regenerá-lo e reconciliá-lo. A nobilitação do homem só foi possível porque Deus se fez semelhante a ele em Jesus Cristo.

MEDIADOR PERFEITO

Deus, encarnando-se em Cristo Jesus, revelou a importância que o ser humano eleito tem para o seu Criador, mesmo no estado de rebeldia, alienação e depravação. Humanizando-se, a Segunda Pessoa da Trindade uniu o divino ao humano, estabeleceu um nexu interativo entre o Criador e a criatura impossível de ser imaginado por mentes finitas. E o fato de ele ter voltado por exaltação, depois de haver sido humilhado, à destra do Pai, explicita a realidade da eterna reconciliação entre o humano(representado pelos eleitos regenerados) e o divino. A mediação entre Deus e os homens só é possível porque pelo fato de Cristo ser, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Unicamente o Filho pode mediar, e efetivamente o faz, entre nós e nosso Pai celeste não somente pelo extraordinário milagre da encarnação, mas também porque ele enfrentou inomináveis sofrimentos por nós, além de defender-nos e proteger-nos contra todas as forças e poderes do mal. Seus padecimentos começaram na manjedoura, aumentaram no curso da vida, intensificaram-se na cruz, culminaram com a morte. Tudo para que o pecado, o mundo, o maligno e o inferno fossem vencidos. Assim, ele não é um mediador alheio às dores do mediado, mas sofredor com ele e até mais do que ele.

Resumo catecismal da necessidade de ser Cristo Deus-homem:

- a- Erguer, sublimar e dignificar a natureza humana.
- b- Submeter-se irrestritamente à lei estatuída de Deus, respeitar e obedecer a sua palavra, ser intransigentemente fiel ao Pai, fidelidade que Adão não teve.
- c- Identificar-se completa e perfeitamente com o homem, inclusive nas suas incertezas, agruras e necessidades múltiplas.
- d- Assumir e expiar os nossos pecados mediante morte vicária.
- e- Reconciliar-nos com Deus; restaurar o nosso corpo por meio da ressurreição; garantir-nos a vida eterna glorificada com ele.

VERDADEIRO DEUS, VERDADEIRO HOMEM

Pergunta 40. *Qual a necessidade de o Mediador ser Deus e homem em uma só pessoa?*

Resposta: *Era necessário que o Mediador, que havia de reconciliar o homem com Deus, fosse Deus e homem, e isto em uma só pessoa, para que as obras próprias de cada natureza fossem aceitas por Deus a nosso favor e que nós confiássemos nelas como as obras da pessoa inteira(Mt 1. 21,23; Mt 3. 17; I Pe 2. 6)."*

CUR DEUS HOMO?

Por que Deus se fez homem? É a pergunta que fizeram nossos pais e a que fazemos nós, sem qualquer resposta racional e logicamente satisfatória. O “porquê” não nos foi revelado, mas a realidade e os objetivos da vida e ministério do Deus encarnado são manifestos e cridos por meio do testemunho apostólico, pela certeza da fé e pela existência da Igreja. O eleito regenerado, identificado com a divindade e dela participante em Cristo Jesus, adquire dimensão extremamente elevada, pois o seu ancestral, pai de sua nova natureza, não é outro senão a Segunda Pessoa da Trindade, e está, com o corpo ressurreto que levou da terra, à destra de Deus Pai como nosso lídimo representante: Mediador e intercessor. As duas naturezas de Cristo, a divina e a humana, não o transformaram em um indivíduo de dupla personalidade. Ele foi, simultaneamente e na mesma pessoa unificada, “vero Deus et vero homo”. Portanto, nele se encontram a essência real da humanidade e a da divindade. Corporal, psicológica e espiritualmente era uma só pessoa na unidade “Deus-homem”, um ser ontologicamente estruturado para ocupar o ponto exato da fronteira entre o divino e o humano, e, desta maneira, tornar-se inquestionável e insubstituível Mediador entre o Criador onipotente de quem é parte e a humanidade impotente da qual participa. A Igreja aceita como dogma indiscutível de fé e como fato histórico consumado a encarnação de Deus em Cristo Jesus.

O caminho escolhido para salvação do homem foi o da encarnação do Filho no homem Jesus pelo processo natural de fecundação, gestação, nascimento e crescimento. As insondáveis e inescrutáveis razões que levaram o supremo Rei: a- criar o homem sujeito à queda; b- determinar que todos os seres humanos se originassem de um par exclusivo ao qual se vinculariam genética, moral e espiritualmente; c- permitir a queda, que depravou a semente e sua progênie; d- eleger da massa depravada alguns para serem salvos em Cristo; e- providenciar a redenção e a reconciliação dos eleitos pela encarnação, paixão e morte do Filho. O Criador não precisa explicar à criatura o que faz por ela na criação, no governo, na providência e na redenção. A nós, graciosamente escolhidos, nos é dada a graça de crer, a bênção de receber, a responsabilidade de obedecer.

Tem-se discutido muito sobre Jesus Cristo. Indagações e perquirições intermináveis a respeito de sua pessoa como: Cristo é Deus verdadeiro? É homem verdadeiro? Deus pode ser homem? Deus e homem, duas realidades distintas, subsistem na mesma pessoa? A natureza divina e a humana fundem-se? Deus perde atributos na encarnação? Deus humaniza-se? O homem diviniza-se? Deus estando somente em Cristo, mas ausente encarnadamente dos demais homens, pode-se dizer

que Cristo é humano como nós ou somos humanos como Cristo? Se não podia pecar, sendo Deus, como identificar-se conosco, pecadores? Tais questionamentos nunca foram e não serão racionalmente solucionados. A encarnação do Verbo escapa à nossa realidade empírica. É pura revelação. Deus em Cristo, segundo as Escrituras e a fé cristã, plenamente se encarna e perfeitamente se revela. Revelação não se assimila por entendimento intelectual; recebe-se pela fé, inefável dom de Deus. A entrada de Cristo no universo humano é inexplicável pela razão. A dolorosa via do sofrimento expiatório deixa-nos atônitos, perplexos. Deus quis assim, assim se fez, e tudo absolutamente correto e perfeito, tanto os meios como os fins. A Igreja sabe, por instrução bíblica e pelo convencimento do Espírito Santo, que Cristo, Deus encarnado, divino-humano, “vere Deus” e “vere homo” sem qualquer dicotomia, um ser uno no qual Deus e homem integram-se indissolúvelmente. Como em Cristo a natureza divina e a humana unem-se sem desfigurações, contradições e perdas não nos é possível entender. De uma coisa os cristãos eleitos estão cientes e certos: sem encarnação a mediação entre o pecador e o Salvador, entre o filho perdido e o Pai eterno, seria impossível.

Somos **um** em Cristo; e ele é **UM** no Pai; eis o que se realizou por nós, os redimidos, o mistério da encarnação do Verbo. Um homem, Adão, derrubou-nos e nos humilhou; um Homem, Cristo, levanta-nos e nos exalta.

JESUS, O CRISTO

Pergunta 41. *“Por que foi nosso Mediador chamado Jesus?”*

Resposta: *O nosso Mediador foi chamado Jesus, porque salva o seu povo dos pecados deles (Mt 1. 21, 23).*

ORIGEM DO NOME

O nome Jesus foi dado ao Messias por recomendação do Anjo do Senhor que disse a José: *“Ela dará à luz um filho e lhe porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos pecados deles.” (Mt 1. 21 cf Lc 1. 31).* O termo *“Iesus”* em grego, originário do hebraico *“Ieshua*, forma abreviada de *“Iehoshua”*(Jo 1. 1; Zc 3. 1), significa, generalizadamente, *“Deus é Salvador”*. O nome Jesus, segundo a tradição judaica de nomeação humana, prescreve e indica que o recém-nascido trazia a destinação e a incumbência ministeriais, preordenadas por Deus, de ser o Salvador dos eleitos. Jesus, o nome do ungido de Deus, era mais que o Messias esperado, pois a própria divindade, o Rei eterno, nele se encarnava, conforme a promessa: *“Eis que a Virgem conceberá, e dará à luz um filho, e lhe chamará Emanuel” (Is 7. 14).* E um escriba, certamente, interpreta a palavra Emanuel: *“Deus conosco”*(Mt 1. 23 *in fine*).

O nome *Jesus* cedo fundiu-se ao do título messiânico, *Cristo*; passando o Verbo de Deus a ser pessoal e universalmente designado e identificado como **Jesus Cristo**; isto já no período testamentário (Mt 1.1; Rm 1.7; Hb 13. 8; Tg 1.1; I Pe 1. 1). Hoje, portanto, **Jesus Cristo** (Rei Salvador) é nome próprio confessional do Filho de Deus encarnado, mas seu reinado messiânico restringe-se à liderança e ao comando de seu povo recolhido pela graça

de entre todos os povos e por ele salvo. O domínio universal do Filho de Deus diferencia-se em natureza, essência e propósito, de seu governo especial sobre a Igreja, corpo do qual é Salvador e Cabeça.

SUBLIMIDADE DO NOME

Jesus é nome pessoal do Messias para identificá-lo mais profunda e estreitamente com os cidadãos comuns de seu tempo e de sua gente original. A palavra não continha estrangeirismo nem sofisticação lingüística: era nome popular em Israel como João, no Brasil. O Rei dos reis, Deus conosco, assumiu a identidade das massas humildes e sofredoras para guindá-las ao mais alto grau de dignidade e honra. O que se assenta hoje no trono do Onipotente foi, no período encarnado, um homem comum, uma pessoa do povo, para tornar-se Soberano absoluto e Redentor eterno. Cada um de nós se sente elevado e sublimado no nome excelso de nosso representante maior, de mais perfeita santidade, de mais glorioso ministério: *“E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, **dado entre os homens**(negrito nosso), pelo qual importa que sejamos salvos” (At 4. 12).* A apropriação de um nome comum de pecador sem história, sem destaque, sem proeminência, realiza e objetiva a real humilhação do Verbo e ressalta a autenticidade da encarnação, deixando mais nítida a sua reglorificação pela entronização no trono celeste, reassumindo o seu posto de verdadeiro Messias, depois de vencer a morte pela ressurreição. Ninguém melhor que o teólogo dos gentios formulou, numa síntese perfeitíssima, a tese doutrinária da humilhação e exaltação do Filho de Deus: *Subsistindo em forma de Deus não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz. Pelo que também Deus o exaltou sobremaneira e lhe deu o nome que está acima de todo o nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor (Kyrios), para glória de Deus Pai (Fp 2. 6- 11).* O “andarilho” das estradas palestinas, filho de um carpinteiro, o que se assentava com pecadores e meretrizes para comer com eles a paupérrima e desprezível refeição dos renegados, ele mesmo rejeitado da nobreza judaica e odiado das autoridades civis e religiosas, crucificado entre dois marginais, zombado e escarnecido, agora, ressurreto e glorificado, Rei eterno, pode dizer: *“Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra”.*

CONTÚDO DO NOME

O nome, segundo o entendimento de Israel, transferia para o ser nominado o seu conteúdo natural e intrínseco, estabelecendo-lhe o desiderato, o ministério e o papel específico a que se destinava no contexto dos planos divinos para sua existência. O nome era um tipo de preordenação. Os judeus acreditavam que o Criador trazia ao mundo as criaturas previamente destinadas a ocupar posições e exercer funções individualizadas como membros do organismo social. O nome não gerava os dons, mas os preanunciava, especialmente quando procedente do próprio Deus. Cada ser humano tem um lugar determinado e intransferível no contexto da criação, tudo conforme os eternos planos do soberano Criador. O fim último de cada homem é servir a Deus. O mesmo Criador, que determina à criatura o espaço a ser ocupado, também a potencializa para o exercício da individual ocupação.

O nome marca indelevelmente o seu portador, não somente como signo identificador, mas como marca potencializadora de seu caráter, de sua personalidade e de seu destino. Quando Deus muda o rumo da existência individual, também lhe troca o nome, adequando-o à nova individualidade. Assim foi com Abraão, Jacó, Pedro e Paulo.

Resumo: “Javé salva”, eis o significado do nome Jesus, definitivamente registrado nos anais da história universal, um ser humano real e, ao mesmo tempo, Deus conosco. O mais popular nome judaico de seu tempo veio a ser o mais extraordinário e sublime nome na terra e nos céus.

JESUS, O CRISTO

Pergunta 42: “Por que foi o nosso Mediador chamado Cristo?”

Resposta: *O nosso Mediador foi chamado Cristo, porque foi acima de toda a medida ungido com o Espírito Santo (Jo 3. 34; Lc 4. 18-31; e assim separado e plenamente revestido com toda autoridade e poder(Lc 4. 14; HB 4. 14; Mt 28. 18-20) para exercer as funções de profeta(At 3. 22; Lc 4. 18,19,21), sacerdote (Hb 5. 5,6; Hb 4. 15,16) e Rei da sua Igreja, tanto no estado da sua humilhação como no da sua exaltação(Ap 19. 16; Is 9.6; Sl 2.6)”.*

REALEZA DIVINA

A palavra rei (melek), no contexto da teologia hebraica, significa o poder absoluto e universal de uma pessoa transcendente, fora a acima de nossa realidade e, portanto, infinitamente superior ao ser humano: YHWH, Javé, “Melek”, Rei dos reis. O conceito prevalente no pensamento bíblico era o de que *tudo poder e toda autoridade procedem de Deus, o Soberano; e ele mesmo os exerce por meio de homens especiais que escolhe, condicionada e dirige. Javé, o Rei (melek, basileus) supremo, institui os reinos e investe cada rei ou governante. O múnus real do universo pertence exclusivamente a Deus. Em Israel, povo peculiar do augusto Rei, ele instaurou a realeza humana dele derivada por meio de seus ungidos. O reino terrestre de Javé, limitado a um povo pequeno e fraco e circunscrito ao uma área geográfica no coração dos conflitos mundiais foi o protótipo do reinado messiânico de abrangência universal e de natureza essencialmente espiritual. Assim se preconizou o reinado do ungido de Javé sobre Israel: “O nosso rei poderá governar-nos, sair adiante de nós e fazer as nossas guerras”(I Sm 8. 20). Precisamente o que o Messias, Deus conosco, realiza: Dirige o seu povo, vai adiante dele no êxodo para os céus, luta a seu favor nas batalhas espirituais, vencendo todas as potestades.*

O NOME: CRISTO

Cristo é tradução grega do termo hebraico Messias, significando “ungido” e “rei”, especialmente “rei-sacerdote”. O Filho do Homem, ao ser nominado Cristo, recebeu a incumbência e atribuição, por eleição divina, do reinado geral da humanidade e do governo especial de sua Igreja. Toda autoridade, nos céus e na terra, está sobre seus ombros. Ele não somente foi chamado Cristo, mas também, e principalmente, aclamado Messias universal.

Para isso ele se encarnou, peregrinou entre nós, morreu na cruz, ressuscitou ao terceiro dia, está entronizado no céu de onde voltará como juiz.

O MESSIAS JUDAICO

Israel esperava, e ainda espera, um sucessor literal de Davi, um soberano forte, conquistador militar e dominador implacável, fiel ao judaísmo, capaz de centralizar definitivamente em Sião a fé, a política e o comando mundial. Sob o cetro do Messias davídico Jerusalém seria a capital de todas as capitais, pois nela o trono dos tronos se instalaria eternamente. Tal dominação messiânica, porém, não se implantaria sem guerras extremamente sangrentas. Javé, o Senhor dos exércitos, batalharia ao lado e a favor do seu Ungido, Messias guerreiro, contra os gentios insubmissos e todos os incrédulos a serviço do mal e do maligno. Vitorioso, todos os joelhos dobrar-se-iam diante do poderosíssimo Rei judaico. O governo temporal, material e econômico do Messias davídico, para os cristãos, não se cumpriu e jamais se cumprirá. Deus não escolheu um povo para dominação, mas para missão, que se não faz com a espada das reduções, mas com as armas da fé, do amor e do evangelho, para a salvação. O povo de Deus em Cristo Jesus é de natureza e propósitos sacerdotais com os ministérios da proclamação e da mediação. Cristo, Rei, encarnou-se para libertar os homens por regeneração e não submetê-los politicamente a um trono estabelecido sob bases de uma religião monárquica e racial.

O CRISTO ENCARNADO

Encontramos no Velho Testamento duas figuras messiânicas escatológicas bem caracterizadas: a do **Messias davídico** e a do **Messias-servo**. O **Messias davídico**, guerreiro conquistador, mantinha acesa a chama da nacionalidade, conservava os brios israelitas, preservava a esperança de uma realeza universal, estabelecida por meio de conquistas militares e diplomacia política. O **Messias-servo**, um anti-herói (Is 53), seria estritamente espiritual, um servo sofredor, um sumo-sacerdote incorruptível que se entregaria vicariamente em holocausto pelos pecadores para que a mediação entre eles e Deus realmente se efetivasse, um Senhor dos fiéis eleitos, dominando as consciências pela libertação do espírito e não por escravização dos corpos. O Messias neotestamentário, cumprida sua missão expiatória e redentora, assume ambos, segundo as promessas: *“Toda autoridade me foi dada no céu e na terra”* (Mt 28. 18). *“ Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação, e para o nosso Deus os constituíste reino de sacerdotes; e reinarão sobre a terra”* (Ap 5. 9 cf Ap 17. 9). A Igreja crê que seu Senhor gerencia o universo e governa especialmente a Igreja, povo de Deus procedente de todos os povos, mas sem pátria distinta e permanente na terra. Os cristãos não são daqui, isto é, propriedades do mundo, são peregrinos e beneficiários transitórios da atual sociedade humana. A pátria deles, conforme a promessa, é a celeste, onde o pecado não mais existirá e a morte, eliminada para sempre.

Cada regenerado é um servo de Cristo, um súdito do Rei sob sua abençoada realeza e maravilhosa direção do Espírito Santo. Cristo reina de fato sobre seus eleitos. Ele é, de maneira absoluta e exclusiva, o Soberano do universo, o Profeta da dispensação da graça, o Sacertote-Rei da sua Igreja, tanto a que milita na terra como a que está no céu.

CRISTO, PROFETA

Pergunta 43: “Como exerce Cristo as funções de profeta?”

Resposta: *Cristo exerce as funções de profeta revelando à Igreja em todos os tempos (Jo 1. 4, 18), pelo seu Espírito e Palavra (II Pe 1. 21; II Co 2. 9, 10), por diversos modos de administração, toda vontade de Deus em todas as coisas concernentes à sua edificação e salvação (Ef 4. 11-13; Jo 20. 31).”*

PROFECIA E ADIVINHAÇÃO

Adivinhação e profecia não se confundem. O **adivinho**, no antigo mundo, previa futuros individuais, temporais restritos, geralmente, sempre sob consultas por escrito ou verbal de seus clientes. Sobre os assuntos propostos vaticinava ou emitia parecer, indicando o melhor procedimento e a suposta solução por meio de generalizações inconcludentes. O adivinho ou vaticinador é um “*mantis*”, palavra derivada de “*mainomai*”, que significa “enfurecer”, perder os sentidos”, “entrar em estado extático”. Nenhuma relação o “*mantis*” tem com a proclamação de verdades religiosas universais e permanentes. O **profeta**, figura caracteristicamente bíblica, corresponde, ideologicamente, ao “*nabhi*”, aquele que foi chamado, convocado, vocacionado para ser arauto de Deus, sem qualquer nexos com a adivinhação; tanto é que o primeiro a receber o título de profeta no Velho Testamento foi Abraão (Gn 20. 7; Sl 105. 15). O exemplo mais claro da desconexão entre o “*mantis*”, adivinho, e o *profeta (nabhi)* é que o profeta maior do Velho Testamento, príncipe e padrão de todos, foi Moisés, não relacionado com premonições, adivinhações e vaticínios (Cf Dt 18. 15-19; 34. 10). Ele foi *chamado* por Deus e, sem qualquer interferência de sua vontade pessoal ou de seu desejo, obedeceu (Ex 3. 1- 4; 17). O profeta, no sentido bíblico, é o convocado diretamente por Deus ao ofício e ao ministério da proclamação como instrumento e veículo da Palavra de Deus (Is 6; Jr 1. 4-19; Ez 1-3; Os 1. 2; Am 7. 14, 15; Jn 1. 1). Trata-se, portanto, de um *escolhido* de Deus para ser o revelador de sua vontade, nada tendo a ver com a escolha pessoal humana. A predição pode, eventualmente, fazer parte do conteúdo da profecia, mas longe está de representar sua essência, característica básica e raiz. O profeta não foi chamado para predizer, mas para anunciar o oráculo de Deus, este contendo, freqüentemente, ensino, advertência, orientação, proclamação e juízo. Acidentalmente, o profeta podia receber de Deus oráculo de premonição.

CRISTO, O PROFETA

O conceito de profecia nos relatos bíblicos, como descrito anteriormente, é o da revelação de Deus, manifestação de seus propósitos, implantação de suas ordenanças, clarificação de seus objetivos redentores. O profeta não se notabilizava, como já se viu, por vaticínios ou premonições, mas como anunciador fiel da Palavra de Deus. Ele era um arauto do supremo Rei. Como tal, não comunicava sua própria mensagem: repetia com absoluta fidelidade o que lhe era confiado transmitir. As informações premonitórias, divinatórias, quando existiam, integravam o conjunto da revelação recebida sem qualquer destaque proeminente, por não serem, em si mesmas, fontes definidoras do recado profético. O profeta, na qualidade de anunciador, não agia segundo os seus desejos, não fazia o que lhe agradava, nem procurava agradar e satisfazer os destinatários da mensagem, pois, não falava

de si mesmo; desempenhava a incumbência outorgada, sem acréscimos e sem distorções. Ouve-lo e seguir-lhe a mensagem significava ouvir, acatar e seguir a palavra autoritativa de quem ele era porta-voz.

Cristo foi e é o Profeta na acepção mais completa da palavra. A vontade do Pai encontra ressonância e equivalência absoluta na sua; mesmo quando seu desejo pessoal e humano opunha resistência. O imperativo do Pai sempre prevaleceu. No Getsêmani a soberana determinação paterna triunfou sobre o seu instinto natural de preservação da vida física, eliminação do sofrimento e anulação da injustiça dos homens. A fidelidade ao Pai e à missão que lhe foi confiada vence-lhe as indisposições humanas; e ele mostra que ser profeta é permitir que Deus disponha de sua vida como instrumento revelador de sua vontade, provedor da redenção e mediador da graça. Quem fala por si mesmo e de si mesmo sobre assuntos supostamente outorgados por revelação é impostor, não mensageiro de Deus. A Igreja vê e ouve Deus na pessoa e mensagem de Cristo em quem Deus se revela perfeitamente: na integridade e integralidade de seu ser, na totalidade de seus atos, na globalidade de suas virtudes. O Verbo encarnado sumaria e significa a profecia existencial, concreta, definitiva e histórica. Como verdadeiro profeta, ele foi absolutamente fiel às determinações e revelações do Pai: *“A palavra que estais ouvindo não é minha, mas do Pai que me enviou”*(Jo 14. 24b cf Jo 3. 34). *“Eu nada posso fazer de mim mesmo; na forma que ouço, julgo. O meu juízo é justo porque não procuro a minha própria vontade, e, sim, a daquele que me enviou. Se eu testifico a respeito de mim mesmo, o meu testemunho não é verdadeiro”*(Jo 5. 30,31).

Como Profeta dos profetas, Cristo representou e representa eficiente e corretamente o Pai na existência, na proclamação, no ministério e no domínio sobre os poderes do mal. A palavra de Deus chega a nós com total fidelidade por meio de Jesus, embaixador do Pai e Rei nosso, Verbo encarnado, provedor da redenção, autor e consumidor de nossa fé.

Quem o vê, vê o Pai; quem o ouve, ouve o Pai.

CRISTO, O SACERDOTE.

Pergunta 44: Como exerce Cristo as funções de sacerdote?

Resposta: *Cristo exerce as funções de sacerdote oferecendo-se a si mesmo uma vez em sacrifício, sem mácula a Deus(Hb 9. 14,28), para realizar a expiação dos pecados de seu povo(Hb 2. 17) e interceder continuamente por ele(Hb 7. 25).”*

SACERDOTE E SACERDÓCIO

A palavra sacerdote originou-se do latim *“sacerdos”*, que significa: sacrificador, o que oferece sacrifício tanto para si mesmo como para outros. Então, no Velho Testamento, é um homem *separado*, santificado(hiereus, de hierós) para tal ofício. Na sua frente, portanto, devia portar o qualificativo de seu ministério: *“Santidade ao Senhor”*. Deus instituiu o sacerdócio para estabelecer a mediação litúrgica e o intercâmbio entre o pecador e Deus por meio do sacrifício e da intercessão. O autor da Carta aos Hebreus sobre o sumo-sacerdote, segundo a teologia sacerdotal do Velho Testamento, deste modo

se expressa: “*Porque todo sumo sacerdote, sendo tomado dentre os homens, é constituído nas cousas concernentes a Deus, a favor dos homens, para oferecer assim dons como sacrifícios pelos pecados*”(Hb 5. 1 cf Hb 8. 3). Como ofertante o ofertado, Cristo é, para sua Igreja, o único, perfeito e eterno Sumo Sacerdote: “ *Este(Jesus), no entanto, porque continua para sempre, tem o seu sacerdócio imutável. Por isso também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles. Com efeito nos convinha um Sumo Sacerdote, assim como este, santo, inculpável, sem mácula, separado dos pecadores, e feito mais alto do que os céus*”(Hb 7. 24-26. Leia todo o cap. 7).

MINISTÉRIO SACERDOTAL

O sacerdote no Velho Testamento possuía três funções básicas interligadas:

01- **Representar o povo diante de Deus.** Javé comunicava-se com Israel por meio de seu ministro representante. Por sua vez, este incorporava os seus irmãos leigos e, em nome deles, comparecia diante de Javé no Santo dos Santos. Todos os pecadores que confiavam ao sacerdote as suas petições e confissões, faziam-se presentes nele perante o altar do Senhor, Adonai. Ninguém tinha acesso à divindade, a não ser pelo sacerdote, o mediador ungido para tão sublime ministério.

02- **Apresentar Deus aos eleitos.** Deus, o altíssimo, abscôndito, inacessível e inatingível, liturgicamente encontrava-se com o sacerdote no Lugar Santo, isto é, contatava-se com a humanidade por meio de um representante humano consagrado e devidamente qualificado. Cumpria-lhe mediar a confissão, receber o perdão, comunicá-lo ao confessante, além de transmitir o oráculo de juízo, misericórdia ou bênção aos fiéis. O elo entre Deus e o povo era o sacerdote, responsável por manter a ligação constante e viva entre o Salvador e o pecador penitente. O único meio de um pecador leigo ter acesso aos benefícios da graça, especialmente a do perdão de Deus, era o sacerdote. Da pessoa divina, porém, nenhum ser humano podia aproximar-se, porque o impuro e mortal não resistia a presença do puro e imortal, o Rei dos Reis. A aproximação dos contraditórios, transcendente e imanente, santo e pecador, eterno e temporal, somente foi possível, embora seja misteriosa, no Verbo encarnado, Jesus Cristo.

03- **Ofertar os fiéis a Deus.** Quando o sacerdote, sacrificador credenciado, imolava, em holocausto, a vítima substituta do ofertante, o animal sacrificado não somente efetivava a vindicação do pecado, mas também, e igualmente fundamental, significava a oferenda da própria vida do penitente servo ao Supremo Rei, proprietário de sua existência. O derramamento de sangue sobre o propiciatório, tampa de ouro da arca, simbolizava a doação da vida do confessante ao seu Senhor. Para Israel, a vida estava no sangue; derramá-lo no altar era sinônimo de *dar a vida* ao Salvador(Lv 17. 11 cf Hb 9. 22). O pecador entregava-se ao sacerdote na vítima substituta; este, na mesma vítima, o dedicava ao Criador, derramando sua vida, quer dizer, seu sangue, sobre o propiciatório de Javé. O sacrifício, portanto, era uma *pena*, pois *o salário do pecado é a morte*, e também uma *oferenda*, a doação da vida. Abraão ofereceu em holocausto o Filho Isaque, mas Deus o recebeu em um Cordeiro substituto, isto é, um pecador substitutivamente morto, quite com a justiça divina e, portanto, aceito por Deus.

CRISTO, SACERDOTE E VÍTIMA.

Todos os procedimentos sacrificiais eram igualmente antecipações reais e tipológicas do que concreta e definitivamente se realizaria no Messias prometido. O

sacerdote e os rituais sacerdotais do sacrifício eram protótipos de Cristo que foi, ao mesmo tempo, Cordeiro vicário e Sacerdote Mediador. Ele tomou sobre si a vida dos eleitos pecadores e representativamente a “derramou” na cruz ao verter seu próprio sangue, que também era o nosso, pois estávamos nele, no qual morremos e ressurgimos para uma nova vida: *“Sabendo isto, que foi crucificado com ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos; porquanto quem morreu, justificado está do pecado. Ora, se já morremos com Cristo, cremos que também com ele viveremos”*(Rm 6. 6 - 8). Em Cristo, pois, estão todos os regenerados que, por sua morte, foram justificados, aceitos e recebidos como filhos de Deus. O Messias tipificado no Velho Testamento tornou-se, de fato, realidade no Novo, fez-se nosso único e eterno Sumo Sacerdote para ser então Mediador de todos os redimidos: Mediador da vida, da redenção, da revelação, da promessa e das orações dos santos, além de exercer a intercessão pessoal no trono da graça em favor de seus redimidos. Ele, e somente ele, é o caminho, a verdade e a vida; ninguém vai ao Pai senão por ele. Haverá Mediador mais perfeito?

CRISTO, REI

Pergunta 45: “Como exerce Cristo as funções de Rei?”

Resposta: *Cristo exerce as funções de Rei chamando do mundo um povo para si(Jo 10. 16, 27; Is 55. 5), dando-lhe oficiais(I Co 12. 28; Ef 4. 11, 12), leis(Mt 28. 19, 20) e disciplinas para visivelmente governá-lo(Mt 18. 17, 18 I Co 5. 4, 5; I Tm 5. 20; Tt 3. 10; dando a graça salvadora aos seus eleitos(At 5. 31); recompensando a sua obediência(Ap 22 12; Mt 25. 34-36; Rm 2. 7) e corrigindo-os por causa dos pecados(Ap 3. 19; Hb 12. 6,7); preservando-os por causa de seu estado pecaminoso; sustentando-os em todas as tentações e sofrimentos(II Co 12. 9,10; Rm 8. 35-39); restringindo e vencendo todos os seus inimigos(I Co 15. 25; At 12. 17; At 18. 9,10), e poderosamente dirigindo todas as coisas para a sua própria glória(Rm 14. 11; Cl 1. 18) e para o bem do seu povo(Rm 8. 28); e também castigando os que não conhecem a Deus nem obedecem ao evangelho(II Ts 1. 8; Sl 2. 9).”*

REALEZA NO MUNDO ANTIGO

Acreditava-se que toda autoridade regencial e todo poder real eram exercidos por Deus ou provinham dele. Para Israel, os reis não eram divinos, mas ungidos de Javé para, em seu nome, governarem o seu povo exclusivo. Deus governa o mundo, segundo as Escrituras, por meio de autoridades, que ele mesmo constitui: *“Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas”*(Rm 13.1). Com o advento de Jesus, o Rei dos reis e supremo regente do universo(Mt 28. 18), o reinado das nações não sofreu solução de continuidade, mas o seu povo, a Igreja, passou a ser-lhe o reino especial, uma “crístocracia” direta; e ele a rege por meio de ministros eleitos e

vocacionados: “*E ele mesmo concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas, e outros para pastores e mestres*”(Ef 4. 11). Cristo, portanto, é: Regente do universo, Imperador de todos os impérios, Rei e Cabeça de sua Igreja.

CRISTO, REI DE SEU POVO.

Há os que sustentam que Jesus apenas reinará sobre a Igreja na era milenária porvir, depois de livrá-la de todos os inimigos. Pelos textos confessionais reformados, pela liturgia, pelo diuturno testemunho histórico e pela pregação, a Igreja atesta e proclama a presente e permanente realeza de Cristo sobre si e sobre as potências mundiais. Cristo reina de fato, visivelmente, sobre o corpo eclesial universal e sobre cada comunidade, dando-lhe oficiais, leis, ordenanças e regulamentos para dirigi-la e normatizar-lhe a existência concreta. Os escolhidos e unificados em Cristo, por suas qualidades e virtudes espirituais e morais, recebem de Deus a incumbência de comunicarem à sociedade secularizada em que vivem as normas, os padrões e os valores éticos e morais do imaculado Rei de quem são súditos e servos. Cristo, o Verbo encarnado, equipa seu reino particular, a Igreja, com a graça salvadora, a fraternidade indestrutível e a edificante dádiva do Espírito Santo que, iluminando cada um de seus membros, possibilita-lhes o conhecimento adequado e suficiente das Escrituras Sagradas e a capacidade de segui-las como única regra de fé e norma de conduta bem como comunicá-las aos irregenerados.

Deus criou a sua Igreja e concede a ela, por sua irrefutável autoridade e infinda graça, os seguintes tesouros de educação, formação e disciplina:

a- **As Escrituras Sagradas.** Elas iluminam e revitalizam o pretérito: o caminhar da revelação até o advento de Cristo; os eventos, mensagens e instruções apostólicas do período formador da Igreja; a missão dos cristãos nos meios judaicos e no mundo gentílico. O conteúdo comunicado e transmitido é irretocável, suficiente, eficiente, edificador e santificador. Fora da Bíblia, ensino concedido à Igreja, não há verdade revelada permanente.

b- **Um Mestre efetivo: O Espírito Santo.** Ele é o instrutor dos eleitos(Jo 14. 16); o mantenedor da memória viva dos feitos e ensinamentos de Cristo(Jo 14. 26); o convencido do pecado, da justiça e do juízo(Jo 16. 8-11); o consolador da Igreja padecente(Jo 16. 6,7); o produtor, em cada crente, da oração verdadeira, especialmente nos momentos de fraqueza espiritual(Rm 8. 26,27); o guia à verdade sagrada em Cristo Jesus(Jo 16. 13). Sem o Espírito Santo, a obra expiatória e redentora de Cristo não se efetivaria nos corações regenerados.

c- **Um governo especial.** Os que governam a Igreja de Cristo o fazem por eleição e vocação divinas: pastores, presbíteros e diáconos. A tais oficiais concederam-se: a administração da Palavra e dos sacramentos; a gerência espiritual e moral; a aplicação da disciplina aos que quebram os mandamentos de Deus, desrespeitam as Escrituras, desobedecem as autoridades constituídas, desconformam-se da ética bíblica e dos princípios comunitários.

As qualificações dos pastores, docentes e regentes, podem ser encontradas em I Tm. 3. 1-13.

O súdito de Cristo é recompensado por sua obediência; disciplinado por suas faltas; mantido em sua condição de servo, mesmo quando fraqueja à semelhança de Pedro; sustentado e protegido pelo Rei, quando perseguido e tentado. Cristo, portanto,

governa e defende a sua Igreja de tal modo que as portas do inferno não prevalecem contra ela e os anticristos não a iludirão.

HUMILHAÇÃO DE CRISTO

Pergunta 46: “Qual foi o estado de humilhação de Cristo?”

Resposta: *O estado de humilhação de Cristo foi aquela baixa condição na qual, por amor de nós, despindo-se da sua glória, ele tomou a forma de servo em sua concepção e nascimento, em sua vida, em sua morte e depois até à sua ressurreição” (Fp 2. 6-8; II Co 8. 9; Gl 4. 4).*

HUMILHAÇÃO: ESTADO E CONDIÇÃO.

Estado é uma situação inescapável de vida, uma situação intrínseca da qual o indivíduo por si mesmo não se livrará.

Condição é um modo de vida decorrente do **estado**. Exemplo: Um assassino, pelo fato do crime, experimenta um **estado** permanente de *criminoso*, mas pode, eventualmente, estar preso ou em liberdade, ser condenado ou absolvido. Um homicida condenado e recolhido à prisão fornece-nos o seguinte quadro: Seu **estado**: criminoso. Suas condições: a- *Condenado*. b- *Preso*. Estabelecendo analogias relativas, podemos afirmar que: a- **O estado de humilhação de Cristo** é a sua humanidade, pois, para se tornar humano, teve de abrir mão de sua glória divina, não de sua divindade: “*Pois ele, subsistindo em forma de Deus não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz*” (Fp 2.6-8). b- **Condições da humilhação de Cristo:** **b.1- Submissão à lei**, uma obrigação, decorrente do pacto com Deus, estritamente humana. **b.2- Sentimentos e sofrimentos humanos.** **b.3- Mortalidade física.** Em decorrência de seu estado humano, enfrentou a morte, e humilhante morte de cruz. O **estado** é a base e a fonte da **condição**. A encarnação, humanização do Verbo, constitui natural humilhação, pois o Criador torna-se criatura, o Santo toma a condição de pecador, o Imortal assume a mortalidade biológica, o divino torna-se humano, incorporando todas as emoções, paixões e sentimentos naturais do ser humano. Do ponto de vista da lógica racional o essencialmente espiritual é incompatível com o puramente material; entretanto, o Deus incorpóreo encarna-se, tomando um corpo genuinamente físico, sujeito ao óbito. Conforme o plano redentor divino, tal humilhação era necessária à salvação dos eleitos.

CRISTO HUMILHOU-SE; NÃO FOI HUMILHADO.

O Filho, sendo Deus, ninguém e nada estão além e acima dele. Inteligência alguma pode influenciá-lo, poder nenhum é capaz de forçá-lo a mudar de opinião em decorrência de seus atributos: imutabilidade, impecabilidade, santidade, onisciência e onipotência. A Segunda Pessoa da Trindade humilhou-se pela encarnação por decisão própria sem interferências externas. Paulo, em Fp 2. 6-8, mostra que a vontade pessoal de Cristo prevaleceu na decisão de encarnar-se. Destaquemos as expressões que evidenciam as suas

inequívocas atitudes individuais de humilhação encarnacional: *“Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz.”* Não se pode e não se deve minimizar o “escândalo” ou “paradoxo” da encarnação, pensando que a Segunda Pessoa da santíssima Trindade ocupava posição subalterna na unidade trina. As Escrituras nos garantem que ele é Deus. Alistemos alguns textos probatórios: *“No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez”*(Jo 1. 1-3). *“Ninguém jamais viu a Deus: o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou”*(Jo 1. 18). O “Deus unigênito” aqui é Jesus Cristo. *“Pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele tudo subsiste”*(Cl 1. 16, 17). *“Também sabemos que o Filho de Deus é vindo, e nos tem dado entendimento para conhecermos o verdadeiro, e estamos no verdadeiro Deus e a vida eterna”*(I Jo 5. 20). *“Quem vê a mim, vê o Pai; como dizes: Mostra-nos o Pai”*(Jo 14. 9 cf Jo 5. 23; I Jo 2. 22, 23; II Jo 9). Cristo é, pois, Deus encarnado, esvaziado de sua glória divina, mas não de sua divindade.

A distância entre o divino e o humano encurtou-se pela encarnação. A distância entre Deus e o homem foi eliminada pela humilhação da Segunda Pessoa da Trindade. O Verbo encarnado não somente esteve entre nós fisicamente: ele está conosco espiritualmente, segundo a promessa: *“Respondeu Jesus: Se alguém me ama, guardará a minha palavra; e meu o amará, e viremos para ele e faremos nele morada”*(Jo 14. 23). *“Porque onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles”*(Mt 18. 20). *“E eis que estou convosco todos os dias até a consumação do século”*.

Pensem no mistério da encarnação e conseqüente humilhação de Cristo: a- O Filho de Deus, divino como o Pai, era espírito puro e exclusivamente divino no estado pré-encarnado; agora, em virtude de sua humanização, tornou-se Deus-homem, possui um corpo humano com o qual está à destra do Pai. b- Um Deus que, na condição humana, teve paixões, sentimentos, ira, compaixão e, especialmente, um varão de dores; que o digam o Getsêmani e o Calvário. c- Uma divindade perfeita, absoluta, não subordinada e não subordinável, ter de cumprir rigorosamente a Lei de Deus. d- Um Deus imortal assumir a mortalidade e morrer como malfeitor na cruz. Nossa mente é pequena demais para compreender os decretos, segredos da Trindade e a encarnação do Verbo, Jesus Cristo, Emanuel.

CRISTO, HUMILHADO NA ENCARNAÇÃO

Pergunta 47: “*Como se humilhou Cristo na sua concepção e nascimento?*”

Resposta: *Cristo humilhou-se na sua concepção e nascimento, em ser, desde toda eternidade, o Filho de Deus no seio do Pai, quem aprouve, no cumprimento do tempo, tornar-se Filho do Homem, nascido de uma mulher de humilde posição, com diversas circunstâncias de humilhação fora do comum(I Jo 1. 14, 18; Lc 2. 7)”.*

DIVINDADE DA SEGUNDA PESSOA TRINITÁRIA

Cristo não é uma divindade que se reduziu à humanidade, perdendo os seus atributos naturais e essenciais, rompendo a unidade trinitária, mesmo durante a encarnação. Ele é o Deus encarnado, mantendo intactas e íntegras todas as características e qualidades intrínsecas de um ser essencialmente divino: *vero Deus*. Não se pode imaginar o Deus das Escrituras sem a eterna e imutável unidade trina: Pai-Filho-Espírito Santo. A Segunda Pessoa da santíssima Trindade é eternamente Filho de Deus; logo, o Pai é eternamente Pai. A imutabilidade da união trina não nos permite concluir que Cristo passou a ser Filho de Deus no momento da concepção, e que o Pai eterno assumiu “parceria” de sua filiação com uma mulher, reduzindo Jesus a “Filho de Deus por Maria”. Esta lógica, nada teológica, tornou-se responsável pela conclusão: *Maria é Mãe de Deus*. Ora, Maria, como todos os seres criados, foi “criada por Jesus Cristo”, o Verbo eterno: “*No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez*”(Jo 1. 1-3). “*Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda criação; pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele(Cl 1. 15, 16).*” Cristo, portanto, não foi gerado no ventre da Virgem por uma vontade e um poder externos a ele. A concepção de seu corpo é um ato de sua livre e soberana iniciativa: “*E o Verbo se fez carne*”. Não se pode isolar um ato da Terceira Pessoa trinitária da ação consensual e participativa da Segunda, Cristo Jesus, pois a Trindade é absolutamente una e inequívoca.

HUMILHAÇÃO NA CONCEPÇÃO

A humanização do divino é, por si mesma, humilhação, pois um ser infinitamente superior nivela-se a outro, incomparavelmente inferior. Não se deve imaginar que a concepção de Jesus tenha alterado o processo geracional e interrompido as leis da reprodução humana; que o óvulo não tenha sido fecundado regularmente por intervenção do Espírito Santo. Se assim fosse, o Filho do Homem não seria verdadeiramente humano com todas as cargas genéticas, biofísicas e psicossomáticas do homem normal. Uma concepção inatural e um nascimento anormal não nos permitiriam afirmar, confessionalmente, que Jesus é *verdadeiro homem*.

Deus, que operara o milagre da criação original, realizou o da concepção do Verbo, originando a encarnação. A *semente* masculina cedeu lugar ao poder criacional do Deus trino, e isto sem afetação ou mudança do sistema reprodutivo humano. Num momento exato, um *kairós* da graça, um óvulo transforma-se em ovo por obra de Deus, e a Virgem concebe o Messias. A natureza divina penetra a humana pelo caminho natural

da concepção. A Segunda Pessoa da Trindade encarna-se. Cumpre-se a profecia: “*Eis que a Virgem conceberá, e dará a luz um filho, e lhe chamará Emanuel*”(Is 7. 14).

Mitificar a concepção, o desenvolvimento intra-uterino e o nascimento de Jesus é negar-lhe a encarnação, docetificá-lo e rejeitar-lhe a realíssima natureza humana. O primeiro Adão Deus o fez da terra; a mulher o Pai criou-a do homem. Ambos sem intervenção espermática. O Filho do Homem corporificou-se por meio de uma mulher, tomando a forma humana via geracional, prescindindo da semente masculina, mas respeitando as leis da concepção humana. Jesus, pois, foi homem absolutamente completo e perfeito, em tudo semelhante a nós, menos no pecado.

HUMILHAÇÃO NO NASCIMENTO

Os evangélicos, que não falseiam a encarnação, ensinam que a concepção, a gestação e o parto do Menino Jesus foram normais e naturais, resguardando o milagre da fecundação. Cristo não é um Salvador mítico, docético, mas real, *verdadeiro Deus e verdadeiro homem*. Como todo ser humano, começou na concepção e se tornou histórico no nascimento.

A doutrina romana da perpétua virgindade de Maria desumaniza a Virgem e transforma Jesus em Messias docético, um tipo de *camuflagem* divina, uma figura beatífica alienada, uma *aparência humana* sem qualquer inserção real na duríssima realidade do pecador. Humanidade irreal na origem, irreal será na existência, nos meios e nos fins. Cristo, ao contrário, compartilhou sua vida com a nossa, pois viveu rigorosamente como vive qualquer ser humano, inclusive experimentando os horrores da morte física.

Jesus fez derivar seu corpo da substância de Maria, mas não a sua divindade, que é antecedente, incriada e imutável.

HUMILHAÇÃO EXISTENCIAL DE CRISTO

Pergunta 48: “*Como se humilhou Cristo na sua vida?*”

Resposta: *Cristo humilhou-se na sua vida, sujeitando-se à lei(Gl 4. 4), a qual perfeitamente cumpriu(Mt 3. 5; Jo 19. 30; Rm 5. 19), e lutando contra as indignidades do mundo(Hb 12. 2,3; Is 53. 2,3; Sl 22. 6), as tentações de Satanás(Mt 4. 1-11) e as enfermidades da carne, quer as comuns à natureza do homem, quer as procedentes dessa baixa condição(Hb 2. 17,18; Hb 4. 15; Is 52. 13,14).*”

HUMILHAÇÃO E ENCARNAÇÃO

A humilhação existencial de Cristo decorre de sua humanidade. Ao admitirmos que ele foi, e continua sendo, *verdadeiro homem*, portador de natureza humana autêntica pelo mistério da encarnação, somos levados a crer na realidade antropológica de sua existência, tanto a terrena, período de sua humilhação, como a celeste, onde se encontra glorificado e exaltado, mas com o corpo humano ressurreto e incorruptível. Ele é o *humano*, imagem sem retoques do Pai, como deveriam ser todos os homens, tanto em sua vida humilhada

como na exaltada. Eis porque se pode afirmar, como o fez o apóstolo: “*Cristo, primícias dos que dormem*”(Cf I Co 15. 20, 23). Ele foi humano real aqui para que seus eleitos sejam reais nele nas moradas eternas.

CRISTO E A LEI

O mesmo Cristo que teve autoridade divina para reformular e aprofundar a lei de Deus(Mt 5. 17 – 48) podia dizer: “*Não vim para revogar, vim para cumprir*”. Isso fez por ser, ao mesmo tempo e na mesma e única pessoa, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.

A Lei de Deus, outorgada no contexto actual, tem por objetivo: a- estabelecer normas comportamentais e de fé, segundo a vontade do Redentor, para os escolhidos, libertos e retirados do cativeiro faraônico e constituídos em nação santa; b- viabilizar relações diretas, sem conflitos insuperáveis, entre a criatura e o Criador; c- firmar postulados morais e parâmetros legais individuais e comunitários para a raça eleita; d- estabelecer princípios litúrgicos e rituais para o culto correto devido ao Senhor, Deus único e exclusivo da fé e da adoração de seus redimidos; e- criar e manter um monoteísmo radical capaz de enfrentar e sobrepujar a cultura politeísta e panteísta das sociedades circundantes. As determinações do código mosaico e as recomendações éticas dos profetas destinam-se a servos e súditos falíveis, a humanos, pecadores por natureza e por ações, jamais ao supremo, justo e infalível Legislador. Cristo, portanto, sendo Deus antes, durante e depois da encarnação, não podia dobrar a cerviz, como realmente fez, diante da *Torah* e das leis naturais. Trata-se de humilhação sem paralelo, inexplicável racionalmente. O malfetor na cruz interpreta a situação corretamente, falando pela humanidade: *Nós, na verdade, com justiça, porque recebemos o castigo que os nossos atos merecem; mas este nenhum mal fez*”(Lc 23. 41). O Filho de Deus, divino-humano, embora sem pecado, esteve sob a lei de Deus e a dos homens como o pior dos seres humanos; isto porque ele foi entre nós um dos nossos: *verdadeiro homem*. A humanidade de Cristo é tão real, que muitos desavisados chegam duvidar de sua divindade, e algumas seitas heréticas, a negá-la.

CRISTO E O MUNDO

Cristo lutou tenazmente contra todas as manifestações do maligno e do mal, especialmente as que aconteciam nos campos da moralidade e da espiritualidade: a mentira, a hipocrisia, a usura, a impiedade, a intolerância, o desamor, o formalismo religioso, a idolatria, a discriminação, o sectarismo e o racismo judaico. Ele não apenas pronunciou-se contra as injustiças sociais, também condenou os maus procedimentos e as corrupções pessoais, inserindo, por testemunho e ensino, na sociedade um novo modo de vida, despido de prepotência, de vaidades e de egocentrismo. Sem dúvida Cristo foi um ser humano sem jaça, de honestidade absoluta, de sinceridade e confiabilidade nas palavras e nos atos. Sendo imaculado e imaculável ele podia conviver com as mais pecaminosas pessoas de seu tempo, como publicanos e meretrizes. A imundície dos impuros não lhe podiam manchar o carácter incorruptível tanto quanto a sua pureza não o afastava dos pecadores. Os extremos tocaram-se: O Santo e o pecador comungaram-se na pessoa do Filho do Homem; Criador e criatura nele e por ele se unem.

CRISTO E O MALIGNO

O Cordeiro, Leão da tribo de Judá, não somente batalhou contra o pecado, encravando-o na cruz, mas enfrentou também o arquiinimigo do homem, Satanás, e o derrotou para sempre, não somente por fazer a vontade do Pai, mas implantando o reinado

messiânico nos domínios de Deus usurpados por ele. Da Igreja de Cristo e de cada regenerado o Demônio está definitivamente exorcizado, pois o Espírito Santo, que habita a Igreja e cada um de seus verdadeiros membros, não coabita, em hipótese alguma, com o maligno.

CRISTO E A REJEIÇÃO

Ele, o Bom Pastor, foi rejeitado pela sociedade, por sua família(Mc 6. 4). Levou uma vida de peregrino pobre: “ *As raposas têm seus covis e as aves do céu, ninhos; mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça*” (Mt 8. 20). O desamparo, porém, mais doloroso ele sofreu, como Cordeiro vicário, no Gólgota: “ *Deus, Deus meu, por que me desamparaste*(Mc 15. 34). Quer humilhações maiores que a rejeição dos homens e o abandono do Pai na pior hora da existência, a da morte? Tudo por nossa causa.

HUMILHAÇÃO NA MORTE

Pergunta 49: “Como se humilhou Cristo na sua morte?”

Resposta: *Cristo humilhou-se na sua morte, tendo sido traído por Judas(Mt 27. 4), abandonado pelos seus discípulos(Mt 26. 56), escarnecido e rejeitado pelo mundo(Lc 18. 32,33), condenado por Pilatos e atormentado pelos seus perseguidores(Mt 27. 26; Jo 19. 34; Lc 22. 63, 64), tendo também lutado contra os terrores da morte e os poderes das trevas, tendo sentido e suportado o peso da ira de Deus(Lc 22. 44; Mt 27. 46; Rm 8. 32), ele deu a sua vida como oferta pelo pecado(Rm 4. 25; I Co 15. 3,4; Is 53. 10), sofrendo a penosa, vergonhosa e maldita morte de cruz(Fp 2. 8; Hb 12. 2).”*

NASCIDO PARA MORRER

Cristo, como todos os seres humanos, nasceu com o signo da morte. Ele recebeu, na encarnação, um corpo físico marcado pela mortalidade natural, exatamente por causa da humanidade verdadeira que assumiu. O nascimento é o *alfa*, e a morte, o *ômega* de qualquer ser biofísico. O Filho de Deus encarnado, e para não quebrar a lei universal da vida, destinava-se à morte. E efetivamente morreu, mas não no fim do ciclo normal da existência, pois o curso de sua vida terrena encerrou-se, não por morte natural, mas violenta. O melhor cidadão do mundo foi condenado ao sacrifício por meio de processos injustos e tribunais iníquos. Sua execução na cruz se fez de maneira crudelíssima. Antes de Cristo, o nascimento era a doce esperança; o passamento, trágico fim. Por sua morte e depois dela, o óbito de seus servos passou a ser a *transferência* para a vida eterna, pois o poder destruidor do “*thanatos*”(morte) foi destruído. A morte de Cristo matou a morte: “*Tragada foi a morte foi a morte pela vitória. Onde está, ó morte, a tua vitória? Onde está, ó morte o teu aguilhão*”(I Co 15. 54b,55).

TRAÍDO E ABANDONADO

A humilhação do Filho de Deus na morte foi consequência da sua natural mortalidade física, herança da encarnação, efetivada e consumada na traição, na condenação judaico-romana e na crucificação. O traidor, Judas Iscariotes, foi um dos apóstolos participantes da primeira ceia eucarística que, valendo-se da intimidade com o

Mestre, vendeu-o, ímpia e inescrupulosamente, aos seus fanáticos algozes. Ele exerceu, na verdade, o papel de primeiro anticristo da comunidade emergente. Era um suposto servo de Deus, pois desejava servir de fato o deus Mamom. Judas e Pilatos encarnaram, respectivamente, o espírito da besta religiosa e o da besta política de que nos falou, posteriormente, Apocalipse 13, onde se sustenta que os dois mais perigosos e potentes inimigos do reino messiânico, mancomunados, emergiriam de áreas opostos: a secular e a religiosa. Antecipadamente, um falso apóstolo, aliado a sacerdotes indignos, acólitos do poder político representado pelo indeciso e frágil Pilatos encarnam tais poderes opostos ao Messias e ao seu povo.. Os traidores internos são mais perigosos e danosos que os externos. A punhalada do ingrato é mais dolorosa e compungitiva que a do inimigo.

No auge da crise a fraqueza humana revela-se. Os discípulos não tiveram forças para orar com o angustiado Filho do Homem diante do prenúncio da delação e do espectro da morte. O estado de angústia profunda do Rei no Getsêmani levou-o a suplicar ao Pai que o livrasse daqueles terríveis momentos: a vitória dos injustos sobre o Justo; a vitória da morte, embora momentânea, sobre o Imortal. Seus poros epiteliais, em virtude da fortíssima tensão depressiva e extrema agonia, transudavam sangue em abundantes gotas. Deus submetido a tal condição de sofrimento é inimaginável; e tudo sem qualquer consolo humano. O valente e intrépido Pedro, que lhe garantira fidelidade e apoio até à morte, traiu-o vergonhosamente. Impotentes, todos os discípulos acovardaram-se: Era mister o Cordeiro vicário padecer sozinho, mas em lugar de todos. Eis porque nosso Rei, com ridícula coroa de espinhos na cabeça e sob imensa zombaria da multidão, deixou-se crucificar como um criminoso comum na infamante cruz erguida entre marginais no horripilante Monte das Caveiras. A crueldade humana jamais produziu quadro mais terrível. Em nome do ódio e da mentira sacrificaram-se o amor e a verdade. Na frente sacrossanta do Emanuel cravaram-se dolorosos espinhos. Perfuraram cruelmente os benditos pés do Profeta dos profetas, opor terem palmilhado o caminho acidentado dos pecadores. Dilaceraram a marteladas sobre toscos cravos as divinas mãos do Salvador pelo crime de servirem, abençoarem, guiarem e protegeram os perdidos. E assim, o mais humano dos humanos, isolado e execrado, agonizou no madeiro vil entre renegados sociais. O imortal morreu. Pode a mente humana apreender e compreender semelhante humilhação?

CRISTO PAGOU O SALÁRIO DO PECADO

A desobediência de Adão causou-lhe o rompimento com Deus, consequenciando-lhe a morte espiritual. O peso do óbito físico torna-se mais dramático com o ônus da morte espiritual. O falecimento biológico destrói nosso corpo, priva-nos do mundo, separa-nos dos parentes. É muito ruim. A morte espiritual é pior e causa mais danos: desliga a criatura de seu Criador; rompe todos os elos de fraternidade; retira totalmente a esperança. O morto espiritual, ou réprobo, na eternidade fica em condição irreversível, em estado irrecuperável. Ao morto físico se lhe dá a certeza da ressurreição, recuperação de seu corpo, mas imortal e incorruptível. Cristo experimentou a morte corporal, mas como Eleito dos eleitos, ressuscitou de entre os mortos para ser glorificado e exaltado.

O Filho do Homem, humilhado na morte; exaltado na ressurreição.

HUMILHAÇÃO NA MORTE

Pergunta 50: “*Em que consistiu a humilhação de Cristo depois de sua morte?*”

Resposta: *A humilhação de Cristo depois de sua morte consistiu em ser ele sepultado(I Co 15. 3,4), em continuar no estado dos mortos e sob o poder da morte até o terceiro dia(Mt 12. 40); o que, aliás, tem sido expresso nestas palavras: “Desceu ao inferno(hades).”*

MORTE DO CORDEIRO

A morte do Filho de Deus foi muitíssimo dolorosa e incalculavelmente penosa em virtude de pressupostos da profecia messiânica: 01- *Sobre ele recairiam as dores de todos os seres humanos.* Jesus não foi apenas um indivíduo representativo; foi, antes de tudo, uma pessoa corporativa. Seus padecimentos na cruz representaram a soma dos padecimentos de cada pecador. Portanto, não se há de comparar o suplício do Cordeiro vicário com a crucificação de um condenado qualquer, levado à execução por seus crimes individuais. 02- *O Justo pagaria pelos injustos.* Individualmente, Jesus era inocente. Pessoalmente não devia nada à justiça humana e à divina, mas morreu como pecador substituto, pois nele estavam todos os condenados por Deus, os renegados no primeiro Adão por ocasião da queda. 03- *Ele seria o Cordeiro de Deus para tirar o pecado do mundo.* Cristo, sendo Deus humilhado na morte, seus padecimentos são de dupla natureza e bidimensionais: natural e espiritual, humano e divino. Nele padeceram, ao mesmo tempo, na mesma vítima e na mesma cruz, o *Criador* e a *criatura*, o *Juiz* e os *condenados*. Eis porque a natureza enlutou-se no seu passamento: houve trevas da hora Sexta à nona(Mt 27. 45), e a bastardia feriu-lhe a alma. Esteve, no momento da morte, duplamente abandonado: pelo Pai eterno e pelos homens(Mt 27. 46). Jamais houve dor tamanha, tão concentrada e tão universal! Em Cristo não somente morreu o velho homem, mas também a velha ordem criada.

Creemos, pelas Escrituras e por nossa confissão credal, que Jesus é *verdadeiro Deus e verdadeiro homem*. Assim sendo, afirmamos: Deus em Cristo morreu fisicamente na cruz, fazendo a espada da condenação voltar-se contra si mesmo; foi sepultado; permaneceu sob o poder da morte durante três dias e três noites e, ao terceiro dia, ressuscitou de entre os mortos

CRISTO NA SEPULTURA.

Atestado o óbito do Filho de Deus(Jo 19. 33- 37), José de Arimatéia requereu-lhe o corpo para sepultamento digno. A tristeza gerada por um cadáver de pessoa amiga sepultado humana e honrosamente é menos dolorosa que a causada por um falecido insepulto e execrado entre marginais no *Monte das Caveiras*. Nicodemos ofereceu aromas para o seu embalsamamento(Jo 19. 39-40). Terminados os funerais, supultaram-no próximo ao local do sacrifício(Jo 19. 41, 42). O Sábado aproximava-se; por isso, seu corpo foi rapidamente depositado no mausoléu novo do rico Arimatéia. A preparação do divino corpo sem vida e o seu sepultamento deixaram claro, aos olhos incrédulos, que realmente não se tratava do Messias prometido; “*mas a fraqueza de Deus é mais forte do que os homens*”(I Co 1. 25b).

É inimaginável, à luz da razão humana, conceber o Deus-homem morto, sendo manipulado por mãos de míseros mortais, embalsamado, levado ao túmulo e lá deixado, como todos os mortos, entregue ao *sheol*, ao poderoso reino da morte.

JESUS NO DOMÍNIO DA MORTE.

Cristo, por ter assumido e incorporado o pecado alheio, morreu como pecador, pagando o salário do pecado, a morte(Rm 6. 23). O Credo Apostólico diz: “*Desceu ao hades*”, expressão que contém a idéia de: estar sepultado, penetrar o mundo dos mortos, cair nos escuros, silenciosos e tristes domínios tartáreos. *Hades* é a tradução grega do *sheol* hebraico. Estar no *sheol*, segundo o Velho Testamento, significa: alienado, privado de liberdade, incomunicável, desligado de Deus, despido da graça divina, privado de esperança, impedido de cultuar o Criador. No *sheol*, portanto, a solidão é absoluta. Os que nele estão enfrentam abandono total: esquecidos por Deus e separados, irremediavelmente, dos vivos(vejam Jó 7. 9,10; Jó 38. 17; Is 38. 10, 11; Sl 6. 6; Sl 30. 10; Sl 88. 11-13; Sl 115. 17; Is 38. 18; Gn 3. 3, 19 cf Lc 16. 19- 31).

Deus sentenciou o homem à morte, quando ele, conscientemente, quebrou o pacto edênico. Agora, encarnado em Cristo, verdadeiramente humanizado, o supremo Juiz coloca-se sob a sua própria lei, fazendo-se vítima de uma culpa transferida do pecador para o Redentor. Assim, Deus se humilha por amor àquele que ele criou à sua imagem e semelhança e o livra da morte, morrendo e descendo ao *hades* em seu lugar.

A morte e os mortos são contaminadores, a pior das imundícias, exatamente por representarem o estado de depravação final(Nm 9. 6; 19. 16). Penetrar o escabroso império da morte pelas tenebrosas portas do falecimento foi, para o Senhor da vida, terrivelmente penoso e humilhante. Encerrado nas masmorras necróticas durante três dias, Cristo realmente submeteu-se a inominável e abominável humilhação. Depois da única e incomparável derrota de Deus, a morte, veio a vitória das vitórias, um triunfo cabal sobre as potências tartáricas. A ressurreição do Salvador garante a nossa, seus escolhidos regenerados.

EXALTAÇÃO DE CRISTO

Pergunta 51: Qual é o estado de exaltação de Cristo?

Resposta: *O estado de exaltação de Cristo compreende a sua ressurreição(I Co 15. 4), ascensão(Lc 24. 51; At 1. 9-11), o estar assentado à destra do Pai(Ef 1. 20), e a sua segunda vinda para julgar o mundo(At 1. 11; At 17. 31)”.*

EXALTAÇÃO, VOLTA AO ESTADO ANTERIOR?

Exatamente, não. No que concerne ao estado de glória e à condição expressa de realza universal, sim. Porém, ao humanizar-se, o Filho do Homem introduziu, por consenso e iniciativa das pessoas da Trindade, a natureza humana no corpo trinitário. Antes da encarnação, o Filho de Deus era puro e genuíno espírito; agora, continua genuíno espírito, mas corporificado no humano corpo ressurreto, o mesmo que recebeu na encarnação, mas despido nas naturais fraquezas do homem e revestido para sempre de imortalidade física. Não se há de esquecer que a Segunda Pessoa da unidade trina jamais

deixou de ter os atributos próprios da divindade: Santidade, eternidade, espiritualidade plena, imortalidade, eternidade, onipotência, onividência e imutabilidade. A encarnação do Verbo não se constituiu em mudança de Deus, apenas representou a execução de um plano eterno de redenção, governo e juízo. Ao entendimento humano haurido da revelação bíblica, a vida do Filho de Deus se nos mostra no seguinte quadro: Verbo criador: antes da encarnação; Cordeiro vicário: durante a existência terrena; Redentor e intercessor: no atual estado intermediário; Supremo Juiz: no juízo final; Vencedor final: na eternidade com os seus eleitos ressurretos.

HUMILHAÇÃO E EXALTAÇÃO

O Filho de Deus, humilhando-se pela encarnação, viveu conosco todas as nossas circunstâncias pecaminosas, alienantes e limitadoras, sem abdicar, e nem podia fazê-lo, a posição de eterna Segunda Pessoa da unidade trinitária. Encarnação não significa mutabilidade, mas realização de um decreto eterno da divindade. Não há como Deus abrir mão de sua condição: ser, natureza, substância e essência. Cristo é divino, eternamente Filho de Deus, não criado nem gerado. O atributo da imutabilidade não se quebrou. Encarnação não é mutação ou metamorfose. Humilhado, sim; desqualificado, não. A humilhação do Verbo não pode ser vista como rebaixamento; também não se entenderá a exaltação como promoção. Tanto a encarnação como a ressurreição devem ser compreendidas pela Igreja, e tem sido, à luz do específico contexto da plena revelação de Deus em Cristo Jesus e de sua misteriosa obra redentora. A humanidade, que ainda não tinha contemplado o Criador em forma física e segundo as suas categorias mentais de aferição e julgamento, pode vê-lo na manjedoura, na família, na oficina de carpintaria, nas poeirentas estradas da Galiléia; também o viu desamado, incompreendido, privado de bens materiais, perseguido, preso, crucificado, morto, embalsamado e sepultado. Seus discípulos, porém, puderam mirá-lo ressurreto e crerem na sua ressurreição, receberem o dom do Espírito segundo a promessa, presenciarem sua ascensão e experimentarem o poder de sua presença na irresistível expansão da Igreja. Diante do fato revelado da ressurreição do Cordeiro, de sua subida aos céus, de sua entronização à destra do Pai, do poder que lhe foi conferido como Senhor do mundo físico e do universo espiritual, não se conceberá outra idéia, conforme nossa lógica empírica, senão a de maravilhosíssima exaltação. A Igreja é gloriosa noiva porque o seu imaculado Noivo é extremamente exaltado e glorificado. Cristo é hoje o que anteriormente foi: Verbo divino, Salvador dos eleitos. Ele está agora onde sempre esteve: no comando da criação e da revelação(Jo 1. 1- 3; Jo 1. 18; Jo 14. 9- 11; Cl 1. 15- 17). A Segunda Pessoa da Trindade não mudou, mas o pecador, depois de sua encarnação, peregrinação na terra, paixão, martírio, morte, ressurreição e exaltação, não é o mesmo: Os que o rejeitam, permanecem julgados e condenados; os que o aceitam, são justificados e salvos. Os regenerados passam de um estado de morte para um estado de vida, ingressam no reino eterno do Redentor, adquirem cosmovisão por meio de uma pneumovisão jamais experimentada. A humilhação e a exaltação de Cristo, pois, não lhe modificaram o ser imutável, não lhe alteraram os atributos incomunicáveis, mas a humanidade nele se exaltou; um Rei universal assenta-se no trono celeste com um corpo retirado de nosso mundo, saído do túmulo de Arimatéia pelo milagre da ressurreição, tornando-se primícias dos que dormem. No Verbo encarnado não seremos o que fomos em Adão.

Cristo possui o grau máximo de perfeição e santidade. A humanidade ocupava o extremo oposto: depravação total. Nem o Messias pode ser promovido; nem o homem podia depravar-se mais. Eis porque se contemplam a humilhação e a exaltação de Cristo no estrito campo da encarnação para a redenção dos pecadores, à vista da complexa e paradoxal, mas inegável, declaração confessional: “Verdadeiro Deus e verdadeiro homem(*Vere Deus et vere homo*).

FASES DA EXALTAÇÃO:

a- Ressurreição: Vitória sobre a morte e retomada do corpo liberto das limitações naturais. Foi para Cristo e será para os seus redimidos a passagem do transitório para o definitivo, a exaltação final. **b- Ascensão:** Retorno triunfante ao seio do Pai, levando os lauréis do dever cumprido, as glórias do esmagador triunfo sobre todas as potências do mal. A subida corporal do Filho de Deus aos céus, entronizando o humano no corpo trinitário, estabeleceu um nexó experiencial e essencial entre o trono universal e os súditos de Cristo. **c- Assento à destra do Pai:** Cristo assume definitivamente, na qualidade de Messias, o governo da Igreja, dos povos e do universo. Ele veio para reinar, e reina. **d- Segunda vinda:** A volta de Cristo para nós é uma certeza firmada na esperança, mas para ele é uma realidade estabelecida e já em processo de realização. Com a primeira vinda Cristo inaugurou o reinado messiânico, gerando os tempos do fim. A Igreja é povo de Deus, mas como peregrina na marcha do êxodo sob o comando de Messias. O reino porvir é uma promessa, mas o novo Israel é uma realidade espiritual e histórica, sendo Cristo o seu Rei, protetor e guia. É a presença do “já” no “ainda não”.

EXALTADO NA RESSURREIÇÃO

Pergunta 52: “*Como foi Cristo exaltado na sua ressurreição?*”

Resposta: *Cristo foi exaltado na sua ressurreição em não ter visto a corrupção na morte(pela qual não era possível que ele fosse retido)(At 2. 24; Sl 16. 10), e o mesmo corpo em que sofrera, com suas propriedades essenciais(Lc 24. 39)(sem a mortalidade e sem as enfermidades comuns a esta vida), tendo realmente unido à sua alma(Ap 1. 18), ressurgiu dentre os mortos ao terceiro dia, pelo seu próprio poder(Jo 10. 18), e por essa ressurreição declarou-se Filho de Deus(Rm 1. 4), por haver satisfeito a justiça divina(Rm 4. 25; I Co 15. 17, ter vencido a morte e aquele que tinha o poder sobre ela(Hb 2. 14; Ap 1. 18), ser o Senhor dos vivos e dos mortos(Rm 14. 9). Tudo isto ele fez na sua capacidade representativa(I Co 15. 21, 22), como cabeça da sua Igreja(Ef 1. 22, 23; Cl 1. 18), para a justificação(Rm 4. 25) e vivificação dela na graça(Ef 2. 5, 6; Cl 2. 12), apoio contra os inimigos(I Co 15.25, 26; At 12. 17; At 18. 9, 10), e para lhe assegurar a sua ressurreição dos mortos no último dia(I Co 15. 20; I Ts 4. 13- 18).”*

MORTE, SUPREMA HUMILHAÇÃO

A ressurreição representou o maior fato exaltatório de Cristo porque, no extremo oposto, morrer foi-lhe a suprema humilhação. Lembremos que a morte é o

salário do pecado(Rm 6. 23). Ela atingiu o homem porque este quebrou o pacto de vida com Deus(Gn 2. 17), causando um rompimento inexorável da criatura rebelada com o seu Criador. Não sabemos se o homem antes da queda era imortal, se a sua constituição orgânica diferenciava-se da dos animais superiores, se suas funções metabólicas e reprodutivas eram específicas. No caso de a mortalidade fazer parte de sua vida natural, não seria ela uma bênção, um ponto de transferência entre o temporal e o eterno? Não foi o pecado que deu à morte conteúdo de dor, alienação, corrupção e depravação? Mesmo com poucas informações bíblicas, sabemos que a morte(biofísica e espiritual), é penalidade divina imposta ao homem por causa do pecado. Morremos porque estamos sob o juízo de Deus. Julgados e condenados fomos todos, mas Deus cobrou em Cristo o que a nós nos destinava: a morte do corpo. A alienação do homem, um estigma do pecador, foi temporariamente experimentada pelo Filho de Deus.

EXALTAÇÃO NA RESSURREIÇÃO

Cristo desceu à masmorra de todos os derrotados; foi cativo no cativeiro dos proscritos; amargou a tragédia dos vencidos; sofreu a injustiça dos homens. Sobre ele caiu o inclementíssimo gládio da condenação divina, pagando o Justo pelos injustos.

A ressurreição do divino Salvador redundou-se em vitória imensurável porque inconcebível foi a sua morte, por duas razões extraídas da lógica racional: Primeira: ele não pecou e, portanto, não estava, judicialmente falando, incurso na pertinente legislação pactual. Segunda: Cristo, sendo Deus, uma das pessoas da unidade trina, não podia, encarnado, experimentar a morte. O seu sacrifício foi, à luz da percepção humana, um imenso paradoxo e uma humilhação terrível. Retornar do Sheol e sair do túmulo são milagres indescritíveis e de conseqüências cósmicas e espirituais imensuráveis. À derrota impingida pela morte correspondeu a retumbante vitória da ressurreição. No caso de Cristo, o pó não retornou ao pó, como acontece com todos os mortos. A corruptibilidade física não pode atingi-lo, pois o nexos entre corpo e espírito é profundo, e espiritualmente o Filho de Deus sempre foi incorruptível.

CONSEQUÊNCIAS DA RESSURREIÇÃO DE CRISTO

Seu Corpo não viu a corrupção.

Eis a sentença bíblica que relata o decreto do falecimento do ser humano seguido de decomposição orgânica: “*Tu és pó e ao pó tornarás*” Ec 12. 7 cf Ec 3. 20 e Gn 3. 19). Isto não se aplicou a Jesus Cristo. A deterioração orgânica e a decomposição da matéria em seus elementos originais e básicos, fenômenos iniciados imediatamente após o falecimento, não se verificaram em nosso Senhor.

Ressurreição é recriação do homem. Consiste em retirar do pó o corpo sepultado, mas inteiramente renovado e com destinação definitiva em estado de incorruptibilidade material e espiritual. A morte levou o Senhor da Vida, mas não o reteve nem a terra lhe consumiu o santo organismo.

Senhor de vivos e mortos.

Ao entrar no ventre da morte e aí permanecer três dias e três noites, Cristo completou o ciclo humano: nascer, crescer, lutar contra a morte, ser vencido por ela, morrer. Foi, no entanto, além do ciclo ao ressurgir. E mais, pela ressurreição recriou do mesmo barro um vaso novo perfeito e valorizado, incontaminado e incontaminável,

qualificado e adequado à nova ordem da vida humana ressurreta da qual é semente e primícias(I Co 15. 14, 20). O velho homem morreu com Jesus; o novo nasceu com a sua ressurreição. Cristo é, pois, o Segundo Adão, isto é, pai da nova humanidade composta de todos os redimidos. A Igreja militante pode ser comparada a uma criança no ventre materno: já foi gerada, já possui paternidade e maternidade, já tem seu lar, mas ainda não viu a luz do mundo ao qual se destina, não tomou posse plena e consciente do que realmente possui. Assim, fomos regenerados para um universo de natureza espiritual, e nele, depois da atual gestação, ingressaremos.

Cristo não ressuscitou apenas para glorificar-se a si mesmo, mas para estabelecer e executar o princípio universal da ressurreição e exaltar com ele e para ele os seus eleitos. Assim como nosso Senhor ressurgiu e foi exaltado, em consequência de sua ressurreição e exaltação, nós, seus servos, também ressuscitaremos e seremos exaltados e glorificados .

CRISTO EXALTADO NA ASCENSÃO

Pergunta 53: *“Como foi Cristo exaltado na sua ascensão?”*

Resposta: *Cristo foi exaltado na sua ascensão em ter, depois da sua ressurreição, aparecido muitas vezes aos seus discípulos e conversado com eles, falando-lhes das coisas pertencentes ao seu reino(At 1. 2, 3), impondo-lhes o dever de pregarem o Evangelho a todos os povos(Mt 28. 19), e em subir aos mais altos céus, no fim de quarenta dias, levando a nossa natureza e, como nosso cabeça, triunfando sobre os inimigos(Hb 6. 20; Ef 4. 8, 10; At 1. 9), para ali, à destra do Pai, receber dons para os homens(Sl 68. 18), sublimar os nossos afetos(Cl 3. 1, 2) e preparar-nos um lugar(Jo 14. 2, 3) onde ele está e estará até a sua segunda vinda no fim do mundo(At 3. 21).”*

Ministério do Cristo Ressurreto.

Podemos distinguir cinco fases bem marcadas da presença do Messias entre nós: 01 *Do nascimento aos doze anos*, quando, no templo, sua idoneidade perante a lei foi declarada. A partir dessa data, o circunciso Jesus passou a ser responsável perante os postulados do pacto mosaico. 02- *Do templo, entre os doutores sacerdotais, ao batismo de João Batista no Jordão*: período formativo dedicado à vida doméstica e ao trabalho manual na carpintaria da família, cumprindo o seu dever de filho e de cidadão comum. 03- *Do batismo ao deserto*, onde enfrentou o tentador e triunfou sobre as tentações durante quarenta dias. O velho povo de Deus sucumbiu às mesmas tentações e ao mesmo tentador no inóspito e árido caminho do Êxodo; Cristo, porém, venceu, e com ele os seus eleitos. No deserto o Rei prometido encontrou-se com o rei usurpador. Não houve, nem poderia haver, acordo entre eles; a luz não combina com as trevas. As posições radicalizaram-se, e a batalha messiânica virtualmente começou. Cristo e Satanás declararam-se em guerra, mas o maligno sabia que já estava vencido. 04- *Do deserto à ressurreição*, período caracterizado por

numerosas vitórias pontilhadas contra o Demônio, culminando com o triunfo final, a ressurreição, depois de aparente derrota pela morte. 05-Finalmente, *da ressurreição à ascensão*, quando o Senhor ressurreto, por espaço de quarenta dias, demonstrou aos apóstolos e discípulos a realidade e a finalidade de sua ressurreição: vencer o tentador, o pecado e a morte; implantar o seu reinado por meio de uma Igreja fiel e missionária; conscientizar os eleitos de sua presença no meio deles, do seu senhorio direto sobre todos os seus súditos; anunciar a sua volta fundamentada na sua ascensão. As diversas aparições do Cristo ressurreto, portanto, visavam a:

Comprovar a ressurreição. Ao mundo alienado de Deus e a ele oposto não interessava a ressurreição do Cordeiro, mesmo se a pudesse compreender. Incomodava-lhe o Cristo redivivo. A Igreja nascente, porém, necessitava de provas testemunhais concretas, que fundamentassem o ministério redentor de seu Sumo Sacerdote, consolidassem a sua esperança e embasassem a sua fé. Tais comprovações Cristo proporcionou-lhes convincentemente, criando no coração de seus servos uma alegria irreprimível, uma certeza inabalável, uma convicção inarredável. Assim, o Ressurreto habilitou a sua Igreja para a missão, para a proclamação redentora, para os embates duríssimos contra as hostes inimigas, para o enfrentamento de adversários hábeis e implacáveis. Não bastavam à Igreja o túmulo vazio e o testemunho das mulheres, embora tenham sido basilares; a verdade anunciada da ressurreição do Messias carecia de maior contundência elucidatória e probatória: aparecimento a todos os apóstolos e ascensão visível depois do pleno convencimento de que a ressurreição do Redentor, para os cristãos, era realidade inegável e indisputável(Cf At 1. 3; At 1. 9-11).

Inaugurar os tempos do fim. Imediatamente após o ascenso de Cristo, dois anjos disseram aos apóstolos: *“Varões galileus, por que estais olhando para as alturas? Esse Jesus que dentre vós foi assunto ao céu, assim virá do modo como o vistes subir”(At 1. 11)*. Inaugurado estava o “tempo do fim”, a era escatológica, o período de expectativa. O Espírito Santo fixa e aprofunda no corpo eclesial e no interior de cada membro a esperança do retorno do Cordeiro. A Igreja vive o espaço temporal e histórico, *aqui e agora*, do reino inaugurado, mas não implantado. Ela percebe e experimenta as conseqüências sociais, morais e teológicas do reinado messiânico, sob o ministério do Paráclito, no **“já”** da redenção e no **“ainda não”** da consumação. O *“regnum Christi”* militante é essencialmente escatológico. O anúncio da volta de seu Rei confere-lhe uma esperança firmada na veracidade da promessa e na certeza da fé.

Fortificar a Igreja. Nos quarenta dias, da ressurreição à ascensão, Jesus preparou a Igreja, consolidou-lhe a fé e a comissionou como testemunha do Cristo vivo e mensageira do Evangelho.

Entronizar-se e entronizar seus redimidos. Cristo levou intacto e incorruptível seu corpo humano para o trono trinitário, entronizando, desta forma, a nossa natureza num universo diferente e além do nosso, o celeste. O céu não é mais inacessível ao ser humano. Em Cristo Jesus antegozamo-lo aqui e o plenigozaremos depois, ao término da existência terrena. Quem está com Cristo aqui, certamente estará com ele no outro lado da existência, pois espiritualmente não há descontinuidade entre o temporal e o eterno.

Triunfar sobre os inimigos. Cristo venceu. Subiu aos céus. Assumiu o reinado sobre os homens e o universo. Colocou-se como cabeça de sua Igreja. O seu povo, embora a batalha seja acirradíssima e sem tréguas, ostenta sempre a bandeira da vitória, mesmo nas aparentes derrotas, pois nada poderá separá-lo de seu Senhor, o “*Chistus victor*”(Ver Rm 8. 31-39). Em Cristo Jesus somos mais que vencedores.

O FILHO À DESTRA DO PAI

Pergunta 54:- “Como Cristo é exaltado em assentar-se à destra do Pai?”

Resposta: *Cristo é exaltado em assentar-se à destra do Pai, em ser ele, como Deus-homem, elevado ao mais alto favor de Deus o Pai(Fp 2. 9), tendo toda a plenitude de gozo(At 2. 28), glória(Jo 17. 5) e poder sobre todas as coisas no céu e na terra(Ef 1. 22; I Pe 3. 22); em reunir e defender a sua Igreja e subjugar os seus inimigos; em fornecer aos seus ministros e ao povo dons e graças(Ef 4. 11, 12) e em fazer intercessão por eles(Rm 8. 34)”.*

CRISTO ENTRONIZADO.

A Segunda Pessoa da Trindade, antes da encarnação, ocupava os ofícios, segundo a revelação de: a- agente criador(um tipo de arquiteto da Trindade); b- mensageiro(Anjo de Javé) ou arauto do Rei supremo; c- Verbo do Criador, Redentor e Governador do universo e da humanidade. Com tais funções fez-se carne e habitou entre nós: “*No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez... E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como a do unigênito do Pai*”(Jo 1. 1- 3, 14). Depois de cumprido o ministério da expiação como Cordeiro vicário, ressurgiu de entre os mortos e assumiu, como Messias realizado, o gerenciamento dos reinos natural e espiritual. O Filho de Deus, na verdade, jamais perdeu o estado de glória, o “*kabhôdh*” eterno. A expressão desta glória, conhecida como “*shekinah*” vislumbrada nas teofanias, é que se manifestou na ressurreição, na ascensão e na entronização.

CRISTO E O PODER DIVINO.

O homem não pode entender o mistério de Cristo senão pelas imagens, categorias, signos e símbolos de seu universo cultural empírico. O “*estar assentado à destra de Deus*” é um antropomorfismo didático necessário à compreensão do reinado do Messias. Tal imagem foi retirada da experiência vivencial de potestades terrenas. Não se deve, pois, literalizar a expressão, imaginando um Cristo estático, inoperante, apenas gozosamente refestelado à direita do Pai. Aliás, Estêvão, em sua maravilhosa visão cristofânica, viu o Messias em pé à destra de Deus(At 7. 55, 56), em posição de vigília e comando.

Jesus, encarnando-se, cumpriu a justiça divina. Ressuscitando, venceu o maior, mais poderoso, mais temível e o mais implacável inimigo dos pecadores, a morte. Ascendendo aos céus, estabeleceu a interativa linha de comunicação entre nós, humanos,

e o além de nós, o divino. Assentando-se à direita do Pai, assumiu explicitamente o reinado sobre a Igreja em particular e sobre o mundo em geral. O Cristo rejeitado, condenado e sacrificado pelos homens, e porque foi assim martirizado, tornou-se o “Kyrios” (Senhor) e “Christos” (Rei) da humanidade(At 2. 34- 36: 5. 29- 31).

Estar à direita de um rei, naqueles tempos de realezas potentes, não era simplesmente ocupar o primeiro posto na ordem de vassalagem, mas, e principalmente, incorporar-se ao trono, co-reinar, compartilhar o poder e o mando dominial. Cristo, pois, não é o mais sublime dos homens na escala de valores, nem um super arcanjo, nem um “segundo deus” na suposta hierarquia trinitária, mas o Deus unigênito, igual ao Pai em substância, essência, natureza, santidade, dignidade, honra e majestade. Ele é Deus revelado e o revelador do Pai: “*Ninguém jamais viu a Deus: o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou*”(Jo 1. 18). “Estar no seio do Pai” equivale a “estar à destra de Deus”, isto é, integralizado indissolivelmente no corpo interativo, inequívoco e unitário do Deus trino.

CRISTO, SENHOR E REI DA IGREJA.

O Filho de Deus, no contexto trinitário, ocupa a co-regência de todas as coisas e a regência da Igreja. Ele é Rei dos eleitos na dispensação da graça não de maneira nominal e teórica, mas real e objetivamente, pois assumiu efetivamente o reinado ao entronizar-se como Deus- homem à destra do Pai no trono onipotente. O verdadeiro servo reconhece-lhe o domínio incondicional sobre os escolhidos, e a ele submete-se, bem como tem nítida consciência de sua absoluta e eterna soberania sobre o universo. O Cristo de quem se tornou vassalo é muito mais que um “homem sublimado” ou “um deus humilhado”: o seu Senhor é Deus-homem, Criador, Rei universal, Salvador, santíssimo, sapientíssimo, essencialmente bom, compassivo, perfeíssimo em suas obras, benevolentíssimo em seu amor perdoador e corretíssimo em sua justiça.

CRISTO HONRADO.

Não se duvida, mesmo partindo de nossa concepção social, de que o privilégio de estar à destra de Deus, o Pai, representa elevadíssima honra e profundíssima comunhão do Filho com as demais pessoas trinitárias, assim como “estar à esquerda” conotava desonra, desqualificação, rejeição, oposição e inimizade(Ec 10. 2; Mt 25. 33,41). A Igreja, pois, interpreta a representação de “*Cristo assentado à destra de Deus*” como figura de seu estado de eterna e exaltada honra e de seu permanente reinado sobre ela especificamente e sobre o cosmo de modo geral. Ela também reconhece, por outro lado, que a entronização de Cristo à destra do Pai atesta claramente: a- A sua indiscutível divindade consensual e igualitária na economia trinitária. Ele é, aos olhos de seus regenerados, *Deus-Filho* e, ao mesmo tempo, Deus-homem. b. A sua excelência e excelcitude em glória e majestade, verdadeiro Senhor dos senhores e Rei dos reis. c. A sua condição e capacitação únicas de Mediador e Intercessor.

A Igreja se curva aos pés de um Salvador-Rei augusto, majestoso e glorioso. Não há quem, nos céus e na terra, se lhe compare em grandeza e o supere em misericórdia. Ele é Deus; e Deus é amor.

CRISTO, O INTERCESSOR

Pergunta 55. “Como faz Cristo a sua intercessão?”

Resposta: *Cristo faz a sua intercessão, apresentando-se em nossa natureza continuamente perante o Pai no céu(Hb 9. 24), pelo mérito da sua obediência e sacrifício cumpridos na terra(Hb 1. 3), declarando ser a sua vontade que ela seja aplicada a todos os crentes(Jo 17. 9,20,24), respondendo a todas as acusações contra eles(Rm 8. 33,34); adquirindo-lhes paz de consciência, não obstante as faltas diárias(Rm 5. 1.2; I Jo 2. 12), dando-lhes acesso com confiança ao trono da graça(Hb 4. 16) e aceitação das suas pessoas(Ef 1. 6) e seus serviços(I Pe 2. 5).”*

O CORDEIRO ENTRONIZADO

A vicariedade de Cristo e principalmente o seu sacerdócio não se encerraram na cruz. Tanto o sacrifício como o ministério sacerdotal do Filho de Deus são contínuos e sempre eficazes. Nosso Senhor Jesus Cristo, ocupando o lugar que lhe é devido no trono do Onipotente, sublimou, consumou, perpetuou e aperfeiçoou o triplo ofício que exerceu na terra: O de Rei universal, o de Profeta dos profetas como Verbo exaltado(ministério que exerce por meio do Espírito Santo), e o de Sumo Sacerdote de seu povo. Na qualidade de Sacerdote eterno, entrou no *Santo dos Santos* perfeitíssimo, o seio da Trindade, para, não somente reinar poderosamente, mas, e especialmente, mediar entre os redimidos e o Deus redidor supremo: “ Há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem”(I Tm 2. 5). O Cordeiro à mão direita de Deus o Pai ministra por nós e por nós intercede continuamente(Cf Zc 6. 13; Hb 4. 14; Hb 7. 24, 25; Hb 8. 1-6; Hb 9. 11-15, 24-26; Hb 10. 19-22; I Jo 2. 2). Sobre o ministério do Cristo entronizado Berkhof assim se expressa: “*Cristo está apresentando continuamente o seu sacrifício consumado ao Pai como base suficiente para a concessão da graça perdoadora de Deus. Ele está aplicando constantemente a sua obra sacrificial e fazendo-a eficaz na justificação e santificação dos pecadores, Além disso, ele está sempre fazendo intercessão pelos que lhe pertencem*”(Berkhof, Louis, em *Teologia Sistemática*, pág. 353/4, Luz Para o Caminho, trad. De Odayr Olivetti, 1ª Ed., 1990, Campinas, SP).

CRISTO, O INTERCESSOR

Deus na pessoa do Filho ingressou na história humana a partir da encarnação. Sendo recenseado como um dos nossos, em tudo semelhante a nós, exceto a sua impecabilidade. Ao ressurgir, ascendeu ao céu, levando consigo, imaculada, a nossa humanidade. À destra do Pai assentou-se, colocando no trono celeste, e para sempre, a natureza humana dos eleitos por ele regenerados. Assim, as novas criaturas em Cristo, na sua pessoa representativa e inclusiva, nossa fonte de origem(fons et origo), encontram-se perenemente representadas no trono da Trindade e definitivamente ligadas à divindade trina. Deus em Cristo habita conosco e em nós. Incorporados no Deus-homem subimos aos céus e estamos em Deus. Eis porque ele é nosso intercessor natural, garantindo-nos por um lado: “*Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles*”(Mt 18. 20) e, por outro: “*Naquele dia conhecereis que estou em meu Pai e vós em mim e eu em vós*(Jo 14. 20). E mais: *Eu lhes tenho transmitido a glória que me tens dado, para que sejam um, como nós somos um; eu neles e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste, e os amaste*

como também amaste a mim. Pai, a minha vontade é que onde eu estou estejam comigo os que me deste”(Jo 17. 23, 24, 26).

A presença do Filho junto ao Pai se faz pela presença do *Homem real* no qual a humanidade é perfeita e integralmente assumida. Cristo, antes inteiramente espiritual, humanizou-se para reentronizar-se, depois da ressurreição, como Deus-homem(Cf Jo 16. 28). Desta maneira, ele está habilitado a mediar entre o transcendente e o imanente, o justo e o injusto, o puramente espiritual e o humano: corpo e espírito. Exclusivamente o Cristo mediador e intercessor podia prometer: *“Vou preparar-vos lugar. E quando eu for e vos preparar lugar, voltarei e vos receberei para mim mesmo, para que onde eu estou estejais vós também”(Jo 14. 2b,3). “Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim(Jo 14. 6).*

A personalidade humana, incluindo a criaturalidade, incorpora-se por meio de Cristo Jesus na personalidade de Deus, o “ser em si”, conferindo ao homem uma dimensão inimaginável e racionalmente inadmissível. A condição de divino-humano do Filho de Deus concede-lhe a prerrogativa única e indisputável de Mediador. Um dos papéis da mediação é a intercessão. Há muitos, porém, que, desprezando o Cristo onisciente, onipotente, onipresente e mediador, buscam mediação e socorro em pessoas vicárias falíveis, em beatos desqualificados, em sacerdotes impuros e mortais, em ícones diversos, que nada são. O nosso Sumo Sacerdote exerce ministérios mediador e intercessor de inegáveis eficiências em decorrência de sua inatingível qualificação: *“Porque Cristo não entrou em santuário feito por mãos, figura do verdadeiro, porém, no mesmo céu, para comparecer, agora, por nós, diante de Deus”(Hb 9. 24).* E Paulo, na mesma linha, escreve: *“Quem nos condenará? É Cristo Jesus quem morreu, ou antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós”(Rm 8. 34).* E João, com sua maneira carinhosa de ensinar, diz: *“Filhinhos, estas coisas vos escrevo para que não pequeis. Se, todavia, alguém pecar, temos um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo”(I Jo 2. 1).* O ministério sacerdotal de Cristo começou na cruz e se consuma nos céus, no “Santo dos Santos”, à destra de Deus.

CRISTO EXALTADO NO RETORNO

Pergunta 56. *“Como há de ser Cristo exaltado em vir segunda vez para julgar o mundo?”*

Resposta: *Cristo há de ser exaltado na sua segunda vinda para julgar o mundo em que, tendo sido injustamente julgado e condenado pelos homens maus, virá segunda vez no último dia com grande poder e na plena manifestação da sua glória e da de seu Pai, com todos os seus anjos, com brado, com voz de arcanjo e com a trombeta de Deus, para julgar retamente o mundo(At 3. 14, 15; Ap 1. 7; Mt 24. 30; Lc 9. 26; I Ts 4. 16; At 17. 31; Mt 25. 31; Sl 85. 13; Sl 96. 10-13)”.*

REGRESSO: ESTÁGIO FINAL DA EXALTAÇÃO

O regresso do Messias marcará o estágio complementar de sua exaltação, pois seu reinado será visível e universalmente manifesto, além de concreta e definitivamente efetivado. O retorno de Cristo, no nosso entendimento, não é o ponto culminante de sua exaltação, pois este se deu na entronização à destra do Pai, mas representará, certamente, a execução de seu ministério judiciário, a concretização e a consumação de sua obra redentora, a implantação definitiva e universalização de seu reinado. No período intermediário, entre o “alfa” e o “ômega” do ministério redentor de Cristo, somente ele goza a inefável graça da ressurreição, isto é, viver no estado pneumossomático permanente, antecipação do reino escatológico. A sua volta promoverá a nossa ressurreição para sermos exatamente como ele é e estarmos onde ele está. O que a nós nos acontecerá no último dia, em termos de ressurreição, ao Cordeiro de Deus já aconteceu, tornando-se ele a primícia de todos os seus redimidos. E então o veremos como Rei exaltado e perceberemos que, por sua graça, fomos transformados em suas imagens e semelhanças.

DE RÉU A JUIZ

“Não julgueis para que não sejais julgados, disse Jesus. Falava de juízo moral, social e jurídico, incluindo falsos testemunhos, de pessoas não credenciadas e não separadas para o ofício do juiz, que se capacita para a interpretação e aplicação da lei com isenção, retidão e bom senso. A vida, porém, de quem julga deve ser limpa aos olhos de Deus e diante dos homens. Os pecadores, no entanto, julgaram o Justo, cravaram-no, impiedosamente numa cruz, expuseram-no à execração pública. Indefeso, expirou entre malfeitores. Sua morte foi decretada por tribunais eclesiásticos e civis tendenciosos, viciados e injustos. O Filho de Deus, por meio da pena de morte, foi fisicamente excluído da humanidade por julgadores e executores indignos: crime histórica que todos repudiam. No entanto, ainda hoje, continua sendo menosprezado, marginalizado, colocado na periferia dos interesses individuais e coletivos. Milhões, na verdade, crucificam-no diariamente, isto é, excluem-no de suas vidas.

Cristo, quando ocupa o centro do regenerado, desloca o “ego”, elimina o culto ao “eu”. O regenerado, em consequência de sua transformação, prioriza a pessoa de Deus, o que os irregenerados não admitem e não suportam. A rejeição, sendo exclusão do Salvador da consciência e das emoções do homem, constitui-se na mais perversa forma de julgamento: *O julgamento é este: que a luz veio ao mundo, e os homens amaram mais as trevas do que a luz; porque as suas obras eram más”*(Jo 3. 19).

Cristo julgado e condenado, tornou-se juiz de seus julgadores. *“Quem julga será julgado”*, afirmou. Não há dúvida, segundo as Escrituras, que os sentenciados à perdição eterna pelo Supremo Juiz são os que o eliminam de suas vidas e sociedades pelo julgamento da recusa, da incredulidade. Os despronunciados, reunidos à destra do Filho, formam a multidão dos arrependidos; dos que reconheceram a inominável injustiça contra o Cordeiro; dos que creram nele e a ele se entregaram como servos; dos que, eleitos, jamais se apostatarão: *“Quem nele crê não é julgado; o que não crê já está julgado, porque não crê no nome do unigênito Filho de Deus”*(Jo 3. 18).

O JULGAMENTO FINAL

Os redimidos, embora pecadores e também participantes da humanidade que condenou Jesus Cristo, livram-se da imputação de pecados, pois o Salvador concede-lhes a bênção do perdão em resposta fiel à fé salvadora, um dom da graça, infundida neles pelo Espírito Santo, que lhes habita o ser. Os réprobos condenadores do Messias, os que pessoalmente lhe cuspiram a sacrossanta face, tanto quanto os seus sucessores substitutos, todos que lhes repetiram e lhes repetem as ignomínias, a incredulidade, os vícios, a idolatria e os delitos, já estão julgados e condenados, restando-lhes a sentença final, com absoluta justiça, na consumação dos séculos. O Cristo que derrotaram, ou julgaram derrotar, em seus tribunais psicológicos, sociais, morais, mentais e jurídicos, impondo-lhe humilhações públicas horríveis, culminando com a desumana crucificação, sem a menor comiseração, compaixão e consideração; ato acompanhado de pronunciamentos aleivosos, infames, injuriosos, reforçados com atitudes e gestos infamantes e degradantes, ingratidões e injustiças repetidas por gerações de réprobos, que se afundam no pecado, na desobediência, na rejeição contumaz e na apostasia, todos, inapelavelmente, comparecerão perante o tribunal do mesmo Cristo que condenaram e injuriaram para ouvirem a sentença: *“Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o Diabo e seus anjos”*(Mt 25. 41). O grande poder e a imensa glória com os quais o Messias retornará ao mundo representarão, para os reprovados, o tremendo e doloroso juízo. No entanto, para os eleitos redimidos, a volta do Rei estabelecerá a glorificação final da Igreja e a consumação da obra redentora do Verbo encarnado. Nesse dia jubiloso para os salvos, o Redentor convocá-los-á: *“Vinde benditos de meu Pai, entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo”*(Mt 25. 34).

Para os perdidos, Cristo retorna como Juiz. Para os salvos, volta como majestoso, glorioso e misericordioso Rei exaltado acima de tudo e de todos.

BENEFÍCIOS MEDIATÓRIOS DE CRISTO

Pergunta 57. *“Quais os benefícios que Cristo adquiriu pela sua mediação?”*

Resposta: *Cristo, pela sua mediação, adquiriu a redenção, juntamente com todos os mais benefícios do pacto da graça”*(Hb 9. 12; I Co 1. 30; Rm 8. 32; II Co 1. 20).

CRENCIAIS DO MEDIADOR.

Cristo não é um dentre muitos mediadores nem o principal deles, mas o único(I Tm 2. 5), e isto pelas seguintes verdades reveladas na Palavra de Deus e nos fatos históricos eclesialisticamente constatados e aceitos pela fé:

a- **Rei prometido.** Ele nasceu segundo a promessa e em cumprimento às profecias messiânicas para ser o Rei do povo de Deus. Como sua gente é prioritariamente de natureza espiritual, seu reinado não se identifica com nenhum poder político. Há, porém, milhares, procedentes de todas as raças, na terra e no céu, sob seu governo, domínio e proteção, devotando-lhe submissão e fidelidade absolutas.

b- *Identidade perfeita.* Ao encarnar-se, a Segunda Pessoa da Trindade tornou-se verdadeiramente humano, sem perder a identidade divina. A Igreja corretamente professa que Cristo é, ao mesmo tempo e na mesma pessoa psicossomática, “*verdadeiro Deus e verdadeiro homem*”. Nenhum vínculo entre o Criador e a criatura é mais real e mais profundo que o estabelecido por Cristo mediante a encarnação.

c- *Morte expiatória.* Jesus ofereceu-se ao Pai em sacrifício vicário, sendo, ao mesmo tempo, vítima substituta e Sacerdote ofertante. Como Cordeiro vicário, morreu uma só vez para expiar os pecados de muitos, isto é, dos eleitos. Como Sacerdote, entrou no Santo dos Santos, onde permanece intercedendo pelos santos.

d- *À Destra do Pai.* O Cristo ressurreto, levando, portanto, a natureza humana, assentou-se à destra do Pai, isto é, no trono corpo trinitário. O elo entre Deus e o homem estabeleceu-se de maneira perfeita: a humanidade está em Deus; Deus está na humanidade na pessoa do Filho.

e- *Primogênito.* Cristo é o unigênito do Pai e o primogênito da nova humanidade gerada nele, o Segundo Adão. Como nosso primogênito, transfere para nós a herança que, por direito lhe pertence.

Somente Cristo possui tantas e tão eficazes credenciais para ser o “*Único Mediador entre Deus e os homens*”.

MEDIAÇÃO VICÁRIA

Os sacerdotes da antiga aliança não se sacrificavam a si mesmos em favor dos pecadores penitentes; matavam animais imaculados substitutos, que se ofertavam à divindade em lugar dos pecadores confessantes. Apenas simbolicamente, conclui o autor de Hebreus, a vida animal se vitimava em holocausto pela vida humana. Um animal, em virtude de sua irracionalidade, não pode pecar; logo, não se lhe imputa pecado e, logicamente, não se lhe transfere culpa, pois, se não responde por si, como responderá pelo homem? O impecável por impotência, incondicionalidade e irresponsabilidade, morria pelo pecador potencial, responsável cognitiva e volitivamente. Eis o protótipo, a figura, do martírio vicário de Cristo: o inimputável e imaculável por essência e natureza, em virtude de sua divindade, sacrificado vicariamente por seres intrinsecamente pervertíveis e fatalmente pervertidos. O Justo paga pelos injustos; o essencialmente puro e incontaminável assume o essencialmente impuro, contaminável, contaminado e contaminante. Os benefícios de Cristo são dádivas graciosas aos que se tornam filhos do novo pacto. Esses, pela misericórdia de Deus, são feitos santos, isto é, libertados do egocentrismo e da egolatria, separados do mundo, introduzidos num universo, que não lhes pertencia, entronizados nos céus, colocados na presença de Deus em comunhão espiritual inimaginável e humanamente irrealizável. A nossa reconciliação com Deus dá-se na cruz, no momento exato da morte do Cordeiro.

MEDIAÇÃO POR IDENTIFICAÇÃO CONOSCO

A mediação de Cristo não se processa pela aplicação de sua infinita autoridade nem por seu onipotente poder. Também não o faz por meio da “*misericórdia paternal*”, isto é, por obra caritativa emanada da benevolência do superior em benefício do inferior. Não, “*ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens, e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz*”(Fp 2. 6-8). O Filho de Deus, para

ser nosso Cordeiro vicário e Mediador, tornou-se um de nós pela encarnação, assumindo nossa existência real de pecadores sentenciados à pena capital: nascimento, crescimento, socialização, problemas familiares, lutas, conflitos éticos, políticos, religiosos, padecimentos, prisão, condenação, crucificação, morte e sepultamento. A partir da sepultura, e vai além de nós e nos leva com ele à vitória final: ressurreição, ascensão, exaltação e promessa de retorno. Por meio de seu Espírito, no Pentecoste, instituiu a Igreja, comissionando-a mensageira do Evangelho e sua testemunha universal. A mediação de Cristo começa, portanto, na manjedoura; realiza-se no Calvário; culmina na ressurreição, consuma-se na entronização à destra do Pai.

Sabemos que Cristo Jesus único Mediador dos eleitos, adquirindo tal condição como encarnado, morto vicariamente, ressurreto e exaltado. O modo como tudo aconteceu, não compreendemos exatamente. Há diversas opiniões. Uns dizem: por *redenção*, quer dizer, por resgate. Éramos escravos do maligno, do pecado e da morte, e fomos resgatados por Cristo. Outros: por *satisfação*: O Filho do Homem, ao morrer injustamente pelo homem, satisfaz a justiça divina e eliminou a sua ira contra os que aceitam a sua morte substituta. Ainda há os que defendem a tese da “*conquista*”: Cristo, pela encarnação, vida paixão, morte e ressurreição, venceu os poderes do mal que escravizavam o homem, libertando-o e assumindo o senhorio sobre ele. Sustentamos, neste trabalho, a doutrina da *substituição*: O Cordeiro vicário morreu em nossos lugar.

Todas as teorias remetem-se às Escrituras com alguns fundos de verdade. O “modus operandi” da salvação, entretanto, é insondável e inescrutável mistério. Suficiente é sabermos que efetivamente estamos reconciliados com Deus em Cristo Jesus.

OS BENEFÍCIOS DE CRISTO

Pergunta 58: *“Como nos tornamos participantes dos benefícios que Cristo adquiriu?”*

Resposta: *Tornamo-nos participantes dos benefícios que Cristo adquiriu, pela aplicação deles a nós, que é especialmente a obra do Espírito Santo” (Jo 1. 12; Jo 3. 5, 6).*

ELEITOS, OS BENEFICIÁRIOS.

Cristo, sendo Deus, é auto-suficiente, absolutamente santo, sem pecado e sem possibilidade de pecar. Por que então se sujeitou à miserabilidade da existência humana decaída, alienada de Deus e naturalmente propensa ao mal moral e espiritual, conflitada com o semelhante e com o Criador, desajustada no meio natural? Tudo ele fez, segundo o seu beneplácito, por causa de seu irrestrito e incondicional amor aos homens. Ele não ama por condicionamento interno: necessidade psicológica; nem por condicionamento externo: permutação de amor com seus eleitos. Deus, o Criador, por ser perfeito e completo em si mesmo, não depende de reciprocidade agápica com as criaturas para realizar-se. A mutualidade sentimental responsiva é uma carência humana, não divina. O Supremo Senhor não ama por ser amado; nem ama para ser amado. Nada podemos fazer

em benefício da divindade, mas ela pode fazer tudo por nós. Somos individualmente imperfeitos e incompletos. O significado e o estado do “príncipe da criação”, “imagem Dei”, procedem de sua convergência com Deus, base de sua divergência com o mundo, e apoio de sua convivência com os semelhantes. Em suma: o nosso “eu” realiza-se na comunhão com Deus e na interação com o próximo. A divindade, porém, é auto-suficiente.

BENEFÍCIOS DE CRISTO

A Igreja, corpo dos eleitos, é uma conquista de Jesus Cristo e existe exclusivamente nele e para ele. Ele, o Cabeça do organismo eclesial e o Senhor de cada servo(doulo). Os escravos(douloi) do pecado, ao serem conquistados por Cristo mediante resgate, são por ele incluídos no seu reino(Regnum Christi), transformados em súditos, não em senhores. O privilégio do servo é o serviço ao seu Senhor. O homem, em virtude de sua origem, destinação e papel, não pode ocupar a covarde posição de neutralidade. Obrigatoriamente, tem de optar: viver com Deus ou sem ele; submeter-se servilmente ao Criador onipotente ou ao seu oponente, o inimigo dele e nosso, Satanás. Também temos de escolher entre o bem e o mal. Fazendo o bem, tornamo-nos úteis a Deus e ao semelhante. Praticando o mal, ofendemos o Pai celeste e agredimo-nos a nós mesmos e os outros. A natureza humana é corrompida. Impossível seria colocar o homem sob o controle do Salvador antes de se eliminar de sua essência a incontável e indesejável propensão à desobediência, ao pecado. O miraculoso benefício de Cristo, o mais presente na vida da Igreja, razão de sua existência, é a regeneração. Ela capacita o salvo a submeter-se espontaneamente ao Salvador, a subordinar o seu “ego” à direção do Espírito, a direcionar o seu amor para Deus e para o conservo. Isto é possível porque o velho homem deixou de existir; em seu lugar surgiu uma nova criatura cujo tendência dominante é a prática do bem, o respeito a Deus, a consideração a todos os seres humanos.

Os conquistadores reduzem inimigos a “amigos” por meio de sofisticados processos psicológicos. Há também seqüestrados que se tornam passivos e dóceis, verdadeiros “pacientes” dos seqüestradores. E assim, são “reduzidos” em simpatizantes da “causa inconfessável” de seus algozes. Tais vítimas não se reconhecem como tais, pois sofreram reversão do sistema emotivo e sentimental, inverteram o juízo de valor. É o que o mundo, o tentador e o pecado têm feito com numerosas pessoas. A conversão, maravilhoso benefício de Cristo, não é lavagem cerebral: é mudança de mente, de natureza, de propósitos, de objetivos. O pecador, ao ser atingido pela graça redentora, sofre profunda e irreversível transformação de personalidade e de caráter via reestruturação radical da consciência, permitindo a primazia da espiritualidade sobre a materialidade, da cosmovisão sobre a visão, da fé sobre a incredulidade, da esperança sobre a incerteza, da paz sobre o desespero, do amor sobre o ódio, do perdão sobre a intolerância. O novo nascimento, operação da misericórdia de Deus no eleito, é obra do Espírito Santo, que se insere no conjunto de uma extraordinária tríade beatífica: arrependimento, conversão, regeneração.

A irreversibilidade da regeneração baseia-se na perfeição de Deus e na imutabilidade de seus atos. A lavagem cerebral pode ser revertida pela psicoterapia, pois a mudança que causou não atingiu a “essência do ser”, apenas afetou o “modo de ser”. O

benefício da regeneração dá início ao da santificação. A partir do novo nascimento, começam, por intervenção do Espírito, o crescimento e o desenvolvimento espirituais. A ordem é: Deus nos regenera em Cristo; o Espírito Santo promove o nosso crescimento, vitaliza-nos, fortifica-nos, unifica-nos no Filho e nos agrega no corpo eclesial e nele nos sustenta e nos mantém. O redimido, pois, sempre por ação misericordiosa de Deus, é objeto de todos os benefícios continuados do Senhor e Salvador Jesus Cristo.

O recém-nascido, e ao longo de todo o desenvolvimento, recebe o amor, o carinho, o sustento e a proteção de seus pais; e tudo se faz unicamente em cumprimento do dever paternal. Igualmente, guardadas as devidas proporções, o regenerado merece as benesses do Pai celeste e delas se beneficia na condição de filho, não por méritos próprios. Tornamo-nos, pois, participantes dos benefícios de Cristo, por ele conquistados pela sua encarnação, vida terrena, fidelidade absoluta ao Pai, entrega de si mesmo à morte vicária, ressurreição e exaltação. E tais benefícios, dentre outros, são: conversão, regeneração, recepção dos dons carismáticos(amor, fé, esperança e outros), santificação, comunhão com Cristo, unidade familiar dos regenerados, “salvação presente”(penhor da que virá), certeza da redenção, perseverança, herança da vida eterna, garantia da ressurreição do corpo, estado final, resurreto, no reino do Redentor.

PARTICIPANTES DA REDENÇÃO

Pergunta 59. *“Quem são feitos participantes da redenção adquirida por Cristo?”*

Resposta: *A redenção é aplicada e eficazmente comunicada a todos aqueles para quem Cristo a adquiriu(Jo 6. 37, 39;Jo 10. 15; Rm 8. 29, 30; os quais são, nesta vida, habilitados pelo Espírito Santo a crer em Cristo conforme o Evangelho(I Pe 1. 2; II Ts 3. 13)”.*

VOCAÇÃO EFICAZ.

O Filho de Deus, ao encarnar-se, assumiu a natureza humana, passou a fazer parte da humanidade e morreu como homem e por eles. Porém, segundo as Escrituras e os parâmetros confessionais reformados, somente os eleitos beneficiam-se da salvação, que o Filho de Deus trouxe ao mundo. Sobre a doutrina da eleição e vocação eficaz, assim se expressa a Confissão de Fé de Westminster: *“Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua Palavra e pelo seu Espírito, tirando-os daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação em Jesus Cristo(Rm 11. 7; II Ts 2. 13, 14; Rm 8. 2; II Tm 1. 9,10). Isto ele faz, iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as cousas de Deus para a salvação(At 26. 18; I Co 2. 10-12), tirando-lhes os seus corações de pedra e dando-lhes corações de carne(Ez 36. 26), renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom(Ez 11. 19, 20; Ez 36. 27; Fp 4. 13; Dt 30. 6) e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo(Jo 6. 44,*

45), *mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça(Jo 6. 37)*”.

SALVAÇÃO DOS ESCOLHIDOS.

Conforme a declaração confessional e as referências bíblicas nas quais se apoia, Cristo morreu por todos, mas somente os eleitos, dirigidos pelo Espírito Santo, aceitam-no e são por ele redimidos. O livre arbítrio que move o escolhido à graça, à crença em Cristo, à submissão a ele, nasce da operação divina no predestinado à salvação, conformando a vontade do salvo à de seu Salvador. Diferente é a vontade livre do pecador que, induzida pelo espírito maligno, leva-o, pelo caminho do pecado, à perdição. Por constatação, verifica-se que, de fato, há, no mesmo ambiente cultural, duas classes de pessoas: a- crentes piedosos, de boa índole, irrepreensíveis moralmente, de ilibado caráter, e b-incrédulos contumazes, perversos incorrigíveis, devassos, corruptos e criminosos de incrível periculosidade, irrecuperáveis. A Bíblia não nos deixa em dúvida sobre eleitos e réprobos: *“Então, dois estarão no campo, um será tomado, deixado o outro; duas estarão trabalhando num moinho, uma será tomada, e deixada a outra”*(Mt 24. 40, 41). Deus não possui unanimidade no mundo; e até dentro da Igreja, no “Regnum Christi”(trigo e rebanho do Senhor), existem joio e bodes, havendo possibilidade de serem maioria. A divisão dicotômica da humanidade entre servos de Cristo e servos do pecado não se fundamenta em pressupostos infatíveis, mas em irrefutáveis e dolorosas realidades. Deus em seu Filho oferta a destra ao homem; o Espírito Santo toma a débil e suja mão do pecador eleito e a coloca em contato com a de Cristo; e isto ele o faz pelo dom da fé salvadora(Ef 2.8, 9). Ninguém, pois, pode dizer que Cristo é Senhor senão pelo Espírito Santo. A eleição em si não opera a redenção. Quem salva é o Eleito dos eleitos, Jesus Cristo. Os preordenados à aceitação do Salvador são a ele atraídos, por ele salvos e nele incluídos pelo Espírito Santo, que permanece agindo em suas vidas continuamente, consolando-os, animando-os, preservando-os, instruindo-os, conduzindo-os, santificando-os e impulsionando-os ao testemunho cristão.

Eleitos e réprobos sentem-se agentes livres de suas ações, direitos e opções; mas o predestinados, livremente, voltam-se para Cristo; os rejeitados, deliberadamente ficam como e onde estão, até pioram.

SEGUNDO O EVANGELHO.

O Evangelho é a palavra salvadora de Deus, a mesma que agiu na eleição, na criação, e age na preservação, na revelação e na redenção. Na antiga dispensação, foi verbalizada por Cristo pela boca dos profetas; na nova, encontra-se encarnada no Filho do Homem, o Verbo de Deus, consumando a revelação e estabelecendo a verdade completa e final dos fatos redentores: *“Pois não me envergonho do Evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, primeiramente do judeu, e também do grego; visto que a justiça de Deus se revela no Evangelho de fé em fé, como está escrito: “O justo viverá pela fé”*(Rm 1. 16,17). As Escrituras não só comunicam as verdades reveladas, mas também, sendo a Palavra de Deus, delas emanam poderosíssimas forças recriadoras, transformadoras, capazes de remover a perversão, exorcizar o maligno, converter pecadores, reanimar corações, suscitar esperanças, criar vida nova; isto, no entanto, se dinamizada pelo Espírito Santo, que a inspirou e a ilumina(I Ts 1. 5; Cl 1. 6; Ef 1. 13; Ef 6. 17; Cl 1. 5, 23; II Tm 1. 10).

“Nem só de pão vive o homem, mas de toda a Palavra que sai da boca de Deus”, disse Jesus. O Espírito Santo agiu na Palavra de Deus, e atua permanentemente por ela na vida do redimido.